



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

JULIANA SAMPAIO PEDROSO DE HOLANDA

**VENTOS DO DESENVOLVIMENTO: O INÍCIO DA COBERTURA SOBRE
ENERGIA EÓLICA NO JORNAL TRIBUNA DO NORTE**

NATAL/RN

2017.1

Juliana Sampaio Pedroso de Holanda

**VENTOS DO DESENVOLVIMENTO: O INÍCIO DA COBERTURA SOBRE
ENERGIA EÓLICA NO JORNAL TRIBUNA DO NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estudos da Mídia e Práticas Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Pinto Coelho.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda Costa.

NATAL/RN

2017.1

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Holanda, Juliana Sampaio Pedroso de.

Ventos do desenvolvimento : o início da cobertura sobre energia eólica no Jornal Tribuna do Norte / Juliana Sampaio Pedroso de Holanda. - 2017.

166 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Pinto Coelho.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda Costa.

1. Análise crítica do discurso. 2. Energia eólica - Rio Grande do Norte. 3. Estudos da mídia. 4. Jornalismo. 5. Tribuna do Norte (Jornal). I. Coelho, Maria das Graças Pinto. II. Costa, Luciana Miranda. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 070

Juliana Sampaio Pedroso de Holanda

**VENTOS DO DESENVOLVIMENTO: O INÍCIO DA COBERTURA SOBRE
ENERGIA EÓLICA NO JORNAL TRIBUNA DO NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estudos da Mídia e Práticas Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Pinto Coelho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda Costa
Universidade Federal do Pará
Co-orientadora

Prof.^a Dr.^a Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Furtado Veloso
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Ao(s) Criador(es).

A Cleto Holanda, pelo amor.

A Maria de Lourdes Sampaio, pelo afeto e pela compreensão.

A Victor Campos Silveira, pelo carinho, pela paciência e pela força, desde os estudos para a seleção às tentativas de clipping no arquivo da Tribuna do Norte, e finais de semana perdidos.

A minha orientadora, professora Maria das Graças Pinto Coelho, por ter me acolhido carinhosamente dentre os seus pupilos e por ter iluminado meu percurso e apoiado minhas ideias.

A Luciana Miranda Costa, professora e co-orientadora, pelos ensinamentos, pelas correções, pela adoção acadêmica, pela amizade e pelo exemplo de profissionalismo em sala de aula.

A Socorro Veloso, pelas valiosas contribuições nas bancas que antecederam a defesa desta dissertação.

A Isaltina Gomes, amiga e professora, cuja vocação e bondade estão presentes até durante as caminhadas matinais de domingo.

A professora Suelly Maux, um exemplo de profissional e de humanidade.

A Carol Cavalcanti, pelos ouvidos e orientações nos cafés do Recife.

A Arthur Rocha e Renata Othon, alunos leitores, que contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao mineiro-pernambucano Emmerson Aguilar, pela amizade e pelo companheirismo.

A Juliana e Júlia Hermenegildo, por alegrarem os dias no exílio.

A Ana Ferreira e Lívia Brasil, pelas conversas regadas a café no Setor 1 da UFRN.

Aos companheiros do Mestrado em Estudos da Mídia, turma 2015, por compartilharem as alegrias e tristezas de uma pós-graduação.

Aos colegas da Agência de Comunicação da UFRN, pela tolerância. Em especial, a Enoleide Faria pelo apoio incondicional.

Aos alunos da disciplina Produção em Rádio do ano 2016, pela aprendizagem mútua.

A Jamal Singh, Heloisa Matos e Luciana Leal por resolverem burocracias com um sorriso.

A Jeovaneide Nobre e José Carlos Matos, pelo auxílio e pelas agulhadas.

Aos amigos e aos familiares, por serem fonte de apoio e de motivação.

RESUMO

O presente estudo analisa o modo como o jornal impresso potiguar Tribuna do Norte acompanhou as mudanças da matriz energética do Rio Grande do Norte, com a implantação do primeiro parque eólico no estado, em janeiro de 2004. Para isso, analisam-se as publicações sobre o tema entre o período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, utilizando a Análise Crítica do Discurso, sob a ótica de Norman Fairclough, como instrumento metodológico para análise de texto e a semiótica de Roland Barthes para análise de imagem. De acordo com os critérios jornalísticos de noticiabilidade e de agendamento, entende-se que o período estudado foi propício para a divulgação da temática eólica na mídia potiguar. O estudo mostra que a questão foi subutilizada e que as publicações priorizaram debates econômicos ante a pauta ambiental. Avalia-se que as ausências e os silenciamentos midiáticos não foram casuais, mas produtos de interesses políticos e econômicos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Energia Eólica; Estudos da Mídia; Jornalismo; Tribuna do Norte.

ABSTRACT

The present study analyses the way in which the newspaper Tribuna do Norte accompanied the changes in the energy matrix of Rio Grande do Norte, following the implementation of the first wind farm in the state, in January 2004. For this, the texts published about the theme between January 2003 and January 2004 are analysed, using the Critical Discourse Analysis, according to Norman Fairclough's point of view, as a methodological tool for text analysis and Roland Barthes's semiotics for image analysis. According to the journalistic criteria of noticiability and agenda, it is understood that the period studied was favorable to the dissemination of the wind issue in the media. The study shows that the subject was underutilized and that the publications prioritised economic debates before the environmental agenda. It is evaluated that the absences and the media silences were not casual, but products of political and economic interests.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Wind Energy; Media Studies; Journalism; Tribuna do Norte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Tribuna do Norte, 29 jun. 2003, Economia, pág. 3	50
Imagem 02 – Tribuna do Norte, 15 jul. 2003, Economia, pág. 6	53
Imagem 03 – Turbina eólica de eixo horizontal com três pás	62
Imagem 04 – Funcionamento de uma central eólica	63
Imagem 05 – Áreas promissoras para empreendimentos eólicos no RN	65
Imagem 06 – Série sobre alteração no Proinfa	78
Imagem 07 – Capa 15 de julho de 2003	81
Imagem 08 – Capa 25 de novembro de 2003	82
Imagem 09 – Capa 18 de janeiro de 2004	83
Imagem 10 – Capa 21 de janeiro de 2004	84
Imagem 11 – Capa 24 de janeiro de 2004	85
Imagem 12 – Capa 27 de janeiro de 2004	86
Imagem 13 – Primeiras notícias	92
Imagem 14 – Notícias de 27 de julho de 2003	95
Imagem 15 – Sábado, 08 de março de 2003	105
Imagem 16 – Domingo, 29 de junho de 2003	106
Imagem 17 – Terça-feira, 15 de julho de 2003	107
Imagem 18 – Domingo, 27 de julho de 2003	108
Imagem 19 – Quinta-feira, 28 de agosto de 2003	109
Imagem 20 – Domingo, 02 de novembro de 2003	110
Imagem 21 – Domingo, 02 de novembro de 2003	111
Imagem 22 – Domingo, 16 de novembro de 2003	112
Imagem 23 – Sábado, 06 de dezembro de 2003	113
Imagem 24 – Domingo, 18 de janeiro de 2004	114
Imagem 25 – Domingo, 18 de janeiro de 2004	115
Imagem 26 – Terça-feira, 20 de janeiro de 2004	116
Imagem 27 – Quarta-feira, 21 de janeiro de 2004	117
Imagem 28 – Quarta-feira, 21 de janeiro de 2004	118
Imagem 29 – Sábado, 24 de janeiro de 2004	119
Imagem 30 – Terça-feira, 27 de janeiro de 2004	120
Imagem 31 – Domingo, 02 de novembro de 2003	122

Imagem 32 – Sábado, 06 de dezembro de 2003	123
Imagem 33 – Domingo, 18 de janeiro de 2004	124
Imagem 34 – Domingo, 18 de janeiro de 2004	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formato dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte	68
Gráfico 2 – Quantitativo mensal dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte	69
Gráfico 3 – Prioridade temática dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes	71
Tabela 2 – Pessoas citadas	72
Tabela 3 – Instituições citadas	74
Tabela 4 – Lugares citados	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Em Busca de Novas Fronteiras	15
Percurso Metodológico	16
Recorte Empírico	17
Coleta de Dados	18
Tratamento e Análise dos Dados	18
Análise de Imagens	21
CAPÍTULO 1	
1 Comunicação: Direito Humano e Mercadoria	23
1.1 A Representação da Temática Econômica nos Meios de Comunicação	26
1.2 O Meio Ambiente e a Conquista do Espaço Midiático	29
1.3 <i>Newsmaking</i> , Noticiabilidade e Valor-Notícia	32
1.4 A Hipótese do Agendamento	35
CAPÍTULO 2	
2 Conjunturas do Processo de Produção Textual	42
2.1 Prática Discursiva	42
2.2 Prática Sociocultural	57
CAPÍTULO 3	
3 Análise e Discussão dos Resultados	67
3.1 Prática Textual	70
3.1.1 Capas	80
3.2 Textos	87
3.2.1 Notas	87
3.2.2 Notícias e Reportagens	90
3.2.3 Entrevista	103
3.3 Fotografias	104
3.4 Infográficos	121
3.5 Considerações Sobre a Prática Textual	126

CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

Estudar o Meio Ambiente é uma tentativa de entender a própria história. Em termos pessoais, a relação com temas ambientais é parte da minha trajetória. Academicamente, o interesse nasceu há exatos 22 anos, com o estudo intitulado “Impactos da erosão marinha na Região Metropolitana do Recife”.

Sob orientação do professor Márcio Gomes, do Colégio Neo Planos, e co-orientação dos professores Fábio Pedrosa e Valdir Manso, do Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha (LGGM), do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cinco adolescentes transformaram o que seria um trabalho de feira de ciências da escola no vencedor do ensino fundamental de 1995, entre todas as escolas do estado de Pernambuco.

Segui a carreira jornalística, mas o interesse pela pesquisa e o tema ambiental me acompanharam desde então. Em 2007, ganhei uma bolsa de estudos do Programa ALBan (Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina) para realizar o Mestrado em Jornalismo Internacional na City, University of London. O desdobramento do mestrado foi a aprovação com distinção e uma dissertação integralmente publicada em formato de livro pela editora alemã Lambert Academic Publishing. “The challenges of scientific and environmental journalism: The second-generation biofuels” apresenta a questão ambiental dentro da perspectiva jornalística além de contar com uma série de reportagens sobre os biocombustíveis de segunda geração, tema inovador para a época.

Em 2012, finalizando a especialização em Diplomacia e Negócios Internacionais pela Faculdade Damas, no Recife, desenvolvi o estudo “Papel e importância do etanol na agenda diplomática brasileira: entre segurança alimentar, ecológica e energética nas relações internacionais”.

No ano de 2014, ganhei uma bolsa da Universidade de Cardiff, no Reino Unido para realizar um doutorado em comunicação. O objetivo seria investigar a cobertura midiática acerca dos biocombustíveis. Impedida de ir pelo meu empregador, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), perdi a bolsa e a oportunidade de me graduar no exterior novamente.

Resolvi, então, redirecionar as energias que iria dedicar ao doutorado e fazer um segundo mestrado. O produto dos meus últimos dois anos de estudo é esta dissertação. Desta vez, busco analisar o modo como o jornal impresso potiguar Tribuna do Norte acompanhou as

mudanças da matriz energética do Rio Grande do Norte, com a implantação do primeiro parque eólico no estado, em janeiro de 2004.

Para isso, analiso 48 textos, com o tema energia eólica, que foram publicados na Tribuna do Norte entre o período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Como aporte metodológico, emprego a Análise Crítica do Discurso (ACD), dentro da perspectiva do pesquisador inglês Norman Fairclough. O método escolhido permite associar o estudo do texto à prática discursiva e à análise da conjuntura social, cultural e política em que o material foi desenvolvido e consumido pelo público-leitor.

Em um meio de comunicação impresso, o texto jornalístico também é composto de fotografias e imagens. Dessa forma, para completar a análise proposta, examinam-se 16 fotografias e quatro infográficos que acompanham os escritos. Esse conteúdo é apreciado por meio da metodologia de análise de imagem fotográfica de autoria do sociólogo francês Roland Barthes.

O resultado das análises é discutido frente a aspectos teóricos do jornalismo e da comunicação. Comparam-se as observações diagnosticadas com as acepções da comunicação enquanto mercadoria e direito humano, bem como com os conceitos midiáticos de *newsmaking*, noticiabilidade, valor-notícia e a hipótese do agendamento.

Para quem for se aventurar nesta análise, a dissertação é dividida em três capítulos. O primeiro é uma análise sobre a comunicação social e teorias que norteiam o jornalismo contemporâneo, explicando a metodologia utilizada na pesquisa. O segundo apresenta a contextualização política, histórica e econômica do Rio Grande do Norte, no período das publicações, além da estrutura da Tribuna do Norte e de uma apreciação sobre a energia eólica. O terceiro traz a análise textual do material selecionado sob a ótica da Análise Crítica do Discurso e análise das fotografias e dos infográficos sob a metodologia barthesiana.

Para o leitor ou pesquisador que deseje mais detalhes, as fotografias e os infográficos são apresentados à medida que são analisados, enquanto os textos encontram-se de forma integral e ordenados cronologicamente, na seção de anexos.

Em Busca de Novas Fronteiras

Esta pesquisa ganha relevância pelo pioneirismo. De acordo com estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹, entre os anos de 1987 e 2010, nenhuma dissertação ou tese produzida no Rio Grande do Norte na área de comunicação teve como tema o jornalismo ambiental. Entre as dissertações produzidas pelos alunos do Programa de Estudos da Mídia da UFRN, de 2011 a 2015, nenhuma abordou uma temática ambiental. Este estudo, portanto, é pioneiro não apenas no âmbito do programa ao qual está vinculado, mas também dentro de uma perspectiva estadual².

Pessoalmente, acredito que analisar a cobertura jornalística da energia eólica no Rio Grande do Norte é também uma forma de aprender sobre a história e sobre a conjuntura do estado onde vivo atualmente. Durante os últimos dois anos de estudo, meditei sobre a célebre frase atribuída ao filósofo grego Heródoto de Halicarnasso: "Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro". Com uma trajetória de mais de 20 anos de pesquisas ligadas a impactos ambientais causados pelo desenvolvimento econômico, chego à conclusão: o que me move no presente é uma persistente centelha de esperança de um futuro mais digno para o meio ambiente.

Percurso Metodológico

A partir da hipótese que a energia eólica foi menosprezada na cobertura jornalística do Rio Grande do Norte, distanciando a população da tomada de decisões em relação ao desenvolvimento sustentável da energia elétrica do estado, este projeto tem o objetivo de analisar a cobertura sobre energia eólica realizada pelo jornal impresso potiguar Tribuna do Norte, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004, período que antecede a inauguração do primeiro parque eólico no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, objetiva-se identificar as características da cobertura sobre energia eólica do jornal impresso Tribuna do Norte; apresentar as editoriais e os gêneros jornalísticos mais utilizados pelo impresso para cobrir o tema energia eólica e avaliar o conteúdo da cobertura jornalística sobre energia eólica.

¹ GIRARDI, I.; LOOSE, E.; CAMANA A. **Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010.** Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 362-384, set./dez. 2015.

² De acordo com pesquisa realizada pela autora nos anais de eventos realizados pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), entre 2000 e 2016; pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), de 2003 a 2016; e pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entre 1994 e 2016.

O processo metodológico desta dissertação inclui o recorte teórico, o recorte empírico, a coleta de dados e a análise propriamente dita, que é dividida em duas etapas. A primeira, que visa o texto, é baseada na Análise Crítica do Discurso (ACD), com foco no método proposto por Norman Fairclough (1989; 1995; 2001). A segunda, que analisa as imagens fotográficas e os infográficos, une a ACD à semiologia da imagem fotográfica, metodologia empregada pelo sociólogo francês Roland Barthes (1984; 1990).

Recorte Empírico

Para analisar a cobertura jornalística sobre a chegada da energia eólica no estado do Rio Grande do Norte, optou-se por avaliar a produção do jornal impresso Tribuna do Norte. O periódico é considerado o principal instrumento de comunicação impresso do estado, por ser o mais antigo, contabilizando 66 anos de existência³. Possui a maior circulação no estado, com tiragem média de 9.400 exemplares aos domingos, 7.300 aos sábados e 6.300 de terça a sexta-feira⁴.

O primeiro parque eólico potiguar foi inaugurado em janeiro de 2004. Dessa forma, o período escolhido para análise corresponde ao ano que antecede o início da produção da energia eólica norte-rio-grandense.

Com a implantação do primeiro parque eólico em terras potiguares, o Rio Grande do Norte passa por transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais. O presente estudo analisa a forma como o jornal impresso Tribuna do Norte promoveu a discussão sobre energia alternativa durante o ano que antecede a inauguração do parque eólico, marco da mudança na estrutura energética norte-rio-grandense.

Busca-se avaliar a cobertura jornalística sobre energia eólica dentro de um período considerado propício para a sua difusão e identificar como a questão ambiental foi abordada nesse contexto.

³MÍDIA Kit – Tribuna do Norte 2016. **Tribuna do Norte**. Natal, 2016. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/tmp/downloads/midia_kit_2016_jornal_impreso_e_online.pdf>. Acesso em: 20 dez 2016

⁴Dados do Departamento Comercial da Tribuna do Norte, relativos ao mês de fevereiro de 2017.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada durante os meses de junho e julho de 2016. A investigação foi feita no arquivo do jornal Tribuna do Norte, localizado no bairro da Ribeira, em Natal.

O material foi selecionado de forma manual, pois os jornais do período pesquisados estão no formato impresso, como foram publicados, e não possuem cópia digitalizada. A triagem manual incluiu todos os textos publicados, independente de tamanho e da seção temática em que se encontravam.

Os documentos selecionados foram fotografados e posteriormente digitados para análise. No total, foram detectados 48 escritos. Todos foram analisados. O conjunto encontrado se apresentou integralmente e de forma cronológica nos anexos desta dissertação.

Além disso, foram identificados 16 fotografias e quatro infográficos acompanhando os textos selecionados. Optou-se por incluir na análise o material imagético publicado no jornal impresso Tribuna do Norte, para se obter uma análise mais abrangente.

Tratamento e Análise dos Dados

Para apresentar inicialmente o material coletado, foi realizado um mapeamento do *corpus*. O exame inicial levou em consideração as classificações quanto aos formatos jornalísticos dos textos publicados no jornal impresso Tribuna do Norte, dividiu as publicações mensais de acordo com a classificação jornalística, apontou os temas mais recorrentes dos escritos, definiu o percentual de textos opinativos e informativos, e identificou uma divisão entre abordagem primária e secundária da energia eólica no material.

A análise propriamente dita adotou a Análise Crítica do Discurso (ACD) como processo metodológico para apreciação do *corpus* selecionado. O método foi identificado como o mais adequado por associar o estudo do texto, à prática discursiva e à análise da conjuntura social, cultural e política na qual o material foi desenvolvido e consumido.

Na Análise Crítica do Discurso (ACD), encontramos um processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização, e as subjectividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais (PEDRO, 1997, p. 21).

Fowler (1991) ressalta que ideias e eventos não são comunicados de forma neutra. Isso acontece porque eles são transmitidos por um meio, com seus próprios recursos de infraestrutura saturados com valores sociais que geram uma perspectiva específica sobre um evento.

Ademais, destaca-se que “The medium is used by people working under certain economic circumstances, and following certain conventions of production, and habitual use in these circumstances gives rise to conventional significances⁵” (FOWLER, 1991, p. 25).

Fairclough (1989, p. 20) define “linguagem como uma forma de prática social”. Entende-se que o texto é influenciado pelas relações sociais e pelas estruturas de poder vigentes. Fowler (1991, p.42) defende que “The discourse, in the present usage, is socially and institutionally originating ideology, encoded in language⁶”. Kress (1990, p. 85) explica que o objetivo da ACD é “desnaturalizar as práticas discursivas e os textos de uma sociedade”.

Utiliza-se a metodologia proposta por Fairclough (1989; 1995; 2001) para estudar especificamente o discurso midiático. O processo é composto de três fases de análise: textual, da prática discursiva e da prática sociocultural. Segundo Fairclough (2001, p. 104), a metodologia aborda “produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos”.

‘Texts’ may be written or oral, and oral texts may be just spoken (radio) or spoken and visual (television). By ‘discourse practice’ I mean the processes of text production and text consumption. And by ‘sociocultural practice’ I mean the social and cultural goings-on which the communicative event is a part of (FAIRCLOUGH, 1995, p. 57)⁷.

A análise textual refere-se ao significado e à forma dos escritos. Avaliam-se quatro aspectos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A ordem dos itens funciona de forma ascendente: “o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e

⁵ “O meio é usado por pessoas trabalhando sob certas circunstâncias econômicas, e seguindo certas convenções de produção, e o uso habitual nessas circunstâncias dão origem a significados convencionais” (FOWLER, 1991, p. 25). Tradução livre da autora.

⁶ “O discurso, no uso presente, é uma ideologia social e institucionalmente originada, codificada na linguagem” (FOWLER, 1991, p. 42). Tradução livre da autora.

⁷ “Textos” podem ser escritos ou orais, e textos orais podem ser apenas falados (rádio) ou falados e visuais (televisão). Por “prática discursiva”, eu me refiro ao processo de produção do texto e de consumo do texto. E por “prática sociocultural”, eu me refiro aos acontecimentos culturais dos quais o evento comunicativo é parte (FAIRCLOUGH, 1995, p. 57). Tradução livre da autora.

a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

A prática discursiva envolve aspectos do processo de produção e de consumo do texto. A produção textual está ligada a rotinas institucionais das redações jornalísticas que vão desde a coleta do material à publicação da versão final do texto (FAIRCLOUGH, 1995).

No método proposto, a prática sociocultural envolve a apreciação das conjunturas econômica, política e cultural em que o evento comunicacional está inserido (FAIRCLOUGH, 1995).

Analysis of socialcultural practice dimension of a communicative event may be at different levels of abstraction from the particular event: it may involve its more immediate situational context, the wider context of institutional practices the event is embedded within, or the yet wider frame of the society and the culture. All of these layers may be relevant to understanding the particular event – and indeed particular events cumulatively constitute and reconstitute social and cultural practice at all levels (FAIRCLOUGH, 1995, p. 62)⁸.

Nesta pesquisa, a prática sociocultural incluirá os três níveis de abstração descritos por Fairclough (1995). A apropriação do método irá resultar, no entanto, em uma exposição distinta. No Capítulo 2 deste trabalho, serão verificadas as práticas discursiva e sociocultural, convertidas na avaliação da Tribuna do Norte e na apreciação da conjuntura sócio-político-cultural do estado do Rio Grande do Norte, à época em que as notícias selecionadas foram publicadas. Nesse capítulo, descreve-se o contexto energético no período do início da produção eólica no estado potiguar e avalia-se a situação política e estrutural do jornal impresso Tribuna do Norte, responsável pela publicação do *corpus*.

A decisão de iniciar a análise com a exposição do contexto sociocultural tem por objetivo apresentar a conjuntura em que o *corpus* foi produzido e divulgado. Dessa forma, pretende-se esclarecer as escolhas jornalísticas, editoriais e textuais do jornal impresso. Fairclough (1995, p. 42) destaca que “the economics of an institution is an important determinant of its practices and texts⁹”.

⁸ “A análise da dimensão da prática sociocultural de um evento comunicativo pode ter diferentes níveis de abstração do evento particular: ela pode envolver o contexto situacional mais imediato, o contexto mais amplo de práticas institucionais do evento ao qual ele está incorporado, ou o quadro ainda mais amplo da sociedade e da cultura. Todas essas camadas podem ser relevantes para o entendimento do evento particular – e de fato eventos particulares cumulativamente constituem e reconstituem as práticas sociais e culturais em todos os níveis” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 62). Tradução livre da autora.

⁹A economia de uma instituição é uma importante determinante de suas práticas e textos (FAIRCLOUGH, 1995, p. 42). Tradução livre da autora.

The press and commercial broadcasting are pre-eminently profit-making organizations, they make their profits by selling audiences to advertisers, and they do this by achieving the highest possible readerships or listeners/viewers ratings for the lowest possible financial outlay (FAIRCLOUGH, 1995, p. 42)¹⁰.

Em seguida, no Capítulo 3, analisam-se de forma detalhada as 48 inserções textuais sobre a temática eólica na Tribuna do Norte.

Análise de Imagens

Para complementar a avaliação do material publicado no jornal impresso Tribuna do Norte, também foi realizada uma análise das dezesseis fotografias e dos quatro infográficos que acompanham os escritos.

Embora não haja fotografia jornalística sem comentário escrito, a análise deve focalizar, em primeiro lugar, cada estrutura isolada; somente após ter-se esgotado o estudo de cada estrutura é que se poderá compreender a maneira como as estruturas se completam (BARTHES, 1990, p.33).

Para a análise das imagens, utiliza-se a metodologia proposta por Roland Barthes (1984; 1990). Nas avaliações das imagens fotográficas, utilizam-se os seguintes conceitos barthesianos: *punctum*, elemento da fotografia que atrai a atenção do *spectator*, que é o espectador; *operator* é quem produz a fotografia; *spectrum*, que é o componente fotografado; e o *studium*, descrito como a análise da imagem a partir dos conhecimentos prévios do *spectator* (BARTHES, 1984). O *punctum* está ligado a interpretações pessoais, mais emocionais: "não sou eu que vou buscá-lo (como invisto com minha consciência soberana o campo do *studium*), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar" (BARTHES, 1984, p.46). Já o *studium* parte de elementos racionais da apreciação do *spectator*:

Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores (BARTHES, 1984, p. 48).

¹⁰ A mídia impressa e a telerádiodifusão comercial são eminentemente organizações de produzir lucro, elas fazem seus lucros vendendo audiência aos anunciantes, e elas fazem isso conseguindo o maior número possível de leitores ou ouvintes/ telespectadores pelo menor gasto possível (FAIRCLOUGH, 1995, p. 42). Tradução livre da autora.

A relação entre texto e imagem é uma das principais características do fotojornalismo. Barthes (1984) defende que a composição imagética da fotografia jornalística não está isolada. Ela se comunica com pelo menos mais um elemento que é o texto que a acompanha.

A totalidade da informação é suportada por duas estruturas diferentes (das quais uma é lingüística); estas duas estruturas são convergentes, mas como suas unidades, são heterogêneas, não podem se misturar; aqui (no texto) a substância da mensagem é constituída por palavras; ali (na foto-grafia), por linhas, superfícies, tonalidades. (...) Surge assim o estatuto particular da imagem fotográfica: é uma mensagem sem código; proposição de que é necessário extrair imediatamente um corolário importante: a mensagem fotográfica é uma mensagem contínua (BARTHES, 1984, p. 304).

Em relação à análise dos textos que acompanham as imagens, além da Análise Crítica do Discurso, utiliza-se a metodologia barthesiana para avaliar a interação entre a imagem e o título, o subtítulo e o rodapé. Observa-se se a interação é de ancoragem, complementação, redundância ou suspensão. Salienta-se que é possível mais de uma relação estar presente em uma mesma avaliação.

A ancoragem é registrada quando o sentido da foto é direcionado pelo texto. Na redundância, texto e imagem dizem a mesma coisa, destacando o tema exposto. A complementação adiciona por meio da palavra o que não pode ser transmitido pela fotografia. Na suspensão, o texto cria uma expectativa em relação à reprodução. Barthes destaca a relação de paradoxo, quando o texto nega o que é apresentado pela imagem. Entretanto, esta interação é mais usada na publicidade, sendo pouco comum no fotojornalismo (BARTHES, 1984; 1990).

Nas apreciações sobre os infográficos, avaliam-se o significado das ilustrações e os dados que elas apresentam. A análise dos textos segue a metodologia da Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (1989; 1995; 2001). Além disso, identifica-se o tipo de interação que imagem e texto do próprio infográfico possuem, bem como a relação entre infográfico e o texto que ele acompanha. Para isso, utilizam-se os conceitos barthesianos de ancoragem, de complementação, de redundância e de suspensão.

O estudo do *corpus* publicado no jornal impresso Tribuna do Norte permeia os temas apresentados até o momento. Os estudos de jornalismo; os conceitos que envolvem a produção jornalística: agendamento, noticiabilidade, *newsmaking*, e valor-notícia; e de forma mais pontual, a Análise Crítica do Discurso e a Semiologia são o ponto de partida das análises sobre a temática eólica.

CAPÍTULO 1

1 Comunicação: Direito Humano e Mercadoria

A comunicação é um direito humano assegurado por tratados internacionais. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, traz no artigo 19 o direito à comunicação: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (ONU, 1948, p. 5).

No continente americano, a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, nomeia o artigo 13 como “Liberdade de pensamento e de expressão” e afirma no parágrafo primeiro:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (OEA, 1969).

Analisando a imprensa nacional, Carvalho, Sousa e Berti (2015) observam que a Constituição brasileira de 1988 destaca a capacidade que os meios de comunicação social possuem de influenciar a sociedade, reservando um capítulo exclusivo para tratar da comunicação social.

... a legislação tem os meios de comunicação como uma função de responsabilidade social. No entanto, atualmente, o quadro apresentado é diferente. O jornalismo tem assumido cada vez mais um papel de empresa jornalística, que busca o lucro e que utiliza dos critérios de noticiabilidade para a definição de quais acontecimentos se tornam jornalísticos. Isso afeta de forma significativa a abordagem da questão ambiental no noticiário, pois mesmo sendo um tema de interesse da sociedade acaba que sua abordagem acaba sendo negligenciada em detrimento de outras temáticas que atendam aos critérios estabelecidos pela empresa (CARVALHO, SOUSA, BERTI, 2005, p. 10).

Direito assegurado no papel, a comunicação tem uma realidade distinta. Desde o surgimento no século XIX até os dias atuais, o jornalismo passou por mudanças estruturais,

tendo-se transformado em uma atividade remunerada e um produto financeiro, gerado por empresas capitalistas.

Traquina (2005, p. 27) observa que “o jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas”. Erbolato (2001) lembra que, apesar de ter a finalidade primária de informar, as empresas jornalísticas são também empreendimentos financeiros com objetivos comerciais. Além disso, na perspectiva capitalista, instituições só conseguem garantir sua existência se obtiverem lucro.

Considerando a imprensa como instrumento do sistema capitalista, Traquina (2005) conclui que a parceria entre lucro e responsabilidade social é difícil e conflitante; que o liberalismo econômico com foco no consumidor não melhorou a responsabilidade das empresas de comunicação; e que público, jornalistas e donos dos meios precisam defender a liberdade de imprensa.

Traquina (2005) descreve múltiplas e distintas definições que o jornalismo acumula, dentre elas: vida; realidade; aglomerado de estórias da sociedade contemporânea; atividade intelectual; profissão difícil; ocupação de grande responsabilidade social; ativista democrático; guardião do governo, em democracias; protetor dos cidadãos; quarto poder; e serviço público.

Outra acepção possível é a de jornalismo como produto do modo de produção capitalista. Ciro Marcondes Filho (1989) considera que capitalismo e imprensa são elementos interdependentes.

(...) seria difícil pensar o capitalismo sem imprensa (que satisfaz tanto a necessidade de difusão pública e pseudo-social de alguns monopolistas de classe, que delas se utilizam para “representar” a voz social, como a necessidade ideológica – portanto, falsa – de “multiplicidade de opiniões”, quando, de fato, as únicas opiniões diversificadas que têm livre acesso aos grandes monopólios de comunicação são as dos próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno deles circulam), da mesma forma que seria impossível pensar uma imprensa sem capitalismo (MARCONDES FILHO, 1989, p.12).

Ao examinar as propriedades capitalistas da imprensa, Marcondes Filho (1989) descreve a notícia, principal produto jornalístico, como uma mercadoria, no sentido marxista, adaptada à lógica mercantil e objeto de manipulação.

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais, e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas [...]. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Corroborando os questionamentos sobre comunicação e capitalismo, Pena (2008, p. 99) afirma que “Capital e informação andam juntos. E passam por cima de regionalismos e culturas locais”.

A percepção dos meios de comunicação como empresas que visam o lucro coloca em xeque a ética jornalística e os produtos gerados pelos profissionais da comunicação. Valores jornalísticos, como credibilidade, liberdade e objetividade, que na teoria norteiam a profissão, passam a ser relativizados, porque dependem das regras determinadas por cada conglomerado midiático.

Em uma apreciação crítica, considera-se imprescindível observar a ligação entre o jornalismo e o modo de produção capitalista, para avaliar a mídia e seus produtos de forma mais crítica e mais realista.

Apesar de enxergar a realidade de forma crítica e realista, a corrente construtivista da comunicação defende que o jornalismo é “uma utopia realizável e possível de um compromisso com a ética e a verdade. É o dever do Jornalismo a busca da verdade e a ética como singularidade. Uma utopia a ser perseguida diariamente. Um Jornalismo de fronteiras levantadas” (VIZEU; ROCHA, 2011, p.754).

A perspectiva construtivista acredita que as pessoas são seres sociais que atuam, influenciam diretamente, na construção da realidade em que vivem. “A realidade social é uma construção do ser humano que a constitui e é constituído por ela” (VIZEU; ROCHA, 2011, p.751).

(...) a forma deflacionada como o conceito de verdade é aplicado numa abordagem construtivista do Jornalismo - sem a presunção de uma objetividade positivista de acessar a verdade absoluta, o conhecimento perfeito, completo e acabado-, reconhecendo a necessidade de uma postura acautelatória pela consciência do falibilismo, não significa que deixe de ser um pressuposto imprescindível para uma vida civilizada. A gradual evolução do processo civilizatório depende do fortalecimento do consenso social, o que só acontece com a ampliação da sua diversidade significativa através de uma persistente inclusão social decorrente da dimensão deliberativa do processo democrático que o campo jornalístico pode articular na discussão pública e, conseqüentemente, na construção social da realidade (VIZEU; ROCHA, 2011, p.763).

Segundo o processo construtivista, o jornalismo interpreta a realidade social para que a sociedade “possa entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la” (VIZEU; ROCHA, 2011, p.752). A evolução social depende da inclusão de múltiplos setores sociais e do aumento da diversidade na representação do processo democrático. Acredita-se que o jornalismo é o espaço capaz de articular essa ampla representatividade social e de atuar na construção da realidade.

Na análise sobre a cobertura do jornal impresso potiguar Tribuna do Norte acerca da energia eólica, destacam-se duas subdivisões do jornalismo: a econômica e a ambiental. Apresentam-se, a seguir, análises sobre essas seções jornalísticas expondo: papel, características, conteúdos e desafios.

1.1 A Representação da Temática Econômica nos Meios de Comunicação

Os fatos econômicos, presentes no dia a dia da sociedade, são parte da cobertura jornalística desde os primórdios da comunicação de massa. “O jornalismo econômico tem a mesma idade da imprensa. Não há registro de um jornal sem notícias de fatos econômicos” (CALDAS, 2003, p. 11).

O objetivo das editorias de economia é informar o público sobre os acontecimentos econômicos e explicar as consequências desses eventos para os indivíduos e para a sociedade, ao partir da ideia de que o papel do jornalismo econômico é contribuir para incentivar o progresso, por meio de análises, sugestões e esclarecimentos sobre a situação econômica (ERBOLATO, 1981, p. 139).

Apesar da definição de Quintão (1987, p. 25) sobre o jornalismo econômico, “difusão dos fatos e temas relacionados com economia e setor de finanças” (QUINTÃO, 1987, p. 25), Jacobini (2008, 192) defende que “a observação dos principais meios de comunicação mostra que o jornalismo econômico está ligado à continuidade dos acontecimentos econômicos do país e à relação entre eles”.

Basile (2002) destaca a importância da integração entre as notícias de economia com a sociedade e a política para fortalecer não apenas a comunicação social, como também a própria sociedade. “Uma imprensa econômica forte, competente, combativa, sensata, criativa é uma das melhores formas que o país pode ter para se ver no mundo, para se ver bem” (BASILE, 2002, p. 91).

Uma característica do jornalismo econômico é a escolha por notícias positivas. Ao contrário de outras sessões midiáticas que preferem catástrofes e sensacionalismos, a econômica prefere focar em dados bons a noticiar crises ou problemas no sistema (KUCINSKI, 2000). “A imprensa econômica abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades econômicas”, reflete Kucinski (2000, p. 188).

Por motivos semelhantes, o jornalismo econômico é displicente no trato de problemas estruturais e crônicos, como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional, como se isso tudo desafiasse seus fundamentos ideológicos. Jornalistas famosos e bem-sucedidos são invariavelmente os que melhor tratam a conjuntura imediata e não os que lidam com os problemas estruturais” (KUCINSKI, 2000, pp. 188-189).

No Brasil, a cobertura econômica ganhou impulso durante a Ditadura Civil-Militar, que comandou o país de 1964 a 1985. O fim do período democrático levou consigo a liberdade de imprensa no país. “Foi principalmente a partir do AI-5, em 1968, que os militares decidiram intervir diretamente na imprensa e controlar as notícias, proibindo a publicação de assuntos que eles elegiam de acordo com seus interesses específicos”, relembra a jornalista Suely Caldas (2003, p. 13).

A instalação da censura no país prejudicou a cobertura política e social e, conseqüentemente, direcionou profissionais e o espaço midiático para a área econômica. “A especialização crescente teve o mérito de preparar e qualificar os jornalistas. que passaram a conhecer e entender melhor os mecanismos internos dos diversos setores econômicos”, relembra Caldas (2009, p.18).

Segundo Kucinski (2000), os 24 anos de regime autoritário no Brasil deixaram um traço no jornalismo: a autocensura. A motivação principal do jornalista brasileiro não é o interesse público, mas o julgamento dos efeitos da reportagem. “A autocensura, apesar de ser um traço ético no sentido de já fazer parte do *ethos* do jornalista brasileiro, não deixa de ter uma carga ideológica – funciona sempre muito mais na proteção dos interesses dominantes”, descreve Kucinski (2000, p. 178).

O perfil do jornalismo econômico brasileiro é uma crítica à profissão. Consensual: “obviamente em torno dos interesses dominantes – e não considera legítima a divergência” (KUCINSKI, 2000, p.189). Dogmático, característica que “se manifesta no reducionismo da discussão, no desprezo pelo factual e no pouco trabalho analítico” (KUCINSKI, 2000, p.190).

Ingênuo: “insiste em descrever o mundo dos negócios como um conto de fadas em que só há encantamentos” (KUCINSKI, 2000, p.190). Oficialista: “subserviente ao governo do dia” (KUCINSKI, 2000, p.191). Entreguista: “assume a defesa integral dos interesses estrangeiros (...); há uma notável perda de auto-estima que faz com que não se acredite em nada que seja nacional ou brasileiro” (KUCINSKI, 2000, p.191). Deslumbrado: “perante as grandes empresas e os grandes empresários e banqueiros, do que resulta uma atitude subserviente e acrítica” (KUCINSKI, 2000, p.192).

Sobre a cobertura econômica contemporânea no Brasil, aponta-se para uma ampliação da temática desde a década de 1990. Com a implantação do Plano Real, em 1994, cresce o interesse da imprensa pela área financeira de negócios e o mercado financeiro populariza-se, passando a ocupar mais espaço nas publicações diárias.

Entre os desafios da cobertura econômica na atualidade estão: o surgimento das agências de comunicação em tempo real, o excesso de informações geradas pela sociedade globalizada e o jornalismo on-line (PULITI, 2013).

É a variável velocidade (obviamente com precisão de informação) que define a vantagem de um veículo sobre outro. Os novos jornalistas já não precisam tanto se preocupar com texto final, reflexões, elaborações. É preciso apurar e passar a notícia para a redação em milésimos de segundo, para não perder para o concorrente. E é essa informação rápida e superficial que vai influenciar o noticiário dos sites, dos jornais impressos, dos telejornais e do radiojornalismo (PULITI, 2013, p. 48).

A grande quantidade de informações que chega às redações e a velocidade com os fatos que precisam ser transmitidos acabam por atrapalhar a transmissão das notícias. Pavarino e Gottlieb (2010) comentam que uma das dificuldades da editoria é a utilização de números de forma inteligível para o público e sugerem:

Usar pessoas que ilustrem as matérias, ter mais espaço e tempo para apresentação das informações e mostrar as consequências boas ou não de taxas de oscilações nas taxas de juros, por exemplo, traria o jornalismo econômico mais próximo daquele que necessita dessa informação (PAVARINO; GOTTLIEB, 2010, p.8).

Muitos dos desafios do jornalismo econômico são encontrados em outros setores da imprensa. As transformações sociais influenciam a mídia ao mesmo tempo em que são influenciadas por ela, em um ciclo de contribuições e de beneficiamento mútuo. Dentro da perspectiva construtivista da comunicação, acredita-se que a participação dos meios de

comunicação é fundamental para a evolução social. O desenvolvimento do jornalismo econômico, portanto, é essencial para o progresso econômico-social.

1.2 O Meio Ambiente e a Conquista do Espaço Midiático

A temática ambiental passa a ser discutida após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), para analisar os danos causados ao meio ambiente durante os conflitos.

A *Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos*, promovida pela UNESCO¹¹ nos Estados Unidos, em 1949, foi o primeiro evento internacional de prestígio realizado para debater a questão ambiental de forma coletiva e pensando em impactos futuros (RIBEIRO, 2001). Esse avanço do interesse da comunidade internacional pelo tema ecológico levou à realização de outras conferências e à criação de uma seção específica na ONU para tratar do meio ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1972, sediado em Nairóbi, no Quênia.

Acompanhando as mudanças sociais, surge na França, em 1969, a primeira organização de jornalismo ambiental do mundo: a *Associação de Jornalistas Escritores para a Natureza e a Ecologia*.

Ao longo dos anos, esse ramo jornalístico vem crescendo e tentando se consolidar na imprensa mundial¹². Wilson Bueno (2007) diferencia a comunicação e o jornalismo ambientais. O segundo item está restrito às funções jornalísticas; o primeiro, refere-se a tudo o que envolve a promoção e a divulgação da causa ambiental, incluindo o próprio jornalismo ambiental.

Bueno (2007) destaca três funções do jornalismo ambiental. A informativa visa divulgar os principais temas ambientais. A pedagógica pretende apresentar formas de resolver problemas ecológicos. A política busca transformar cidadãos em vigias dos poderes público e privado. Para obter esses resultados, o jornalista não deve se restringir a amarras políticas e a questões mercadológicas, mas comprometer-se a trabalhar de acordo “com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate” (BUENO, 2007, p. 36).

¹¹Criada em 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) foi a primeira agência da Organização das Nações Unidas (ONU) a tratar da temática ambiental.

¹²Na década de 1980, houve uma breve ascensão do jornalismo ambiental.

Na tentativa de alcançar a inter e multidisciplinaridade que quebra a divisão dos meios jornalísticos em cadernos e em editorias, o jornalismo ambiental precisa de um engajamento político, social e cultural, que mantenha o foco na realidade e vá além da utopia e dos interesses mercadológicos. Tudo com o objetivo de não cometer erros que danificam a cobertura ambiental, como a fragmentação, o reducionismo, a despolitização, a convivência com grupos que perpetram crimes ambientais e o emprego quase que exclusivo de fontes acadêmicas, nem sempre isentas, acabando por tornar elitista uma discussão que interessa a toda a sociedade (BUENO, 2007; HOLANDA, 2010; VILLAR, 1997).

Por ter menos de 50 anos de existência e ser considerada uma área relativamente nova dentro do jornalismo, muitos meios de comunicação não têm editorias específicas de meio ambiente, ou consideram o tema secundário.

Dessa forma, o agendamento jornalístico ambiental é prejudicado por ser pautado sob o ponto de vista de outras editorias, ou afetado por ser refreado por interesses exteriores às redações. De acordo com o jornalista Roberto Villar (1997), “a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas”.

Entende-se que o agendamento jornalístico ambiental é reprimido por campos econômicos e políticos que são seções consolidadas na imprensa. Hohlfeldt (2001) defende o agendamento:

Numa sociedade urbana complexa, temos necessidade da mediação dos meios de comunicação: não podemos ser testemunhas oculares das decisões do Palácio do Planalto ou do Congresso Nacional, ainda que, eventualmente, numa pequena comunidade, possamos assistir a uma reunião que culmine em determinada decisão por parte do prefeito, chefe do Executivo municipal daquela comuna (...). Portanto, dependendo da mídia, sofremos influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (HOHLFELDT, 2001, pp. 192-193).

O silêncio acerca das questões ambientais abre espaço para a realização de ações prejudiciais ao ecossistema, visto que a consciência ambiental da sociedade é privada de formação mais consistente.

Para Jacobi (2006), a sustentabilidade necessita de práticas sociais geradas pelo desenvolvimento do direito à informação e pelo incremento da educação ambiental, ambos pensados e praticados em um contexto de integração com a sociedade. “Trata-se de

potencializar iniciativas a partir do suposto de que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade” (JACOBI, 2006, p.17).

Os vácuos criados pela falta de agendamento jornalístico ambiental são nocivos. Os impactos são imediatos, mas também repercutem no médio e no longo prazo, devido à falta de esclarecimento da sociedade, como prevê a hipótese do agendamento jornalístico, tema explorado a seguir.

Existe uma necessidade de incrementar os meios e o acesso à informação, assim como o papel indutivo que o poder público deve ter na oferta de conteúdos informativos e educativos. Emergem assim, indagações quanto aos condicionantes de processos que ampliem as possibilidades de alteração do atual quadro de degradação sócio-ambiental (JACOBI, 2006, p.17).

A Constituição brasileira possui um capítulo exclusivo para o meio ambiente e estabelece no artigo 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 139). Entretanto, analisando a imprensa brasileira, a pesquisadora Liana John (2001) destaca que o meio ambiente nunca teve um espaço definido nos jornais e nas revistas do país.

Já na história mais recente, há 30 anos atrás, quando começaram a surgir reportagens sistemáticas sobre o tema, um problema ambiental só chegava às primeiras páginas quando ocorria no Primeiro Mundo ou quando tinha implicações no comércio internacional ou na política externa. Raramente teria destaque se fosse um assunto circunscrito ao território nacional. Exceto no caso de acidentes ambientais, com “boas manchetes”, ou seja, passíveis de uso sensacionalista (JOHN, 2001, p. 91).

Historicamente, o jornalismo ambiental no Brasil e no mundo possui uma importância secundária dentro da cultura jornalística. A consequência desse resultado é a negação de forma concomitante de dois direitos humanos básicos reconhecidos nacional e internacionalmente: o direito à comunicação e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O conteúdo dos meios de comunicação é fruto de um processo produtivo que possui características próprias. Nos próximos tópicos, apresentam-se os conceitos de noticiabilidade, valor-notícia, *newsmaking* e agenda-setting de forma a auxiliar a compreensão da produção

jornalística. Esses conceitos ajudam a entender a produção da Tribuna do Norte, que será analisada nos capítulos seguintes.

1.3 *Newsmaking*, Noticiabilidade e Valor-Notícia

Entender a produção da notícia, ou o *newsmaking*, é o objetivo da corrente construtivista da comunicação. A Teoria do *Newsmaking* avalia a cultura profissional dos jornalistas, em conjunto com a organização do trabalho e dos processos produtivos (TUCHMAN, 1978).

Nos estudos sobre o fazer jornalístico, surgem os conceitos de noticiabilidade e de valores-notícia, processos que auxiliam os jornalistas a definirem os fatos do dia a dia que são passíveis de ser transformados em notícia de forma mais rápida e sistemática (VIZEU, 2007).

No processo de produção da notícia, os valores-notícia operam no sentido de possibilitar uma certa organização no caos circundante, tornando assim possível a rotinização do trabalho. Isto é, são contextualizados nos procedimentos produtivos porque aí adquirem sentido, desempenhando a sua tarefa e se revestindo daquela aparência de bom-senso que os torna, aparentemente, elementos dados como certos, elementos naturalizados (VIZEU, 2007, p. 231).

Pena (2008) corrobora a explicação sobre a teoria do *newsmaking*: “Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias” (PENA, 2008, p. 130).

A noticiabilidade é definida “como o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de fatos, entre os quais vai selecionar as notícias” (VIZEU, 2007, p. 225). Os valores-notícia fazem parte da noticiabilidade:

Os valores-notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção, isto é, não estão presentes só na seleção de notícias, mas participam de todas as operações anteriores e posteriores à escolha, embora com um relevo diferente em cada situação. Eles são dinâmicos. Ou seja, mudam em função de aspectos culturais, sociológicos e tecnologias (VIZEU, 2007, p. 225).

A relação existente entre os conceitos é de proporcionalidade direta: quanto maior o número de valores-notícias identificados em um episódio, maior o nível de noticiabilidade que ele apresenta. Apesar de considerar os critérios de noticiabilidade quase infinitos, o pesquisador Alfredo Vizeu (2007) divide os valores-notícias em cinco categorias principais: substantivas, relativas ao produto, relativas aos meios de comunicação, relativas ao público e relativas à concorrência.

As categorias substantivas estão relacionadas ao fato e aos personagens. Subdividem-se em importância e interesse. Na importância, ressaltam-se: a hierarquia social das pessoas envolvidas no evento (quanto maior a posição social, mais jornalístico); o impacto sobre o país e o grau de interesse nacional (a proximidade física do fato eleva a noticiabilidade); o número de pessoas envolvidas (quanto maior a quantidade de participantes do evento, maior o valor-notícia, o fator ainda aumenta se houver a presença de pessoas famosas); capacidade de evolução e efeitos (eventos que possuem desdobramentos e consequências futuras, têm maior possibilidade de virar notícia) (VIZEU, 2007).

A categoria interesse leva em consideração o público e o que se acredita ser o interesse dele. Ganham espaço: “histórias de gente comum em situações insólitas ou histórias de homens públicos surpreendidos no dia-a-dia da vida privada” (VIZEU, 2007, p. 226). Publicam-se episódios onde há inversão de expectativas; feitos heroicos e extraordinários; histórias de interesse humano. Busca-se um equilíbrio entre acontecimentos positivos e negativos (VIZEU, 2007).

As categorias relativas ao produto vinculam-se à possibilidade de produzir a informação. Leva-se em consideração não apenas a importância do acontecimento, como também a acessibilidade ao fato e a “possibilidade de tratamento jornalístico, ou seja, seu potencial de dramaticidade e capacidade de entretenimento, além de qualidades técnicas e organizativas do material enviado” (VIZEU, 2007, p. 227). Importa-se com a brevidade (adequação ao espaço destinado à notícia no meio de comunicação), a atualidade (possibilidade de atender ao horário de produção e de divulgação da mídia), atualidade interna (interesse da empresa em divulgar a notícia no momento em que toma conhecimento da mesma), qualidade (possuir padrões compatíveis com o meio), equilíbrio (mesclar de forma equilibrada temas de diferentes editorias jornalísticas) (VIZEU, 2007).

As categorias relativas aos meios de informação referem-se à quantidade de tempo utilizada para dar a informação. O tempo destinado à notícia é influenciado por critérios como, por exemplo, o formato jornalístico (impresso, rádio, televisão), a acessibilidade à

fonte ou ao local do acontecimento, a possibilidade de dar continuidade à cobertura (VIZEU, 2007).

As categorias relativas ao público estão relacionadas à ideia que os jornalistas têm da audiência. Vizeu (2007) alerta que este é um aspecto difícil de determinar, porque é bastante polêmico e ainda pouco estudado.

A maior parte das pesquisas realizadas aponta “que os jornalistas conhecem pouco do seu público. Mas, mais do que isso, o profissional, em geral, se sente auto-suficiente e imagina que seu interesse é o de informar, indiferentemente às expectativas e desejos do público” (VIZEU, 2007, p. 227). Nesse elemento, há duas motivações: a estrutura narrativa (texto claro de modo a facilitar a compreensão do fato) e a protetividade (evitar notícias que desestabilizem emocionalmente o público, como suicídios) (VIZEU, 2007).

As categorias relativas à concorrência correspondem à competição entre as empresas de comunicação. Busca-se a notícia exclusiva e em primeira mão. Com isso, cria-se uma vigilância constante entre os meios que desencoraja inovações e institui padrões característicos de cada veículo de comunicação (VIZEU, 2007).

Shoemaker e Reese (1996) afirmam que os valores-notícias se tornaram previsíveis com o passar do tempo. Basicamente incluem proeminência/importância, interesse humano, conflito/controvérsia, raridades, oportunidade e proximidade. Erbolato (2001) descreve mais detalhadamente critérios que podem não ser unânimes, mas que interessam o público:

Proximidade; Marco geográfico; Impacto; Proeminência (ou celebridade); Aventura e conflito; Consequências; Humor; Raridade; Progresso; Sexo e idade; Interesse pessoal; Interesse humano; Importância; Rivalidade; Utilidade; Política editorial do jornal; Oportunidade; Dinheiro; Expectativa ou suspense; Originalidade; Culto de heróis; Descobertas e invenções; Repercussão; e Confidências (ERBOLATO, 2001, p.60).

A capacidade de identificar os acontecimentos que possuem valor-notícia é o “saber de reconhecimento” da profissão (TRAQUINA, 2001, p. 31). Após a fase de reconhecimento, vem a etapa do procedimento: a transformação do fato em notícia. É o fazer jornalístico, o momento em o repórter identifica as fontes que devem ser contatadas, faz entrevistas, decide perguntas, escolhe citações, recolhe dados, estrutura o texto, o formato e o estilo (TRAQUINA, 2001).

1.4 A Hipótese do Agendamento

No ano de 1972, Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw divulgaram um estudo sobre agendamento midiático, o *agenda-setting*, dando início a uma das mais importantes hipóteses dos recentes estudos comunicacionais.

De acordo com os autores supramencionados, os meios de comunicação social realizam um importante papel na construção da realidade. Quando a mídia escolhe e divulga uma notícia, os receptores não somente se informam sobre um tópico, mas, além disso, analisam a importância do tema por meio da quantidade de dados que a imprensa veicula a respeito dele. Dessa forma, a hipótese de agendamento confere um papel central à imprensa no desenvolvimento social.

What we know about the world is largely based on what the media decide to tell us. More specifically, the result of this mediated view of the world is that the priorities of the media strongly influence the priorities of the public. Elements prominent on the media agenda become prominent in the public mind (MCCOMBS, 2002, p.2)¹³.

Na pesquisa, conclui-se que a influência do agendamento está ligada a vários fatores, como o volume de exposição à mídia, o interesse do público pelo assunto, a importância que o receptor atribui ao tópico, a vontade de saber mais sobre o tema, e a comunicação interpessoal (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001).

Entende-se que as principais proposições do agendamento midiático são: o fluxo contínuo de informação, a influência sobre o receptor no médio e no longo prazo, e a capacidade de influenciar o receptor sobre o que pensar e o que falar no médio e no longo prazo.

Segundo Nelson Traquina (2001), a avaliação inicial, realizada por McCombs e Shaw, sobre o agendamento confere à mídia um poder limitado de efeitos reduzidos, algo que não mais atende à realidade contemporânea: “O paradigma então vigente apontava claramente para uma ideia indubitavelmente mais tranquilizadora para a sociedade em geral” (TRAQUINA, 2001, p.13).

¹³ O que nós sabemos sobre o mundo é largamente baseado no que a mídia decide nos dizer. Mais especificamente, o resultado dessa visão mediada do mundo é que as prioridades da mídia influenciam fortemente as prioridades do público. Elementos proeminentes na agenda da mídia tornam-se proeminentes na mente do público (MCCOMBS, 2003, p.2). Tradução livre da autora.

Novos estudos sobre o agendamento promoveram a “redescoberta do poder do jornalismo” (TRAQUINA, 2001, p. 44) e mostraram a importância dos profissionais de comunicação social.

Um ponto central nos estudos mais recentes sobre a hipótese de *agenda-setting* é a alteração da denominação “agendamento midiático” para “agendamento jornalístico”. A mudança foi realizada após os pesquisadores reconhecerem que o agendamento, que baseia os estudos, refere-se a conteúdos jornalísticos e não aos demais produtos da mídia (TRAQUINA, 2001).

Admitir que o objeto em análise trata do agendamento jornalístico permite que os analistas aumentem o foco no *corpus* estudado e obtenham maior exatidão ao tratar o assunto (TRAQUINA, 2001).

McCombs (1992) faz uma releitura sobre os estudos de agendamento e defende a ideia de que a opinião pública é diretamente influenciada tanto pelas notícias que constituem a agenda jornalística como também pelo direcionamento dado às pautas por agentes da comunicação. Conclui-se que fatos e enquadramentos influenciam a sociedade concomitantemente (MCCOMBS, 1992).

Avaliando a conjuntura midiática contemporânea, Traquina (2001, p. 46) ressalta “o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social”. A responsabilidade social do jornalista aumenta à medida que se desenvolve a percepção que ele é um agente capaz de fornecer informações significativas para revelar circunstâncias do contexto social (TRAQUINA, 2001).

Traquina (2001) salienta a importância de uma base sólida nas ciências sociais e nas ciências humanas para a formação acadêmica dos futuros profissionais da comunicação social tema nem sempre levado em consideração pelos professores que atuam nos cursos de comunicação. “Perante as altas responsabilidades sociais dos jornalistas, seria oportuno fomentar a reflexão sobre deontologia e os ideais que levam muitos a identificarem, como toda a sua carga mitológica, esta profissão com a procura da verdade” (TRAQUINA, 2001, p. 46), avalia.

Behr e Iyengar (1985) analisam a relação existente entre a agenda pública e a jornalística, definindo que a agenda pública é produzida pela jornalística, mas que o inverso não ocorre jamais.

Erbring, Goldenberg e Miller (1980) entendem que o agendamento jornalístico sobre a agenda pública é imediato, entretanto o contrário acontece somente no longo prazo. Ainda que

provoquem conclusões distintas, as pesquisas concordam que o agendamento jornalístico ocupa posição de destaque em relação à pauta pública e à influência dos meios de comunicação no progresso da sociedade.

Analisando a formação da agenda pública, Mario Fuks (2000, p. 80) afirma que “o estudo a respeito de definição de agenda é o que conduz a dinâmica do debate público”.

Segundo Fuks:

As duas questões básicas no estudo a respeito da definição de assuntos públicos e, mais especificamente, da definição de agenda são as seguintes: 1) como surgem novos assuntos públicos e porque alguns (e não outros) ascendem às arenas públicas e ali permanecem (ou não); 2) que atores participam do processo de definição de assuntos públicos (FUKS, 2000, p. 80).

Mais recentemente, Luiz Martins da Silva (2007) parte da premissa de que a sociedade pode pautar a mídia. Surge a hipótese do contra-agendamento: a pauta que interessa ao público é a que as pessoas tentam incluir na agenda midiática. Defende-se que a mobilização social é fator primordial nesse tipo de agendamento às avessas, pois só através dele os assuntos de interesse social chegam aos meios (SILVA, 2007).

As mudanças só vêm ocorrer quando as informações são catalisadas em favor de processos sociais, de interações e de cooperações no sentido de se alcançar um horizonte; de se vencerem obstáculos; de se projetarem “imaginários” (“uma sociedade sem drogas”; “um mundo sem violência”) (SILVA, 2007, p. 98).

A hipótese do contra-agendamento não é compatível com o objetivo primordial de uma empresa capitalista: o lucro. De acordo com a história da mídia, a transformação dos meios de comunicação em empresas capitalistas trouxe, nos primórdios, ganhos para a liberdade de imprensa.

Ao descrever a evolução da imprensa periódica, Thompson (2009, p. 66) analisa que a passagem para “bases comerciais e independentes do poder do Estado foi capaz de fornecer informações e comentários críticos sobre questões de interesse geral, introduzindo uma nova fase na Inglaterra do século XVIII”.

Ao longo do tempo, contudo, o domínio político exercido sobre a mídia transformou-se em econômico. As pautas jornalísticas passaram a curvar-se aos interesses mercadológicos, ficando a imprensa, novamente, submissa a interesses exteriores às notícias e aos fatos (THOMPSON, 2009).

Sabe-se que os meios de comunicação possuem temas que, considerados inadequados, são silenciados ou minimizados, quando não distorcidos, para caber nos interesses financeiros das empresas midiáticas.

O *index*¹⁴ jornalístico varia de acordo com os interesses dos proprietários dos veículos comunicacionais e dos anunciantes, ficando as redações jornalísticas reféns de regras empresariais.

Na conjuntura contemporânea, o silenciamento assume características de censura, velha inimiga da democracia e da comunicação. O processo é antigo e nasce com a finalidade de que estados e igrejas evitem a disseminação de “heresia, sedição ou imoralidade” (BURKE; BRIGGS, 2002, p. 56). Atualmente, a caracterização dos meios comunicacionais como instrumentos do modo de produção capitalista resulta em uma censura com premissas essencialmente econômicas.

O jornalista John Herbert McManus (1994) avalia os conflitos entre os interesses jornalísticos e os intentos das empresas de comunicação. Segundo o pesquisador, a eterna ambição do jornalismo é representar a realidade precisando enfrentar interesses dos que controlam as organizações. Percebe-se que o produto jornalístico passa por ingerências do cenário mercadológico, fato que prejudica o resultado da cobertura midiática (MCMANUS, 1994).

De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (2009), a forma como a informação é apresentada à sociedade contemporânea é uma das principais características do “globalitarismo” (SANTOS, 2009, p. 38), uma combinação de totalitarismo disfarçado de globalização.

De acordo com Santos (2009, p. 38), “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação”. O pesquisador acredita que as desigualdades são agravadas em todo o mundo à proporção que os meios de comunicação servem a interesses particulares em detrimento das necessidades coletivas e sociais.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas,

¹⁴ Referência ao *Index Librorum Prohibitorum*, ou Índice de Livros Proibidos, criado pela Igreja Católica em 1559, para combater o avanço da religião Protestante.

é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia (SANTOS, 2009, p. 39).

O poder alcançado pelo jornalismo na contemporaneidade cria a necessidade de cobertura pelos meios de comunicação. Surge um setor que busca transformar empresas e personalidades em notícia. McCombs (1976, p. 8) ressalta que “se a mídia não nos diz nada sobre um tópico ou evento, então, na maioria dos casos, ele simplesmente não existirá em nossas agendas pessoais ou em nosso espaço de vida”.

A procura por espaço nos meios de comunicação tem duas consequências diretas e opostas. Por um lado, aumenta o poder da mídia; por outro, o grande número de informações disponíveis amplia a seletividade da imprensa.

Objetivando explicar a seletividade midiática, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002) estabelece a Sociologia das Ausências. Uma teoria que alerta sobre as distorções da realidade apresentada e, muitas vezes, criada pela mídia. A reprodução distorce e subjuga a pluralidade da sociedade contemporânea. Segundo o preceito, aquilo que se exhibe como real é apenas a representação que interessa às elites econômicas (SOUSA SANTOS, 2002).

As ausências não são algo novo. Fazem parte de um processo histórico de representação da hegemonia. A história da humanidade é sempre narrada sob a visão hegemônica e não dá voz à variedade de versões que existe sobre um mesmo fato (SOUSA SANTOS, 2002).

A sociologia das ausências ajuda a entender a sociedade contemporânea por meio dos vazios. Percebe-se que os silêncios não existem por acaso. Grupos se beneficiam com a desinformação ou com a má-informação. O silenciamento costuma ser motivado para obrigar a manutenção de um modelo de sociedade e de desenvolvimento inadequado à estrutura social contemporânea (SOUSA SANTOS, 2002).

A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro (SOUSA SANTOS, 2002).

Há cinco formas de produzir ausências: a monocultura do saber e do rigor, que tem base na ciência ocidental; a monocultura do tempo linear, que tem como finalidade alcançar o modelo econômico dos países desenvolvidos; a monocultura na naturalização das diferenças, que oculta hierarquias; a monocultura da escala dominante, que entende o global como hegemônico; e a monocultura do produtivismo capitalista, que foca na produtividade (SOUSA SANTOS, 2007).

Quando usa o termo “monocultura” para qualificar todas as maneiras de produzir ausências, o sociólogo realiza uma analogia com a agricultura. Dessa forma, Sousa Santos (2007) considera a monocultura midiática uma imposição arbitrária e antinatural, assim como analogamente é a monocultura agrícola.

A cultura monotemática anula pluralidades, extingue conhecimentos e a coletividade, gera infertilidade, empobrecimento, ausência, ignorância e inexistência. A monocultura discursiva é planejada e usada somente com o objetivo de atender aos interesses do grupo hegemônico (SOUSA SANTOS, 2007).

Na esfera midiática, as ausências ressaltadas por Boaventura de Sousa Santos (2002; 2007) são observadas em várias temáticas, mudando de intensidade de acordo com interesses político-econômicos ligados a temas retratados ou a meios de comunicação e com o momento histórico em que as notícias são produzidas e são veiculadas.

O silenciamento midiático foi objeto de várias pesquisas na área de comunicação e deu origem à “hipótese de indexação”, criada pelo cientista político estadunidense W. Lance Bennett, professor da Universidade de Washington. A análise defende que o conteúdo das notícias midiáticas, principalmente sobre política e sobre políticas públicas, geralmente segue a opinião da elite política (BENNETT, 2010).

Segundo Bennet (2010, p. 106): “Mass media news professionals, from the boardroom to the beat, tend to index the range of voices and viewpoints in both news and editorials according to the range of views expressed in the mainstream government debate about a given topic¹⁵”.

A hipótese afirma que, quando há uma convergência de pensamentos, a mídia tende a cobrir o tema de forma homogênea. Reconhece-se a importância do desenvolvimento da democracia, para garantir a pluralidade de pensamentos e conseqüentemente diversidade de vozes nas coberturas midiáticas.

¹⁵ “Os profissionais da mídia de massa, da sala de reuniões à ronda, tendem a indexar a variação de vozes e de pontos de vista nas notícias e nos editoriais, de acordo com a variedade de visões expressadas pela corrente majoritária do debate governamental sobre um tópico determinado” Tradução livre da autora.

Living e Bennet (2003, p. 366) definem: “Controversy and debate in media content conform to the contours of debate found among political elites whom journalists regard as decisive in the outcomes of the issues in the news¹⁶”. Porto (2007) analisa que o caráter pró-elitista da imprensa está implantado na rotina do jornalismo e advém da neutralidade utilizada para alcançar a objetividade jornalística. Cook (2011) ressalta que o jornalismo é uma instituição política e que os jornalistas são atores políticos. Nesse contexto, a seleção e a angulação das notícias tornam-se atos políticos.

De acordo com as correntes apresentadas, o jornalismo possui acepções diversas, sendo definido como empresa capitalista, instituição política, direito humano e meio capaz de articular a representatividade social e de possibilitar a construção da realidade. Frutos dessa diversidade de interpretações, o *newsmaking*, o agendamento, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, ganham amplitude de significado e de utilização.

A revisão de literatura sobre o jornalismo serve de base para a análise dos textos publicados no jornal impresso Tribuna do Norte. Corroborando com as perspectivas expostas, a TN é uma empresa potiguar, de comunicação, que representa um grupo político-econômico; e a informação publicada pelo periódico é analisada por meio dos conceitos de agendamento, noticiabilidade, *newsmaking* e valores-notícia.

Além de abordar a perspectiva jornalística, o estudo das publicações sobre energia eólica publicados na Tribuna do Norte segue uma metodologia própria que une a Análise Crítica do Discurso à Semiologia da imagem fotográfica, conforme apresentado na Introdução desta dissertação. As análises com base na metodologia apresentada estão expostas nos capítulos seguintes.

¹⁶ “Controvérsia e debate no conteúdo da mídia conformam-se aos contornos do debate encontrado entre as elites políticas a quem os jornalistas consideram decisivos nos resultados dos assuntos que estão na mídia”. Tradução livre da autora.

CAPÍTULO 2

2 Conjunturas do Processo de Produção Textual

A Análise Crítica do Discurso, sob a metodologia de Norman Fairclough (1989, 1995, 2001), acrescenta à análise textual os estudos das práticas discursiva e sociocultural. Ambas se traduzem, na verdade, em análises de conjunturas que elucidam os significados textuais de forma mais ampla e contextualizada.

Neste trabalho, a prática discursiva circunscreve a avaliação do jornal impresso Tribuna do Norte, enquanto a prática sociocultural se relaciona à apreciação da estrutura sócio-político-cultural do estado do Rio Grande do Norte, na época em que as notícias selecionadas foram publicadas, e ao contexto energético no período do início da produção eólica no estado potiguar.

2.1 Prática Discursiva

Fairclough (1995) afirma que a prática discursiva está relacionada a aspectos dos processos de produção e de consumo dos textos, ligando-se a rotinas institucionais das redações jornalísticas, e exemplifica: “os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção” (2001, p. 107).

O autor alerta para o caráter comercial das empresas de comunicação e analisa a relação entre o conteúdo midiático e os ganhos financeiros: “Media texts and programmes are from this perspective very symbolic, cultural commodities, produced in what is effectively a culture industry, which circulate for profit within a market, and they very much open to the effects of commercial pressures¹⁷” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 42).

Nesta dissertação, os textos analisados são produto do jornal impresso potiguar Tribuna do Norte (TN), publicados entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004, e relacionados à energia eólica.

¹⁷ “Os textos e programas da mídia são sob essa perspectiva *commodities* culturais muito simbólicos, produzidos dentro do que é efetivamente uma indústria cultural, que circula para lucrar dentro de um mercado, e eles são bastante abertos a efeitos de pressões comerciais”. Tradução livre da autora.

Fundada em 24 de março de 1950, a Tribuna do Norte tem sede no histórico bairro da Ribeira, em Natal. O fundador foi o jornalista, empresário, advogado e político potiguar, Aluízio Alves (1921-2006).

Natural de Angicos, município do interior do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves é considerado um dos personagens mais importantes na história recente do estado. No plano político, foi deputado federal por três mandatos, governador, ministro da administração e ministro da integração regional. Foi também o pioneiro político da família Alves, grupo que disputa a política norte-rio-grandense com as famílias Maia e Rosado, desde a década de 1980.

Na área de comunicação, atuou como repórter em Natal e no Rio de Janeiro antes de fundar a Tribuna do Norte¹⁸. Foi o criador do Sistema Cabugi de Comunicação, considerado o maior grupo de comunicação do estado, formado pela Rádio Globo Natal¹⁹, pela Rádio Difusora de Mossoró²⁰, pela InterTV Cabugi²¹, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Norte, e pelo jornal Tribuna do Norte²².

Sempre à frente das empresas de comunicação que regia, na edição do domingo 23 de março de 2003, Aluízio Alves, então com 81 anos, publicou, na capa²³ do impresso, uma mensagem endereçada aos leitores, lembrando a fundação da Tribuna do Norte e o contexto histórico em que o jornal foi criado:

Quando a Tribuna do Norte começou a circular, no dia 24 de março de 1950, as notícias da primeira página também eram sobre guerra. Estados Unidos e China se enfrentavam na Coreia e as ameaças de um holocausto nuclear já inquietavam o mundo. E desde então, poucos foram os momentos de tranquilidade e equilíbrio entre povos e nações.

A história da Tribuna do Norte também é feita de lutas e resistências contra obstáculos políticos à existência das ideias de Justiça, Democracia e Liberdade de expressão que defendemos. Travamos, diariamente, uma “guerra” contra as dificuldades econômicas que têm pautado o mercado nestes 53 anos. Para começar a circular – o que pretendíamos fazer no dia 19 de março, dia de São José, padroeiro de Angicos, nossa terra natal – tivemos que superar dificuldades com a máquina impressora, comprada no Recife (ALVES, 2003, p.1).

¹⁸ BARRETO, Bruno. Especial Aluízio Alves. **O Mossoroense**. Mossoró, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/220307/conteudo/aluizio_alves_01.htm>. Acesso em: 27 jan. 2017.

¹⁹ RÁDIO GLOBO NATAL. Disponível em: <<http://radioglobonatal.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

²⁰ RÁDIO DIFUSORA DE MOSSORÓ. Disponível em: <<http://portaldifusoramossoro.com/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

²¹ INTERTV CABUGI. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rn/intertvrn/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

²² TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

²³ No dia 24 de março de 2003, a capa da Tribuna do Norte repercutia a recém-iniciada Guerra do Iraque, embate realizado entre 20 de março de 2003 e 18 de dezembro de 2011.

A mensagem antecipa os parabéns ao jornal tanto pela maior circulação aos domingos como também pelo fato de que, desde a fundação, o periódico é publicado de terça-feira a domingo, havendo um hiato nas segundas-feiras.

No período pesquisado, a Tribuna do Norte possuía tiragem de 16.700 exemplares com cerca de 90 páginas aos domingos, 13.600 jornais com aproximadamente 40 páginas aos sábados e 10.500 com uma média de 30 folhas entre terça e sexta-feira. O aumento nas edições impressas dos finais de semana deve-se ao aumento das divulgações publicitárias aos domingos e aos cadernos de classificados, com ofertas de compra e venda.

De acordo com o Departamento Comercial da TN, a tiragem de fevereiro de 2017 do impresso foi de 9.400 exemplares com cerca de 70 páginas aos domingos, 7.300 edições com uma média 34 folhas aos sábados e 6.300 unidades com aproximadamente 28 folhas de terça a sexta-feira. A perda mais drástica ocorre no número absoluto dos jornais e nas edições dominicais devido à redução dos anúncios publicitários.

O encolhimento do periódico é reflexo da crise pela qual os jornais impressos de todo o mundo vêm passando com o advento das mídias digitais. Enquanto a edição impressa da TN sofre uma diminuição no tamanho e no número de assinantes, o Portal Tribuna do Norte, criado em 1998, consagra-se como o mais acessado do estado, com 12.210.543 páginas visitadas e 1.164.444 usuários únicos²⁴.

Segundo o Departamento Comercial da Tribuna do Norte, 65% dos jornais impressos são destinados a assinantes, enquanto 35% são vendidos de forma avulsa. O perfil dos leitores do jornal impresso foi traçado a partir de estudo realizado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC): 56% são homens e 46% são mulheres; em termos econômicos, 60% pertencem às classes sociais A e B, 30% à C, e 10% às D e E; em relação à faixa etária, o maior público é formado por leitores com idade a partir de 50 anos: 40%. Esse grupo é seguido pela faixa de 40 a 49 anos, com 30%; 25 a 39 anos, possui 20%; 15 a 24 anos e 10 a 14 anos com 5% cada²⁵.

Atualmente, a Tribuna do Norte é o principal jornal do Rio Grande do Norte em relação à quantidade de exemplares, ao número de páginas, à estrutura empresarial e ao alcance no estado. A TN divide leitores de impressos em Natal com o Novo Jornal²⁶, publicação que responde por 3.500 exemplares diários. Entretanto, no período pesquisado, a

²⁴ MÍDIA Kit – Tribuna do Norte 2016. Op. Cit

²⁵ Idem.

²⁶ NOVO JORNAL. Disponível em: <<http://novojournal.jor.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

capital potiguar sediava outros dois impressos jornalísticos diários: O Jornal de Hoje²⁷, que circulou entre 1998 e 2015; e o Diário de Natal²⁸, do Grupo Diários Associados, publicado entre os anos de 1939 e de 2012.

Entre 2003 e 2004, o Diário de Natal era o principal concorrente da TN. O jornal se intitulava “o mais antigo e influente do Rio Grande do Norte, uma referência de qualidade editorial em diversas áreas, tais como economia, política, artes e administração pública, mantendo-se na liderança na preferência na leitura entre os potiguares²⁹”.

A última pesquisa sobre os leitores do Diário de Natal, realizada em 2008, mostra um perfil de consumidores muito próximo aos da Tribuna do Norte: 59,7% homens, 40,3% mulheres; das classes sociais A, B e C; 7,71% possuíam o 2º grau completo, 27,43% o 2º grau incompleto, 13,14% superior completo, 36,47% superior incompleto e 15,14% pós-graduação; 16% tinham entre 16 e 25 anos, 21,43% estavam entre 26 e 35 anos, 22,57%, 36 e 45 anos, 27,71%, 46 a 59 anos e 12,29%, idade igual ou acima de 60³⁰.

Entre 2003 e 2004, o Diário de Natal, no entanto, já enfrentava um período de declínio econômico, que culminou em uma reestruturação no ano de 2009, quando o jornal passa a ser impresso no Recife, e em sua extinção no ano de 2012³¹. O declínio do Diário de Natal marca a consagração da Tribuna do Norte como o principal meio de comunicação impresso do Rio Grande do Norte.

Politicamente, a TN defende os interesses da família Alves. Um mapeamento do ano de 2003 mostra que o fundador Aluizio Alves não ocupava cargo político, mas era filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³². Seu filho, diretor da Tribuna do Norte, Henrique Eduardo Alves, também peemedebista, havia sido reeleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte pela 8ª vez consecutiva³³. O sobrinho, Garibaldi Alves Filho, deixava o posto de governador reeleito do RN³⁴ para o de senador³⁵. O irmão, Agnelo Alves,

²⁷ O JORNAL de Hoje anuncia fim da edição impressa. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-jornal-de-hoje-anuncia-fim-da-edicao-a-o-impressa/311194>>. Acesso: em 27 jan. 2017.

²⁸ DIÁRIO DE NATAL. **Diários Associados**. Natal, 2008. Disponível em: <http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=37>. Acesso: em 28 jan. 2017.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² BARRETO, Bruno. Op. Cit.

³³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

³⁴ GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

³⁵ SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

era prefeito de Parnamirim, cidade da Região Metropolitana de Natal³⁶. O sobrinho, Carlos Eduardo Alves, filho de Agnelo Alves, era prefeito de Natal³⁷. A aliada da família, Wilma de Faria, era a governadora do Rio Grande do Norte³⁸.

Nesse contexto, o principal desafio político do grupo dos Alves foi a briga por uma refinaria de petróleo que seria construída pelo Governo Federal, por meio da Petrobras, na região Nordeste. Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco foram os estados que concorreram à refinaria. Pernambuco ganhou a disputa e a construção da Refinaria Abreu e Lima foi iniciada em 16 de dezembro de 2005 em Ipojuca, município localizado no litoral sul do estado.

O embate pela refinaria foi amplamente divulgado nas páginas da Tribuna do Norte. Na edição da quinta-feira, 30 de janeiro de 2003, por exemplo, a TN publicou o caderno especial “Fazendo a diferença”³⁹, em comemoração aos 22 anos de atividades da Petrobras no Rio Grande do Norte. Com 22 páginas, o especial versou sobre a importância da Petrobras no estado, fazendo uma clara defesa à implantação da refinaria no RN.

“Nova refinaria reduziria importação”, “RN deve convencer governo federal e investidores privados”, “Conheça o processo de refino”, “Refino impulsiona economia” são títulos de notícias publicadas no especial em defesa da refinaria da Petrobras no Rio Grande do Norte. Os políticos Garibaldi Alves Filho e Henrique Eduardo Alves participam da edição:

O senador eleito Garibaldi Filho considera que a luta pela construção da refinaria do Grande do Norte deve envolver duas frentes: o convencimento das instituições e órgãos públicos que controlam e regulam o setor e das empresas privadas que têm potencial para investir na obra. (...)

Para o deputado [Henrique Alves], é preciso assegurar que o governo federal tomará uma decisão técnica que leve em consideração os critérios objetivos. Se for assegurada uma decisão com base nos aspectos técnicos, o Estado precisará mostrar suas vantagens e, assim, ampliará suas chances de ser escolhido (RN deve convencer governo federal e investidores privados, 2003, p. 19).

A disputa pela refinaria de petróleo ofuscou outro setor que posteriormente se mostrou importantíssimo para o desenvolvimento da economia potiguar: a energia eólica. Os primeiros relatos sobre o tema aparecem de forma tímida no caderno de Economia da Tribuna do Norte,

³⁶ PREFEITURA DE PARNAMIRIM. Disponível em: <<http://www.parnamirim.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

³⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

³⁸ GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

³⁹ FAZENDO a diferença. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003.

por meio de notas na coluna Negócios e Finanças, assinada pelo jornalista Luís Antônio Pereira Felipe. Formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1982, o repórter havia assumido a coluna em 2001.

Foi por meio de uma reportagem⁴⁰ escrita por esse jornalista que a Tribuna do Norte destaca, pela primeira vez, o potencial eólico do Rio Grande do Norte. “RN terá maior parque eólico do País” foi a reportagem mais completa escrita em todo o período estudado. O subtítulo resume os principais pontos do texto: “A Aneel autoriza instalação de 21 usinas no Estado que, nos próximos anos, poderá sair da situação de dependente da produção externa para potencial exportador, com uma fonte energética limpa e economicamente viável”.

A reportagem, de início, apresenta a temática eólica sob a ótica ambiental dentro de um contexto internacional: “Enquanto o mundo inteiro está se preocupando, cada vez mais, com a geração de energia, especialmente daquelas que possam substituir o petróleo e usinas atômicas, o Rio Grande do Norte parte na frente para gerar energia mais limpa”. Segue apresentando dados sobre a potência energética potiguar e faz uma comparação com a situação do Brasil:

Além de produzir e exportar álcool, o Estado ganha nos próximos anos novos projetos energéticos e o maior parque eólico do País, gerando energia a partir dos ventos. Nada menos do que 21 usinas eólicas foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Se o Brasil voltar a crescer a uma média anual de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), vai faltar energia para garantir a expansão econômica, alerta o empresário Antônio Ermíro de Moraes, presidente do Grupo Votorantin, o maior grupo privado nacional, produtor de cimento, ferro e de energia. No Rio Grande do Norte, essa situação é confortável, com a possibilidade de quintuplicar o volume consumido hoje dos 500 megawatts (FELIPE, 2003, p. 3).

O texto continua expondo as previsões para o estado e traz esclarecimentos sobre o potencial eólico para o leito. O autor realiza uma apresentação didática da situação do estado, citando as empresas que pretendem investir na região, as cidades que serão beneficiadas e a previsão de geração energética de cada empreendimento:

Com a operação de 21 usinas de geração eólica e sete de geração termelétrica, previstas no Plano de Expansão Energética estabelecido em 2001 pelo governo federal, o Rio Grande sai da condição de dependente para a de exportador de energia elétrica, segundo Mário Santos, da Agência

⁴⁰ FELIPE, Luís Antônio Pereira Felipe. RN terá maior parque eólico do País. **Tribuna do Norte**, Natal, 29 jun. 2003. Economia, pág. 3.

Reguladora dos Serviços Públicos – ARSEP/RN. Para o presidente da Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do RN - FECOERN, engenheiro Roberto Coelho, o Rio Grande do Norte é um estado favorecido não só pelos ventos como pelo sol. É o maior potencial de energia eólica e solar do País, afirma. Ele garante que em dez hectares de terras no RN, a insolação para gerar energia equivale a uma bomba atômica por ano. Nada menos do que 13 das 21 usinas eólicas previstas serão construídas pela empresa Energias Renováveis do Brasil Limitada (Enerbrasil), do consórcio Guaraniana do qual faz parte o grupo espanhol Iberdrola, dono das distribuidoras de energia Cosern, Celpe e Coelba, duas das maiores do Nordeste. A maior usina vai funcionar em Guamaré, com 249,9 mW. Três no município de Touros, sendo duas com capacidade para gerar 49,3 mW, e a terceira de 102 mW.

A Siif Énergies do Brasil implantará quatro usinas eólicas no Estado. As maiores funcionarão em Galinhos e Porto do Mangue, com potências de 198 mW e 180 mW. Outra funcionará em Tibau, com 158,4 mW. Já o grupo New Energy Options construirá duas eólicas em Guamaré com 100,8 mW e a outra com 51mW. A Copinvest Mercosul ficará responsável pela operação de uma usina em Areia Branca, com 50,4 mW (FELIPE, 2003, p. 3).

O jornalista finaliza tratando da demanda e da capacidade de produção energética do estado e da distribuição desses recursos para a população brasileira, ainda traumatizada pela crise energética ocorrida entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reportagem, que, *a priori*, pretende mostrar a vocação do RN para abrigar o maior parque eólico do país, faz uma valorização da energia termelétrica. As usinas térmicas são apresentadas como uma necessidade para garantir a estabilidade do sistema elétrico. Infere-se que a solução para a crise energética do Brasil são as termelétricas. Não é realizado um questionamento sobre a implantação das usinas, nem é dada uma explicação sobre as consequências, positivas e negativas, da geração desse tipo de energia.

Há ainda um elogio à participação estatal na distribuição de energia, para que o leitor considere necessária a ação do governo, sem questionar as falhas do sistema que levou à crise energética meses antes. A narrativa apresenta um encadeamento de dados e de fatos que pode levar o leitor a não ter dúvidas e considerar lógico e natural os investimentos e as decisões governamentais para o setor energético.

O Estado tem demanda de 500 megawatts (mW), mas poderá passar a produzir 2,53 mil mW, o que lhe dará a condição de ser um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões, garante a Arsep. Desses projetos, o de maior porte é a Termelétrica de Açú – TermoAçú, que funcionará no município de Alto do Rodrigues, gerando 347,4 mW. A geradora de energia, a partir do gás natural pertence ao consórcio formado pela Guarariana e a Petrobras. A primeira deixará de ser apenas uma distribuidora para ser uma geradora de energia, enquanto a segunda vai

usufruir do vapor para injetar nos seus poços de petróleo e aumentar a produção em mais de dez mil barris/ diários. Das sete termelétricas previstas, quatro estão prontas e três já operam. As termelétricas que entraram em operação foram implantadas pela Petrobras, Vale Verde Empreendimentos Agrícolas e Usinas Estivas. Funcionam, respectivamente, nos municípios de Alto do Rodrigues, Baía Formosa e Arês. Mesmo se faltar energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf, o Rio Grande do Norte já teria garantido o seu próprio abastecimento, evitando entrar em um novo racionamento, se o sistema não fosse interligado. Como a produção de energia é administrada pelo Governo, a interligação do sistema evita que alguns estados não sofram com o racionamento mais do que os outros (FELIPE, 2003, p. 3).

O texto foi acompanhado por uma fotografia (Imagem 16, pág. 106) feita pelo fotógrafo Marcelo Barroso. A foto, em preto e branco, mostra uma turbina eólica de pequeno porte no que aparenta ser uma zona rural. É acompanhada pelo rodapé: “Possibilidade. Produção será ampliada com uso de equipamentos para aproveitar intensidade de ventos na produção de energia”. Ângulos diferentes desta pequena turbina são apresentados em outros três textos publicados em 2003. É apenas a partir de janeiro de 2004, com a instalação do primeiro parque eólico potiguar que imagens de turbinas eólicas de produção em larga escala são publicadas nas páginas da Tribuna do Norte.

Imagem 01 – Tribuna do Norte, 29 jun. 2003, Economia, pág. 3

Domingo • 29 de Junho de 2003
 TRIBUNA DO NORTE
 Natal • Rio Grande do Norte • 3

REFORMA
De Lula a Dória
Luis da Silva terá maior parque eólico do País

ANEL autoriza instalação de 21 usinas no Estado que, nos próximos anos, poderá sair da situação de dependente da produção externa para potencial exportador, com uma fonte energética limpa e economicamente viável

Carla Costa
 JORNALISTA DE ECONOMIA

Se não há o crescimento econômico necessário para gerar empregos, não há como se sair da situação de dependente da produção externa para potencial exportador, com uma fonte energética limpa e economicamente viável. O presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos - ARSEP-RN, Paulo Roberto de Aguiar, afirmou que o Estado do Rio Grande do Norte terá o maior parque eólico do País nos próximos anos, quando serão instaladas 21 usinas. O plano prevê a produção de energia a partir do vento, com uma fonte limpa e economicamente viável. Além disso, o Estado poderá se tornar um potencial exportador de energia elétrica para outros estados do Nordeste. Segundo Paulo Roberto de Aguiar, o Estado do Rio Grande do Norte tem condições ideais para a instalação de usinas eólicas, com ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica. Paulo Roberto de Aguiar afirmou que o Estado do Rio Grande do Norte tem condições ideais para a instalação de usinas eólicas, com ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica.

POSSIBILIDADE Produção será ampliada com uso de equipamentos para aproveitar intensidade de ventos na produção de energia

Mário Santos, da Agência Reguladora dos Serviços Públicos - ARSEP-RN. Para o presidente da Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do RN - FECOER, engenheiro Roberto Coelho, o Rio Grande do Norte é um estado privilegiado devido aos ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica. Paulo Roberto de Aguiar afirmou que o Estado do Rio Grande do Norte tem condições ideais para a instalação de usinas eólicas, com ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica.

megawatts (mW), mas poderá passar a produzir 2,55 mil mW, o que lhe dará a condição de ser um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões, garante a ASEP. Desse projeto, o de maior porte é a Termelétrica do Açú - Termo Açú, que funcionará no município de Alto do Rodrigues, gerando 347,4 mW. A geração de energia, a partir do gás natural, pertence ao consórcio formado pela Guaratarã e a Petróbras. A primeira etapa de obra será a instalação de uma usina de gás natural para ser usada para a geração de energia, enquanto a segunda vai usufruir do vapor para injetar nos seus poços de petróleo e aumentar a produção em mais dez mil barris diários. Das sete termelétricas previstas, quatro estão prontas e três já operam. As termelétricas que entrarão em operação foram implantadas pela Petróbras, Vale Verde Empreendimentos Agrícolas e Usina Estivas. Funcionam, respectivamente, nos municípios de Alto do Rodrigues, Baía Formosa e Arês. Mesmo se falhar energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, o Rio Grande do Norte já terá garantido o seu próprio abastecimento, evitando entrar em um novo racionamento, se o sistema não fosse interligado. Com a produção de energia e administrada pelo governo, a interligação do sistema evita que alguns estados não sofram com o racionamento mais do que os outros.

Biodiesel cria nova perspectiva para produção de mamona

uma unidade de biodiesel no Campo de Produção de Alto do Rodrigues, para trabalhar em parceria com a Sarr Ana Sementes. O Brasil tem as condições ideais para a produção de biodiesel, com uma grande reserva de mamona. Segundo Paulo Roberto de Aguiar, o Estado do Rio Grande do Norte tem condições ideais para a instalação de usinas eólicas, com ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica. Paulo Roberto de Aguiar afirmou que o Estado do Rio Grande do Norte tem condições ideais para a instalação de usinas eólicas, com ventos constantes e fortes. Ele também destacou que o Estado possui um grande potencial turístico, o que pode ser aproveitado para atrair investimentos estrangeiros. Além disso, o Estado possui uma grande reserva de água, o que pode ser utilizado para a geração de energia hidrelétrica.

FACEN
 FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS DE NATAL
VESTIBULAR 2003
 TURMAS DE AGOSTO

Cursos de Administração:
 • Empresas
 • Gestão de Sistemas de Informação

Inscrições abertas

Maior qualidade de ensino pelos melhores preços!

Av. Prudente de Moraes, 3510 Lagoa Nova - Natal
 (84) 206.4013 Fax: (84) 206.4051
 Email: facen.rn@dfzgap.com.br

Racionamento impôs sacrifício, mas abriu oportunidades

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL) autorizou na última semana o reajuste de 15,78% do seguro-apagão, que garante ao consumidor o pagamento de R\$ 0,0057 por quilowatt-hora (kWh) consumido mensalmente para R\$ 0,0066. O reajuste foi em sendo cobrado nos consumidores desde o início do ano passado e serve para pagar o aluguel das usinas e o custo da gás natural no caso de apagões. Os consumidores que foram contratados para a instalação de usinas eólicas em épocas de racionamento tiveram que abrir mão de sacrifícios e uma grande oportunidade para o brasileiro aprender a economizar. Uma lição que ninguém esquece para a geração de energia elétrica. Segundo o Coelma, a venda de energia nos cinco primeiros meses de 2003, da ordem de 8,2 mil GWh, representa um crescimento de apenas 4,1% em relação aos 5,3 mil GWh dos mesmos cinco meses de 2002 e uma redução de 10,3% em comparação com os 4,287 mil GWh de igual período do ano de 2001.

Consumo
 O professor esteve, recentemente em Natal, participando de um seminário que culminou com o funcionamento de duas camoneiras e um trator movidos a biodiesel de mamona. Segundo ele, de acordo com as reservas conhecidas até agora e a produção/consumo atual de 22 milhões de barris diários, as reservas de petróleo mundiais estarão esgotadas no final deste século, necessitando portanto de novas fontes já a partir de agora.

Você Quer ir ao Cinema ?
 A Tribuna do Norte está distribuindo 130 ingressos do Cine Rio Verde para os seus assinantes.

A Tribuna do Norte está distribuindo, para seus assinantes, 130 ingressos por semana, do Cine Rio Verde I ou II. Para ganhar é muito fácil. Nesta segunda-feira, ligue 211.8900 ou 201.2272, das 8h às 9h. Os 65 primeiros assinantes ganharão 02 ingressos para o Cine Rio Verde I ou II. Aproveite e divirta-se!

Assinantes que já reservaram ingressos para um filme não poderão participar da promoção para o mesmo filme, nas semanas seguintes.

(Rio Verde 1)
Todo Poderoso
 Terça-feira, 01/07
 Quinta-feira 03/07

(Rio Verde 2)
Frida
 Quarta-feira, 02/07
 Quinta-feira, 03/07

Promoção exclusiva para pessoas físicas.

LIGAÇÃO ASSINANTE TRIBUNA

Fonte: Tribuna do Norte, 2003.

A reportagem de Luís Antônio Pereira Felipe foi premiada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), conquistando o terceiro lugar no I Prêmio Fiern de Jornalismo. A premiação fez que a reportagem ganhasse repercussão em edições posteriores do jornal. O texto foi citado duas vezes na TN: no dia 27 de julho de 2003, devido à divulgação dos vencedores⁴¹, e em 28 de agosto, registro da solenidade de entrega dos prêmios⁴². No dia 27 de julho, foi reproduzida a imagem original da página do jornal com a reportagem premiada. Além disso, foi publicado um texto⁴³ praticamente recontando e atualizando a reportagem premiada, publicada em 29 de junho.

“RN terá maior parque eólico do País” é considerado o texto mais importante dentro do período analisado. A reportagem de Luís Antônio Pereira Felipe é pioneira ao abordar o potencial energético do estado. Ela apresenta a temática eólica dentro da perspectiva econômica, sem esquecer do contexto ambiental e teve repercussão por um período de dois meses, devido à premiação.

Em segundo lugar de importância na cobertura da Tribuna do Norte, está a notícia “RN ganha sua primeira usina eólica este ano”. Publicada no caderno de Economia na terça-feira, 15 de Julho de 2003, apresenta aos potiguares a previsão do primeiro empreendimento eólico do estado. O subtítulo informa: “A Petrobras assinou ontem contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã”.

A primeira usina de geração de energia eólica do Rio Grande do Norte deve entrar em operação até dezembro deste ano. A Petrobras assinou, ontem, contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã, para a instalação do parque com três aerogeradores. Um investimento da ordem de R\$ 6 milhões.

A energia obtida na usina será conectada à rede da Companhia Energética do Estado (Cosern) e utilizada pela Petrobras em suas unidades de Macau e Campo da Serra que consomem cerca de 38 MW de energia.

O parque eólico do Rio Grande do Norte, segundo informações da Petrobras, é o primeiro de uma série de projetos que estão sendo desenvolvidos pela empresa.

A licença ambiental para a instalação do parque foi concedida pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema).

O aproveitamento da energia eólica é uma tendência mundial por ser caracterizada como uma forma de energia limpa, que contribui para a preservação do meio ambiente. Para sua produção não requer água, um recurso cada vez mais escasso e não gera gases de efeito estufa. A rotação das hélices do aerogeradores é baixa, cerca de 30 rotações por minuto na

⁴¹ JORNALISTAS premiados. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jul. 2003. Economia. pág. 6.

⁴² JORNALISTAS recebem Prêmio Fiern. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 ago. 2003. Geral, p. 7.

⁴³ DE CONSUMIDOR a produtor de energia para o País. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jul. 2003. Economia, pág. 6.

velocidade média dos ventos locais (7,5 m/s), não prejudicando a vida dos pássaros da região.

A energia eólica tem importante participação na matriz energética de países como a Alemanha, cuja potência instalada é de 12.000 MW, Espanha 4.838 MW, Estados Unidos 4.675 MW e Dinamarca 2.900 MW, entre outros (RN ganha sua primeira usina eólica este ano, 2003, p. 6).

O texto é curto e direto. É uma notícia, factual, gerada por um evento, que neste caso é a assinatura do contrato entre a Petrobras e a empresa responsável pela instalação do primeiro parque eólico no RN: a Wobben Windpower, uma subsidiária da companhia alemã Enercon, instalada no Brasil em 1995⁴⁴.

Apesar de estar na seção de Economia e destacar a instalação do parque eólico, apresenta a questão ambiental sob três aspectos: a licença ambiental necessária para o empreendimento; a caracterização da energia eólica como fonte limpa e sustentável; e o único escrito a falar sobre a interação das turbinas com o ecossistema local: “A rotação das hélices do aerogeradores é baixa, cerca de 30 rotações por minuto na velocidade média dos ventos locais (7,5 m/s), não prejudicando a vida dos pássaros da região”. Esses três pontos destacados tornam a notícia a mais informativa no aspecto ambiental.

O texto é ilustrado por uma fotografia (Imagem 17, pág. 107) registada por Marcelo Barroso. A foto em preto e branco tem como rodapé: “Usina. Parque eólico será na região de Macau e Campo da Serra”. O quadro apresenta uma angulação diferente da mesma turbina apresentada na reportagem anteriormente destacada: “RN terá maior parque eólico do País”.

⁴⁴ APRESENTAÇÃO da empresa. **Wobben Windpower.** Disponível em: <<http://www.wobben.com.br/empresa/wobben/apresentacao-da-empresa/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Imagem 02 – Tribuna do Norte, 15 jul. 2003, Economia, pág. 6



Negócios & Finanças

Contribuição ao País

O balanço de superávits contribui para o crescimento econômico brasileiro, enquanto o nível de emprego e os salários continuam em queda. Segundo o relatório da Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abcea), o balanço comercial brasileiro em julho deste ano foi de US\$ 1,277 bilhões, contra US\$ 869 milhões em importações. A balança registrou um superávit de US\$ 381 milhões entre os dias 7 e 13 de julho. Com o resultado apurado, o saldo comercial acumulado em julho subiu para US\$ 727 milhões. No ano, a balança acumulou até agora US\$ 11,125 bilhões.

Comércio (I)
As vendas do varejo cresceram na maioria dos estados no mês em maio e junho. O varejo em maio cresceu 4,52% no total em relação a maio de 2002. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. O setor já acumulou neste mês vendas de 5,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. O resultado das últimas 12 meses também é positivo, com um crescimento de 4,7%. Os dados de fevereiro do setor, entretanto, continuam positivos.

Comércio (II)
Será assinado, hoje, entre o Banco do Brasil e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal, o convênio para concessão de crédito aos participantes de empresas locais. O BB terá juros menores nas operações de desconto de cheques e antecipação de vendas e redução de custos. A operação será realizada em agosto, de 26 a 6 de setembro. A assinatura do convênio ocorrerá às 19h30, na sede da CDL.

Fórum Parlamento de Artesanato e do Banco do Nordeste estarão reunidos, hoje pela manhã, no Hotel Escola Beira Rio para discutir parcerias e lançar o Cartão do Artesão. O Fórum adotou a política de pólos regionais, englobando de 16 a 40 municípios, em função das tipologias e potencialidades. O RN tem pólos nas regiões do Trairi, Litoral Sul, Alto Oeste, Oeste, Central, Sertão e Meio Grande.

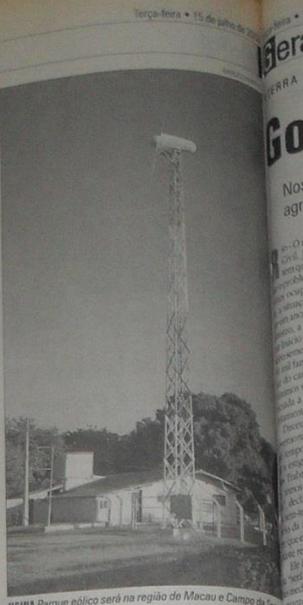
Empresa holandesa Rivedco, pertencente à holding que controla o grupo C&A, pressiona a dividir as ações do Shopping Guarapari, na região metropolitana do Recife. Até agora, o shopping era controlado pelo grupo Propar, do empresário João Carlos Passa Mendonça.

Mais energia no RN
A diretoria da Petrobras assinou ontem o contrato com a empresa Wobben Windpower, subsidiária da alemã Enercon, para o fornecimento, instalação e manutenção dos aerogeradores do seu primeiro parque eólico a ser instalado no Rio Grande do Norte. As ações, a serem realizadas em julho, consistem na construção do parque eóico para uma gran-

RN ganha sua primeira usina eólica este ano

A Petrobras assinou ontem contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã

A primeira usina de geração de energia eólica do Rio Grande do Norte deve entrar em operação até dezembro deste ano. A Petrobras assinou, ontem, contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã, para a instalação do parque eólico de 30 aerogeradores. Um investimento da ordem de R\$ 6 milhões. A energia obtida, na soma com a gerada pela Companhia Energética do Estado (Cesene) e fornecida pela Redebrasil em sua unidade de Macaú e Campina Serra, que consomem cerca de 38 MW de energia. O parque eólico do Rio Grande do Norte, segundo informações da Petrobras, é o primeiro de uma série de projetos que estão sendo desenvolvidos pela empresa. A licença ambiental para a instalação do parque foi concedida pe-



USINA Parque eólico será na região de Macaú e Campina Serra

Trabalhadores com ações na CEF só recebem correção dia 23



SITUAÇÃO Pagamento vai beneficiar 10 mil contas de seis mil trabalhadores no Estado

A Caixa Econômica Federal tem, aproximadamente, dez mil contas de 6 mil trabalhadores no Rio Grande do Norte que abram mão de ações na Justiça para receberem a correção do saldo de FGTS, mas as contas estavam rejeitadas por falta de homologação da desistência. Com a liberação do crédito, na semana passada, o banco deve pagar no total R\$ 4 milhões a cerca de 10 mil pessoas. O pagamento ainda será operacionalizado pela direção da Caixa Econômica, mas se tornou possível com a assinatura de um decreto por parte do vice-presidente da república, José de Alencar, na sexta-feira passada quando esteve no exercício do presidente. A desistência da Caixa Econômica do Estado esclarece que o decreto regulamentou a lei dos créditos complementares, e permitiu a antecipação do pagamento, mas a operação para quem assinou o termo de adesão no formulário ainda não deve procurar hoje o banco para receber o saldo da correção. "É um volume de pessoas que estão ansiosas em receber esse dinheiro, elas concordaram em desistir das ações na Justiça, precisavam ter homologação da desistência, tudo está resolvido, mas vamos receber para o pagamento", explicou o gerente de mercado da Caixa Econômica no Rio Grande do Norte, Handerson Hoppe. A gerente confirmou que hoje a instituição está fazendo e o pagamento da quarta fase dos créditos complementares, para trabalhadores que têm direito a receber entre R\$ 5 mil e R\$ 8 mil de correção.

Diretoria da Fiemg contesta nota de industrial

A diretoria da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiemg) contestou a nota de um industrial de domingo em relação à decisão da diretoria da Indústria do Rio Grande do Norte de não aceitar a proposta de trabalho da indústria. Com a proximidade da eleição da diretoria da Fiemg, a decisão da indústria de não aceitar a proposta de trabalho da indústria, a diretoria da Fiemg contestou a nota de um industrial de domingo em relação à decisão da diretoria da Indústria do Rio Grande do Norte de não aceitar a proposta de trabalho da indústria. Com a proximidade da eleição da diretoria da Fiemg, a decisão da indústria de não aceitar a proposta de trabalho da indústria, a diretoria da Fiemg contestou a nota de um industrial de domingo em relação à decisão da diretoria da Indústria do Rio Grande do Norte de não aceitar a proposta de trabalho da indústria.

PERQUISA
Recursos de US\$ 10 bilhões para US\$ 9,7 bilhões a estimativa para o ingresso de investimentos estrangeiros diretos no País em 2003, de acordo com pesquisa feita pelo Banco Central junto ao mercado financeiro brasileiro. Para 2004, os analistas consultados mantiveram em US\$ 13 bilhões suas estimativas para o ingresso desse tipo de investimento no País.

NOVIDADES
No litoral do Aracá, da avenida Hermes da Fonseca, será lançada hoje, às 19h30, a "Store in Store Saccara". São lojas em design italiano, com novos conceitos em design, muitas cores e detalhes. O empresário Rêno Monte acredita que a loja vai surpreender com qualidade o mercado varejista de Natal.

MODERNIDADE
O novo terminal de passageiros do Aeroporto dos Guararapes Recife ganhará sete pontas de embarques em poucas semanas. O custo da obra, incluindo o novo acesso viário, ficará em torno dos R\$ 300 milhões, sendo R\$ 230 milhões somente com o novo terminal. A Infraero, Embraer e o governo de Pernambuco bancaram a ampliação do terminal.

cosern Companhia Energética do Rio Grande do Norte

INTERUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Município: Ceará Mirim
LOCALIZAÇÃO: Praia de Jacuina e adjacências.
NOTA: A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, procederá a interrupção no fornecimento de energia elétrica para realizar trabalhos de manutenção, melhoramento e de manutenção na sua rede. Caso o serviço seja concluído antes do horário previsto, a rede será energizada sem qualquer outro aviso.

Revista da TV

Todos os Domingos na TRIBUNA

Fonte: Tribuna do Norte, 2003.

As demais inserções estão, de alguma forma, ligadas a esses dois textos identificados como principais. Giram em torno das temáticas abordadas por eles: ou dizem respeito à capacidade de geração eólica do Rio Grande do Norte, ou tratam da instalação de empreendimentos no estado.

Um destaque merece ser dado a um texto⁴⁵, que foge ao padrão dos demais. Escrita pelo repórter Everton Dantas após uma denúncia, a reportagem “Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos” se diferencia do restante da cobertura por possuir um caráter investigativo. Publicada no domingo, 18 de Janeiro de 2004, no caderno Natal, apresenta a questão no subtítulo: “Alteração na lei de subsidio neutralizou o potencial eólico potiguar. Com isso, o que poderiam ser 600 milhões de dólares em investimentos foram limitados a 200”. E descreve de forma mais detalhada no início da reportagem:

Ventos diferentes sopraram em Brasília durante o último novembro e alteraram a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Resultado: os estados do Ceará e Rio Grande do Norte - que possuem as melhores condições naturais para exploração de energia eólica no País - terão de se contentar em produzir apenas 20% (cada) do total que o Governo pretende comprar, 1100 megawatts. Ambos poderiam produzir bem mais que isso.

O caso do Rio Grande do Norte é o mais gritante. Com a limitação, o Estado - primeiro do País em projetos para parques eólicos- só poderá produzir 220 megawatts de energia, o equivalente a 200 milhões de dólares em investimentos. Se a limitação não existisse, a produção inicial poderia ser de 660 megawatts, com investimentos de 600 milhões de dólares. Os dados com relação a empregos e capacidade total de produção revelam que a situação é muito pior (DANTAS, 2004, p. 6).

A reportagem segue apresentando a fonte: “Quem está chamando a atenção para o problema é o geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela”. Conta a origem da informação: “Ele tomou conhecimento da situação após conversar com profissionais envolvidos em projetos que visam à exploração de energia eólica no Estado. E a opinião do denunciante: “Segundo ele, as alterações foram sem o conhecimento da classe política potiguar, que só agora começa a despertar para o episódio”. Continua apresentando o programa:

O Proinfa foi a forma encontrada pelo Governo Federal (ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) de incentivar a produção de energia elétrica via exploração de fontes alternativas. Pela lei, o Governo se comprometeu em comprar a produção de energia elétrica extraída de fontes

⁴⁵ DANTAS, Everton. Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

alternativas como o vento, a biomassa e pequenas centrais elétricas. Para cada uma delas ficou estipulada a negociação de 1100 megawatts, num total de 3330. A Eletrobrás ficou responsável pela compra. Os valores devem ser apresentados ainda neste mês, quando o Proinfa for regulamentado.

Com a garantia de subsídio - previsto para 15 anos a partir de 2006 -, começaram a surgir interessados em projetos de exploração de energia eólica no País. Para isso, foram feitos inúmeros estudos. Eles apontaram que as duas melhores áreas para exploração eram os litorais potiguar e cearense. Com bases nesses resultados, o óbvio ocorreu: uma corrida pelas melhores áreas. Hoje, conforme dados do Centro Brasileiro de Energia Eólica, há 28 projetos autorizados para o Rio Grande do Norte, 35 para o Ceará; e 29 para o Rio Grande do Sul.

A prova da qualidade do Rio Grande do Norte pode ser percebida na projeção da capacidade de produção de megawatts: 2.634,70. O Ceará e o Rio Grande do Sul, mesmo com mais projetos, ficam atrás. O dois, respectivamente, tem produções de megawatts estimadas em 2.196,85 e 1.428,45. O restante dos projetos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - 25 ao todo - estão localizados no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Piauí, Pará, Santa Catarina, Sergipe e Paraíba (DANTAS, 2004, p. 6).

Expõe a reviravolta: “Tudo ia bem”, começa. Continua: “Em novembro último, a situação mudou. Através de uma alteração na lei 10438 - que criou o Proinfa - o Ministério de Minas e Energia estabeleceu um teto específico para a produção de energia por fonte eólica para cada estado dos 1100 megawatts estabelecido pelo subsídio”. “Aumentou o prazo de subsídios de 15 para 20 anos, a contar de dezembro de 2006 e prevaleceu que os contratos devem ser assinados até 29 de abril de 2004”. Encerra com a visão do especialista, fonte, denunciante:

Para Geraldo Magela, a alteração no Proinfa - feita pela lei -, causará prejuízos ao Estado, que freará os investimentos no Rio Grande do Norte. O geólogo diz que diante da situação pode prever até mesmo desistências de empresas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do RN. "Foi o mesmo que chegar a dizer que a partir de agora o Estado só pode produzir 20% de petróleo nacional" comparou. Ele informa ainda que se não tivesse conversado com profissionais da área, o assunto ainda estaria oculto. Segundo Geraldo Magela, a alteração não foi percebida também por nenhum dos políticos potiguares em Brasília. "Dessa vez o RN ficou pra trás", diz (DANTAS, 2004, p. 6).

O geólogo Geraldo Magela consagra-se como a fonte independente mais importante desta análise. Sua denúncia gera um especial com uma reportagem e quatro notícias, duas

fotografias e duas artes no domingo, 18 de janeiro de 2004, além de uma suíte⁴⁶ na edição seguinte, da terça-feira, dia 20 de janeiro de 2004.

A denúncia ganha espaço e repercussão devido à questão econômica. O debate gira em torno das perdas financeiras para o estado. A alteração da legislação representa um déficit de 400 milhões de reais para os cofres do Rio Grande do Norte. Os títulos das notícias vinculadas à reportagem principal mostram que o aspecto financeiro lidera a cobertura: “Limitação de 20% vai retardar investimentos⁴⁷”, “Ministério justifica mudanças⁴⁸”, “RN tem melhores condições para alojar parques⁴⁹”, “Maior projeto potiguar supera limite estabelecido⁵⁰”, “Deputados cobrarão explicações⁵¹”. Ficam à margem o desenvolvimento sustentável e os aspectos ambientais. Pontos que poderiam ser incluídos e debatidos, mas que são marginalizados, não apenas nesse contexto como no restante da cobertura.

De toda forma, é exatamente pela visão político-financeira que se entende a cobertura da Tribuna do Norte acerca da temática eólica no Rio Grande do Norte. Enquanto a previsão máxima de investimento inicial era de 600 milhões de dólares, nos projetos eólicos, o da refinaria começou com um orçamento de US\$ 2,5 bilhões. O empreendimento, ainda em andamento, tem previsão de ficar em torno de US\$ 20 bilhões⁵².

A apreciação da história e da estrutura empresarial da Tribuna do Norte, bem como dos principais textos publicados pelo jornal impresso sobre a temática eólica, entre os anos de 2003 e de 2004, possibilitou a elaboração da prática discursiva desta análise. O conhecimento da conjuntura discursiva faz parte do método analítico de Norman Fairclough (1989, 1995, 2001) para a Análise Crítica do Discurso.

O contexto discursivo traz à tona informações basilares que influenciam a produção textual, mas que não estão necessariamente descritos nos produtos dos meios de comunicação.

⁴⁶ “Do francês suite, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior”. SUÍTE. In.: **Folha de S. Paulo**. Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm>. Acesso em: 05 fev. 2017.

⁴⁷ DANTAS, Everton. Limitação de 20% vai retardar investimentos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

⁴⁸ DANTAS, Everton. Ministério justifica mudanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁴⁹ DANTAS, Everton. RN tem melhores condições para alojar parques. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁵⁰ DANTAS, Everton. Maior projeto potiguar supera limite estabelecido. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁵¹ DEPUTADOS cobrarão explicações. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 jan. 2004. Política, p. 6.

⁵² RETOMADA da obra da Refinaria Abreu e Lima é esperança de emprego. **Jornal do Commercio**, Recife, 05 jan. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/01/05/retomada-da-obra-da-refinaria-abreu-e-lima-e-esperanca-de-emprego-215215.php>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Conhecer o grupo político-econômico que comanda a Tribuna do Norte, por exemplo, e os interesses que ele representa elucidada escolhas editoriais do jornal.

Outra etapa do caminho proposto por Fairclough (1989, 1995, 2001) é examinar a própria sociedade e conhecer o objeto de estudo, neste caso, a energia eólica, temas abordados no próximo item, dentro da pesquisa acerca da prática sociocultural.

2.2 Prática Sociocultural

Seguindo a Análise Crítica do Discurso, de acordo com a proposta de Norman Fairclough (1989, 1995, 2001), o método continua com o estudo da prática sociocultural, que corresponde à apreciação das conjunturas econômica, política e cultural em que o evento comunicacional está inserido.

Os textos analisados no jornal impresso Tribuna do Norte foram produzidos, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, uma das 27 unidades federativas do Brasil. Dados⁵³ recentes do governo mostram que o RN tem população estimada de 3.373.959 habitantes, 167 municípios e área de 52.811,047 km².

Na época analisada, o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵⁴, mostra que o estado possuía população de 2.776.782 habitantes, sendo 73,3% urbana e 26,7% rural.

Localizado na região Nordeste do Brasil, culturalmente o RN alia tradições nordestinas (festas, danças, culinária, folclore) à internacionalização que sofreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). De 1942 até o término do conflito, a cidade abrigou a maior base militar dos Estados Unidos da América situada em território estrangeiro e dez mil soldados estadunidenses, provocando uma mudança sociocultural no município que possuía na época 55 mil habitantes.

Por participar do conflito, a autopercepção dos moradores locais foi alterada. Até hoje, quem visita a exposição permanente da Pinacoteca Potiguar⁵⁵, aprende uma nova versão da história contada sob o ponto de vista natalense e se depara com: “Natal entrou na Guerra antes do Brasil”.

⁵³ DADOS Gerais do RN. **Portal do Governo do RN**. Natal, 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=12083&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Conhe%E7a+o+RN>>. Acesso em: 23 jan.2017.

⁵⁴ Censo Demográfico 2000, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁵⁵ Considerada a maior expressão da Arquitetura Neoclássica de Natal, foi sede do Governo do Rio Grande do Norte, entre 1902 e 1995. Atualmente é um centro cultural.

Adiante, em 2003, enquanto o mundo estava sob o impacto dos atentados terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, da invasão do Afeganistão iniciada em 07 de outubro de 2001, e observava o nascimento da Guerra do Iraque, em 20 de março de 2003, o RN se destacava internacionalmente por sua aptidão para a produção de energia eólica.

Em termos sociais, de acordo com o Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros de 2003⁵⁶, divulgado pelo IBGE, a pobreza incidia em 52,27% da população potiguar. A desigualdade econômica persiste nos dias atuais. Calcula-se que, hoje, 6.952 residências do estado não têm acesso à energia elétrica, contrastando com as 892.561 que possuem⁵⁷.

A Revolução Industrial⁵⁸ marca uma nova etapa histórica, ao adaptar as relações econômicas ao Modo de Produção Capitalista⁵⁹. O crescimento da produtividade de bens aumentou o consumo energético da época, que utilizava o carvão como fonte primária. O insumo “tinha a vantagem de ser não somente a principal fonte de energia industrial do século XIX, como também um importante combustível doméstico” (HOBBSWAM, 2009, p.37). Segundo o historiador Eric Hobsbawm (2009, p. 37), “Em 1800, a Grã-Bretanha deve ter produzido perto de 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial. Seu competidor mais próximo, a França, produziu menos de 1 milhão”.

Desde então, houve um crescimento exponencial da produção industrial e, conseqüentemente, do consumo energético. Surge, com isso, a busca por fontes de energia mais eficazes e capazes de suprir as necessidades do mercado de produção e de consumo. Três séculos depois, o mundo continua distante de obter um nível ideal de segurança energética.

Inevitably, there will be shocks to energy markets in the future. Some of the possible causes may be roughly foreseeable, such as coordinated attacks by terrorists, disruptions in the Middle East and Africa, or turmoil in Latin America that affects output in Venezuela, the third largest OPEC producer⁶⁰(YERGIN, 2006, p. 81).

⁵⁶ Rio Grande do Norte. **Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros de 2003**. IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

⁵⁷ DADOS Gerais do RN. Op. Cit.

⁵⁸ Conjunto de mudanças tecnológicas que tiveram impacto no processo produtivo das fábricas e indústrias. Teve início no século XVIII, no Reino Unido.

⁵⁹ Organização socioeconômica, que surge no século XV, caracterizada pelas relações assalariadas de trabalho, pela propriedade privada e pelo lucro.

⁶⁰ “Inevitavelmente, haverá choques no Mercado de energia no futuro. Algumas das causas possíveis dificilmente podem ser previstas, como ataques coordenados por terroristas, perturbações no Oriente Médio e na

Devido à importância para os desenvolvimentos econômico e social, a segurança energética ocupa lugar de destaque na agenda internacional, em conexão com as pautas econômica, social, política e ambiental. O conceito atual de segurança energética possui três pontos fundamentais: a produção, a distribuição e o consumo. A questão ambiental está presente em todas as fases e, muitas vezes, torna-se fator determinante na decisão sobre projetos e sobre investimentos.

No setor de produção, estudam-se novas fontes de energia e novas tecnologias para ampliar a produtividade e para realizar a extração energética de forma mais eficaz. Na área de distribuição, o objetivo é encontrar formas de escoamento mais velozes, com menos danos ambientais e com menos consumo energético. No campo do consumo, a intenção é garantir o acesso universal, com preços viáveis.

De acordo com Dalgaard e Glock (2009, p.23), as questões do abastecimento e da segurança energética passam por soluções comuns: “in the long-term, the way to rectify both problems is essentially the same: namely through energy conservation and diversification to environmentally friendly energy sources⁶¹”. E continua:

In this new era of energy security, in which concern for environmental threats are paramount, the most important form of energy diversification is not to maximize the number of sources of the same energy resource, such as oil, but to diversify a country's entire energy matrix towards a broad spectrum of energy resource, including more environmental friendly ones⁶²(DALGAARD; GLOCK, 2009, p. 24).

Na avaliação de Baumert (2005, p. 104), é impossível proteger “O clima sem mudar a forma como a energia é produzida e consumida no mundo⁶³”. No entanto, as mudanças de estruturas de produção e de consumo necessitam de tempo e principalmente de investimento financeiro. Nessa perspectiva, Dalgaard e Glock (2009) defendem: “O alto custo de assegurar

África, ou agitações na América Latina que afetem a produção na Venezuela, o terceiro maior produtor da OPEP”. Traduzido pela autora.

⁶¹ “A longo prazo, o caminho para corrigir os dois problemas é essencialmente o mesmo: a saber, por meio da conservação de energia e da diversificação para fontes de energia mais favoráveis ao meio ambiente”. Traduzido pela autora.

⁶² “Nessa nova era de segurança energética, em que a preocupação por riscos ambientais é primordial, a mais importante forma de diversificação de energia não é maximizar o número de fontes da mesma matriz energética, como o óleo, mas diversificar toda a matriz de um país em um amplo espectro de recurso energético, incluindo os que são mais favoráveis ao meio ambiente”. Traduzido pela autora.

⁶³ Traduzido pela autora. “The climate without changing the way energy is produced and consumed worldwide”.

ambas as seguranças energética e ambiental sugerem que esses objetivos se excluem mutuamente a curto prazo, com a segurança energética aparentemente melhor classificada como uma prioridade⁶⁴”.

No setor de energia elétrica, a situação do Brasil é peculiar. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)⁶⁵, 61,383% da produção energética brasileira é hídrica, 6,537% advém da fonte eólica, 8,881% é gerada por meio da biomassa, 5,116% é importada, 16,823% é de matrizes fósseis e 1,246% é nuclear. Os números revelam que 76,801% da energia elétrica brasileira é originária de fontes alternativas, a saber: água, ventos e matéria orgânica.

A primeira usina hidrelétrica brasileira entrou em funcionamento em 1883, no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. Em 1982, foi inaugurada a usina binacional de Itaipu, por meio de um convênio entre Brasil e Paraguai. Itaipu foi considerada a maior hidrelétrica do mundo, em potência instalada, até a inauguração da Hidrelétrica de Três Gargantas, na China, em 2003, passando a partir de então a ocupar a segunda posição no ranking⁶⁶.

No Brasil, os períodos de baixa pluviosidade, que incidem diretamente no nível hidráulico dos reservatórios das usinas hidrelétricas, são simultâneos aos de maior intensidade dos ventos, havendo, no país, uma complementariedade natural entre as duas matrizes energéticas. A energia eólica:

(...) provém da radiação solar uma vez que os ventos são gerados pelo aquecimento não uniforme da superfície terrestre. Uma estimativa da energia total disponível dos ventos ao redor do planeta pode ser feita a partir da hipótese de que, aproximadamente, 2% da energia solar absorvida pela Terra é convertida em energia cinética dos ventos. Este percentual, embora pareça pequeno, representa centena de vezes a potência anual instalada nas centrais elétricas do mundo (CEPEL, 2008, p. 14).

Por muitos séculos, a fonte eólica foi utilizada na agricultura, para a moagem de grãos e para o bombeamento de água. O emprego dos ventos com o objetivo de gerar energia

⁶⁴ Traduzido pela autora. “The high cost of ensuring both energy and environmental security suggests that these goals are mutually exclusive in the short term, with energy security apparently ranking higher as a priority”.

⁶⁵ MATRIZ de Energia Elétrica. **Aneel**. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁶⁶ LINHA do tempo da energia. **Eletrobras**. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/services/eletrobras/trilhaenergia/pdfs/linha-do-tempo-da-energia.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

elétrica surge em 1888⁶⁷ por meio de um experimento de um empresário em Ohio, nos Estados Unidos:

Charles F. Brush, um industrial voltado para eletrificação em campo, ergueu na cidade de Cleveland, Ohio, o primeiro cata-vento destinado a geração de energia elétrica. Tratava-se de um cata-vento que fornecia 12 kW em corrente contínua para carregamento de baterias as quais eram destinadas, sobretudo, para o fornecimento de energia para 350 lâmpadas incandescentes (SCIENTIFIC AMERICAN, 1890 apud SHEPHERD, 1994) (RIGHTER, 1991 apud SHEPHERD, 1994). Brush utilizou-se da configuração de um moinho para o seu invento. A roda principal, com suas 144 pás, tinha 17m de diâmetro em uma torre de 18m de altura. Todo o sistema era sustentado por um tubo metálico central de 36 cm de diâmetro que possibilitava o giro de todo o sistema acompanhando, assim, o vento predominante. Esse sistema esteve em operação por 20 anos sendo desativado em 1908 (CEPEL, 2008, pp. 6-7).

Os aerogeradores mais utilizados na captação da energia eólica são as turbinas de eixo horizontal, com três pás (Imagem 03⁶⁸). São formadas de três elementos básicos: torre, que dá sustentação ao mecanismo; nacelle, compartimento no alto da torre que abriga o gerador e outros dispositivos; e rotor, onde estão acopladas as hélices⁶⁹.

⁶⁷ CEPEL. **Energia Eólica, Princípios e Tecnologias**. Equipe CEPEL/ CBESESR, maio 2008. Disponível em: <<http://www.portal-energia.com/downloads/energia-eolica-principios-tecnologias.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

⁶⁸ STUDIO, Juan Photo. Parque Eólico Bons Ventos. Altura: 3744 pixels. Largura: 5616 pixels. 240 dpi. 8 bits RGB. 13,9 MG. Formato JPEG. Fotografia, color. Disponível em: <http://www.abeolica.org.br/sala_de_imprensa/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁶⁹ Idem.

Imagem 03 – Turbina eólica de eixo horizontal com três pás



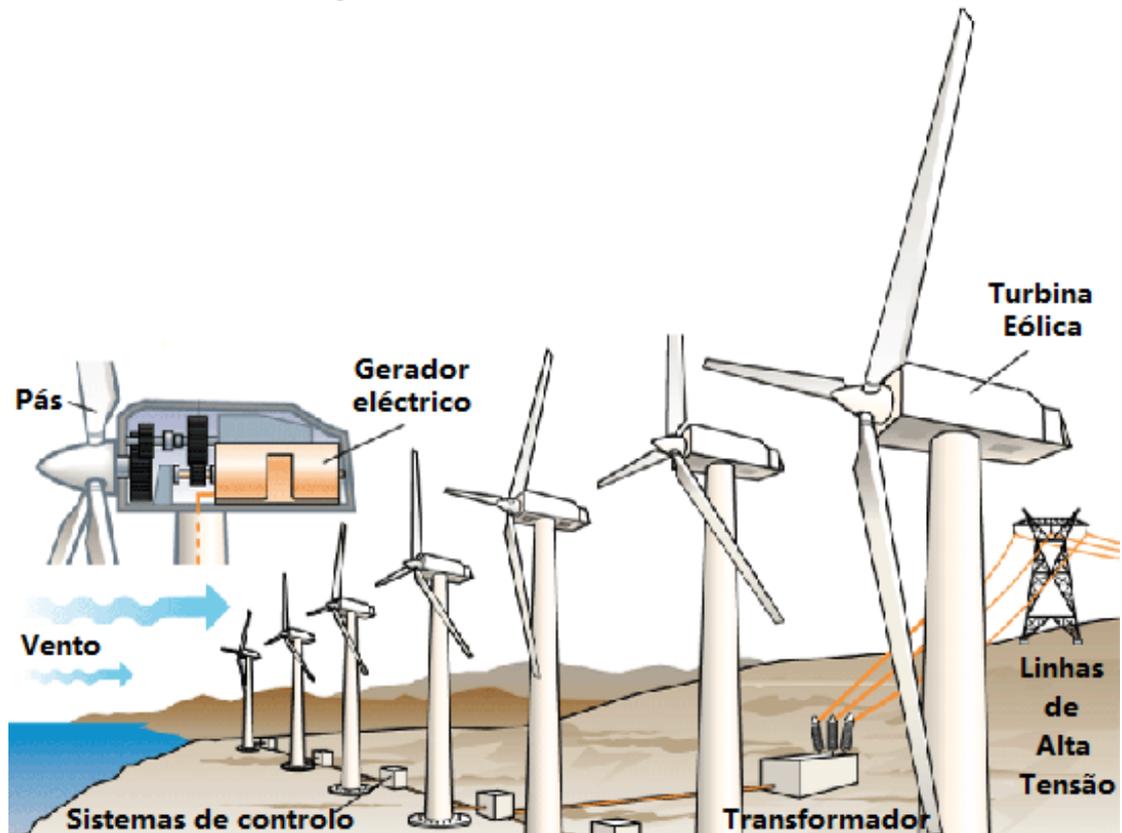
Fonte: Associação Brasileira de Energia Eólica

A turbina funciona de forma simples (Imagem 04⁷⁰): a força do vento move as pás, que fazem o rotor girar e transmitir a força da rotação ao gerador. Este, junto com o conversor, transforma o impulso mecânico em energia elétrica. De início, a eletricidade gerada é enviada para a rede do parque eólico e, posteriormente, depositada nas redes de transmissão, que abastecem a população⁷¹.

⁷⁰ TURBINAS Eólicas Esquema. **Centrais Eléctricas**. 2011. Ilustração, color. Disponível em: <<http://files.rd9centralelectrica.webnode.pt/200000018-f1a01f2998/Turbinas%20E%C3%B3licas%20esquema.png/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁷¹ CEPEL. Op. Cit.

Imagem 04 – Funcionamento de uma central eólica



Fonte: Centrais Eléctricas (2011).

No ano de 1992, foi instalada a primeira turbina eólica no Brasil. O empreendimento pioneiro foi alojado no Arquipélago de Fernando de Noronha, Pernambuco, para atender às necessidades da população local. Em 2001, foi publicado o primeiro estudo sobre a potencialidade eólica no país.

(...) o primeiro Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, que estimou em 143 GW o potencial nacional, considerando torres de até 50 m de altura. Com a expansão do setor, boa parte dos estados brasileiros está revendo o seu potencial, agora para torres de 120 m ou mais. Há a previsão de que o potencial chegue a 350 GW. Para o mundo há indicações de um potencial superior a 70.000 GW (MME, 2016).

Um ano após o levantamento sobre a potencialidade eólica brasileira, em 2002, o governo federal lança o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que é considerado o marco inicial do setor eólico brasileiro. O programa surge com dois objetivos principais: primeiro, aumentar a segurança no abastecimento elétrico no país;

segundo, diversificar as matrizes energéticas nacionais utilizando-se das potencialidades locais⁷².

O Proinfa é descrito como “maior programa do mundo de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica⁷³”. No último levantamento, em 31 de dezembro de 2011, havia-se implantado 119 empreendimentos, sendo 41 eólicos, gerando 963,99 MW por ano. Esse quantitativo abastece, por ano, 1,5 milhões de brasileiros, o que equivale a uma cidade do tamanho do Recife⁷⁴.

Os empreendimentos incentivados pelo Proinfa fizeram que o Rio Grande do Norte se consagrasse como o maior produtor de energia eólica do Brasil, respondendo por 31,3% da produção nacional⁷⁵. Desde 2015, o estado é autossuficiente na produção de energia limpa, segundo dados da Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arsep), responsável pela fiscalização dos parques eólicos no estado⁷⁶.

No início da atuação do Proinfa, ainda em 2003, interessada em captar investimentos, a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) realizou um estudo⁷⁷ sobre o potencial eólico do estado. O objetivo da empresa era utilizar a energia dos ventos para “alavancar o crescimento econômico e a autossustentabilidade energética do Estado do Rio Grande do Norte, gerando energia e qualidade de vida para milhões de pessoas” (POTENCIAL, 2003, p. 54).

Na época, a pesquisa da Cosern concluiu: “O potencial de geração eólica do Rio Grande do Norte é bastante promissor (9,56 GW a 50m de altura para áreas com ventos iguais ou superiores a 7,0m/s) e poderá ser aproveitado gradativamente, nos limites de inserção do sistema elétrico regional” (POTENCIAL, 2003, p. 54).

Além disso, o atlas do potencial eólico do RN identificou as áreas mais promissoras para a geração de energia no estado. As regiões que acabaram concretamente atraindo mais

⁷² O PROINFA. **MME**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁷³ PROGRAMAS. **Eletrobras**. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/ProinfA/data/Pages/LUMISABB61D26PTBRIE.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁷⁴ Idem.

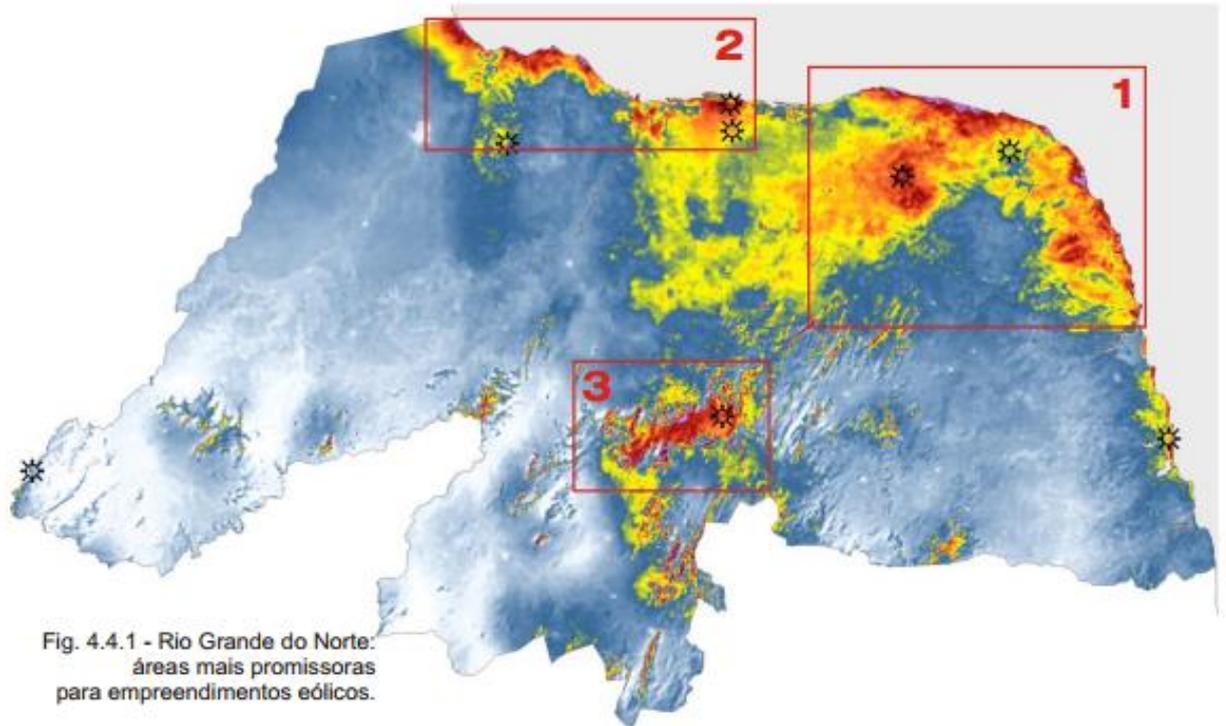
⁷⁵ LOGÍSTICA de Energia: 2015. **IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97260.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

⁷⁶ PAULINO, Rita de Cássia. **Rio Grande do Norte possui a maior matriz eólica do país**. Natal: Junta Comercial do RN, 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://jucern.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=54487&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

⁷⁷ POTENCIAL Eólico do Estado do Rio Grande do Norte. **Cosern**. Natal: Cosern, 2003. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_RN.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

investimentos estão localizadas nas regiões apresentadas a seguir, na Imagem 05⁷⁸, em cor avermelhada: nordeste (área 1 do mapa), litoral norte-noroeste (campo 2) e serras centrais (região 3).

Imagem 05 – Áreas promissoras para empreendimentos eólicos no RN



Fonte: POTENCIAL Eólico do Estado do Rio Grande do Norte (2003).

No Rio Grande do Norte, a primeira usina eólica foi inaugurada no dia 26 de janeiro de 2004, no município de Macau. O parque eólico foi um investimento da Petrobras. Os aerogeradores foram construídos pela empresa holandesa Wobben Windpower, subsidiária da companhia alemã Enercon. A usina eólica tinha o objetivo de fornecer energia para os campos de exploração de petróleo da Petrobras no RN. O empreendimento custou R\$ 6,8 milhões e levou 180 dias para ficar pronto. Cada uma das três turbinas possuía 44 metros de altura e pesava 75 toneladas.

A capacidade de produção de energia dos três aerogeradores instalados é de 1,8 megawatts, necessário para abastecer uma cidade com cerca de 10 mil habitantes. Ao invés da utilização doméstica a energia produzida pela central

⁷⁸ RIO Grande do Norte: áreas mais promissoras para empreendimentos eólicos. **Potencial Eólico do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal: Cosern, 2003, p. 53. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_RN.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

será usada para abastecer quatro campos de exploração: Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal (PETROBRAS inaugura parque eólico, 27 jan. 2004, Economia p. 7)

Dados da publicação do IBGE, “Brasil em Números 2016”, lançada na Pinacoteca Potiguar, em novembro de 2016, apontam que, entre os 398 parques eólicos em operação comercial no Brasil, 115 estão localizados no estado do Rio Grande do Norte. As instalações nacionais correspondem a 9,787 GigaWatts de potência instalada, enquanto as usinas do RN produzem 3,128 GW. Em 2016, a energia eólica gerada em terras potiguares correspondeu a 31,96% da produção brasileira⁷⁹.

Os investimentos continuam. De acordo com levantamento divulgado em fevereiro de 2017⁸⁰, pelo Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE), o RN possui 16 parques eólicos em construção, que irão gerar 417 MW. Há ainda 38 empreendimentos previstos que não começaram a ser construídos, com potência estimada em 920,5 MW, e seis vencedores de leilões com 161,4 MW.

A apreciação da estrutura do Rio Grande do Norte, bem como a contextualização da energia alternativa, em especial da eólica, corresponde à etapa de análise da prática sociocultural, de acordo com o método proposto por Norman Fairclough (1989, 1995, 2001) para a Análise Crítica do Discurso.

As práticas sociocultural e discursiva fornecem ao pesquisador a possibilidade de observar aspectos externos ao texto, que influenciam a sua produção e o seu consequente resultado. Adotando essa perspectiva, a análise textual realizada sem o estudo desses parâmetros complementares não é apenas imprecisa, mas principalmente ingênua (FAIRCLOUGH, 1995).

A compreensão das diretrizes do jornal Tribuna do Norte, a pesquisa sobre o estado do Rio Grande do Norte e a investigação sobre a energia eólica forneceram os fundamentos para a análise das publicações (textos, fotografias e artes) acerca da temática eólica, conteúdo que se encontra no Capítulo 3 desta dissertação.

⁷⁹ ANDRADE, Silvio. Rio Grande do Norte tem maioria dos parques eólicos do Brasil. **Novo Jornal**. Natal, 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://novojournal.jor.br/economia/rio-grande-do-norte-tem-maioria-dos-parque-eolicos-do-brasil>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

⁸⁰ ENERGIA Eólica. **Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia**. CERNE, Natal, 02 fev. 2017. Disponível em: <<http://cerne.org.br/energia-eolica/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

CAPÍTULO 3

3 Análise e Discussão dos Resultados

A coleta do material, realizada no arquivo do jornal Tribuna do Norte gerou a identificação e seleção de 48 textos publicados no impresso, acompanhados de 16 fotografias e de quatro infográficos, entre os meses janeiro de 2003 e janeiro de 2004.

O número equivale a uma média de quatro inserções por mês. No entanto, observa-se que não houve publicações nos meses de abril, maio, setembro e outubro de 2003, totalizando quatro meses. Esse silenciamento, sem relatos do tema, equivale a cerca de 30% do período analisado.

O *corpus* estudado é predominantemente informativo, o que corresponde ao texto sem opinião (PENA, 2008). As publicações coletadas seguem a divisão proposta por José Marques de Melo (2003) para o gênero jornalístico informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista.

A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e TV. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social (MARQUES DE MELO, 2003, p. 69).

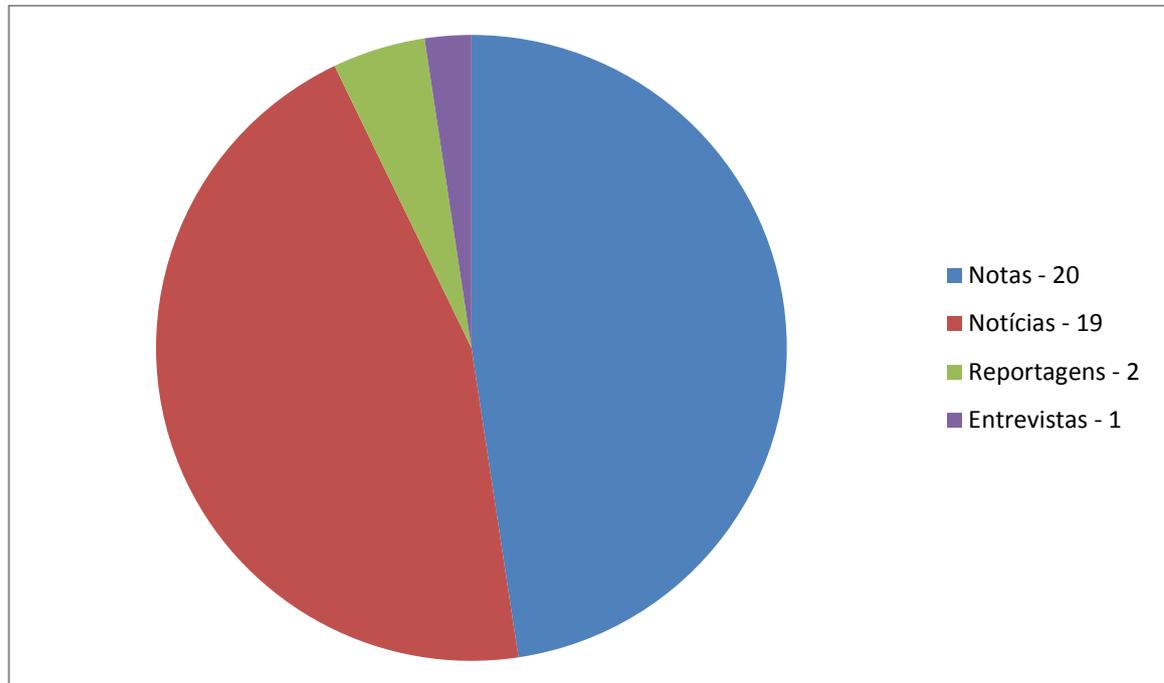
A nota jornalística também se caracteriza como uma notícia curta. Salienta-se que algumas notas que serão avaliadas nesta dissertação foram publicadas em colunas do jornal, que segundo a classificação de Marques de Melo (2003) são produtos do jornalismo opinativo.

As notas analisadas, no entanto, foram publicadas em colunas de informação, que apesar de assinadas por colunistas possuem características do jornalismo informativo. Observa-se que apenas uma inserção tem caráter opinativo: uma nota publicada em novembro de 2003, em uma coluna de opinião. Todos os demais escritos são informativos e factuais, gerados por eventos.

Os textos do jornal Tribuna do Norte estão dispostos da seguinte maneira: 20 notas, 19 notícias, duas reportagens, uma entrevista e seis inserções em capas (v. Gráfico 1 – Formato

dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte). Entre as capas, encontram-se um texto-legenda⁸¹, uma manchete⁸² e quatro chamadas⁸³.

Gráfico 1 – Formato dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Os textos foram distribuídos (v. Gráfico 2 – Quantitativo mensal dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte) da seguinte maneira no ano de 2003: duas notas em janeiro; três notas em fevereiro; cinco textos em março, sendo três notas e duas notícias; nenhuma publicação nos meses de abril e de maio; uma reportagem em junho; sete publicações no mês de julho, distribuídas em duas notas, quatro notícias e uma chamada de capa; uma nota e uma notícia em agosto; nenhuma inserção em setembro, nem em outubro; seis textos em novembro, sendo duas notas, duas notícias, uma entrevista e uma chamada de capa; e, em dezembro, duas publicações: uma nota e uma notícia.

No total, o ano de 2003 contou com 28 inserções: 14 notas, dez notícias, uma reportagem, uma entrevista e duas chamadas de capa. O número corresponde a aproximadamente 58% dos textos identificados e analisados.

⁸¹ “É o texto que se coloca em uma foto, mostrando, em poucas linhas, o que ela representa” (ERBOLATO, 2001, p. 76).

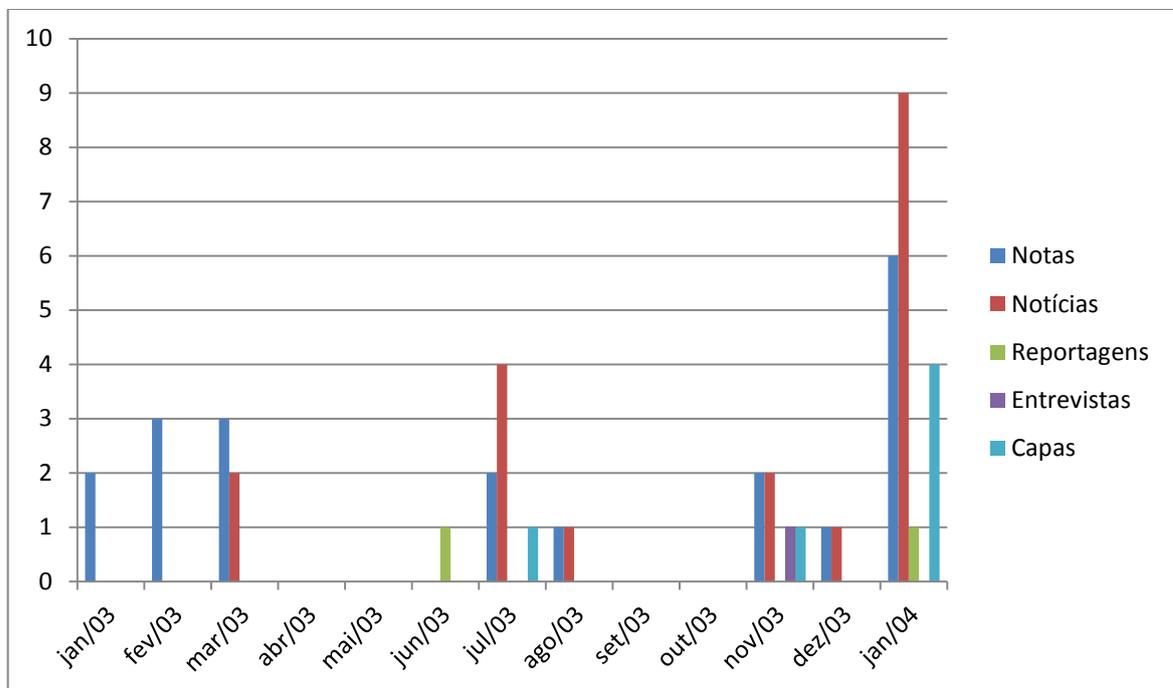
⁸² Chamada para a notícia principal do jornal impresso.

⁸³ Texto que apresenta e destaca os fatos principais das edições dos impressos.

Janeiro de 2004, mês da inauguração do primeiro parque eólico no Rio Grande do Norte, teve 20 publicações. Foram seis notas, nove notícias, uma reportagem e quatro inserções na capa, distribuídas em: um texto-legenda, uma manchete e duas chamadas.

Ressalta-se que a publicação de um único mês representa 42% das intervenções identificadas. Destacam-se as inserções nas capas que equivalem ao dobro do produzido em todo o ano de 2003 e o número quase equivalente de notícias. Percebe-se que, de acordo com os critérios de noticiabilidade jornalística, a temporalidade foi o aspecto mais relevante para a cobertura da Tribuna do Norte.

Gráfico 2 – Quantitativo mensal dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte



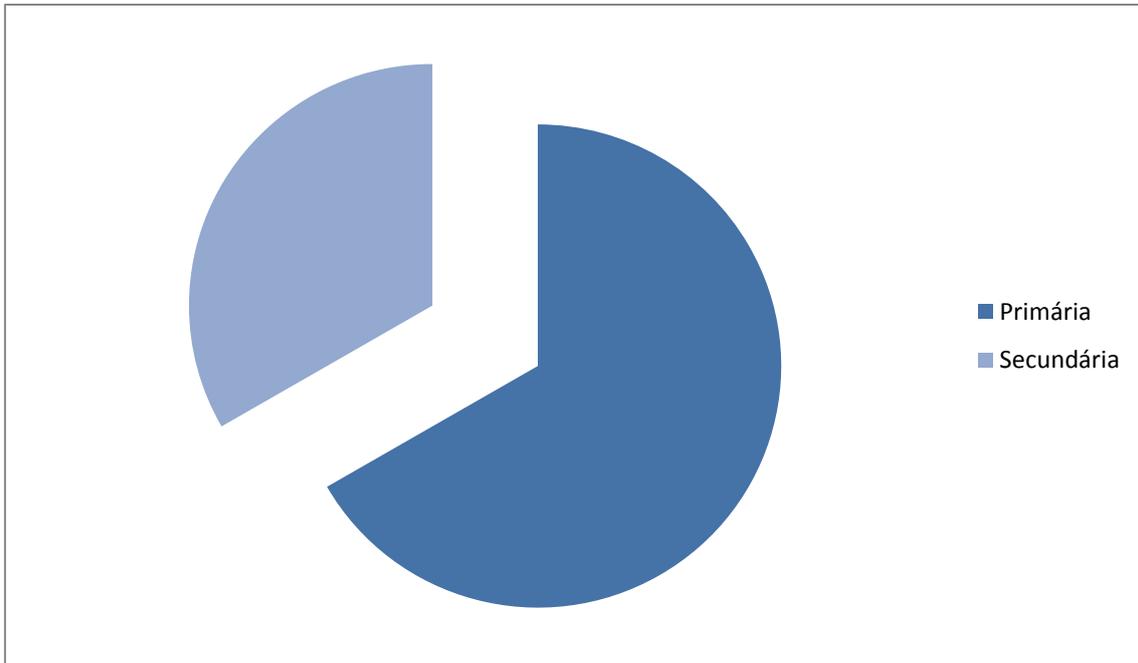
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Percebe-se ainda que, do total, 32 publicações, um percentual de quase 67%, tratam a energia eólica como assunto primário, enquanto 16 escritos, aproximadamente 33%, usam o tema secundariamente (v. Gráfico 3 – Prioridade temática dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte). Os dados mostram que a cada três inserções, duas tratam a energia proveniente dos ventos como objeto central e uma como secundário. Em termos quantitativos, observa-se uma média de duas publicações por mês com o foco na temática eólica e uma como tema auxiliar, ao longo do período pesquisado.

Destaca-se o fato que todas as inserções nas capas dos jornais focam a energia eólica. O número equivale a cerca de uma chamada de capa a cada dois meses com enfoque na

temática. No entanto, ressalta-se que quatro inserções na primeira página foram realizadas no mês de janeiro de 2004, período que marca a inauguração do primeiro parque eólico em terras potiguares.

Gráfico 3 – Prioridade temática dos textos publicados no jornal Tribuna do Norte



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.1 Prática Textual

Os 48 textos publicados no jornal Tribuna do Norte foram distribuídos nos segmentos: Economia (23), Natal (9), Capa (6), Política (4), Geral (3), Opinião (2), Brasil (1). Os dados mostram que, apesar de ser um tema ambiental, a energia eólica foi basicamente coberta dentro de uma perspectiva econômica. A temática serviria como gancho⁸⁴ para pautas ambientais, mas é a visão da economia que direciona as notícias. Privilegiam-se os ganhos financeiros ante as questões ambientais.

Os jornalistas que assinam a cobertura são: Luís Antônio Pereira Felipe, repórter e colunista da editoria de Economia, responsável pela coluna Negócios e Finanças, com 12 inserções e citado em duas notícias; Everton Dantas, repórter do caderno Natal, com uma

⁸⁴ “Deve haver sempre um motivo para a divulgação de qualquer reportagem. Mesmo as matérias frias aguardam que algo ocorra, relacionado com elas, para serem divulgadas. É o que, na gíria jornalística, se chama gancho” (ERBOLATO, 2001, p. 64).

reportagem e quatro notícias; Airton Bulhões, interino da coluna Jornal de WM, com duas notas; Andreza Matais e Raquel Ribeiro Alves da Agência Nordeste, com uma entrevista.

Há 23 fontes presentes nos textos (v. Tabela 1 – Fontes), sendo nove institucionais, oito políticos, quatro empresários, um jornalista e um especialista em energia eólica. A configuração das fontes mostra que as vozes giram em torno de aspectos político-institucionais. Alsina (2009, p. 29) explica que a “predominância explícita desse tipo de fonte, de alguma forma, determina o caráter político de certa informação”.

Em toda a cobertura, apenas um especialista sem ligações com o governo foi ouvido: o diretor do Centro Brasileiro de Energia Eólica e vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, professor Everaldo Feitosa. O especialista é ouvido em um momento de crise para a energia eólica no Rio Grande do Norte, quando o governo federal altera o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), diminuindo em um terço os investimentos no estado.

A notícia “RN tem melhores condições para alojar parques⁸⁵” é um texto vinculado à reportagem da alteração do Proinfa e é totalmente baseado na opinião de Everaldo Feitosa, fonte que defende não apenas os benefícios da energia eólica, como também o fato de o estado ser “o melhor local do País e um dos cinco melhores do mundo para a instalação de parques eólicos” (DANTAS, 2004, p.7).

Outra análise a respeito das fontes é que 19 delas foram usadas em textos uma única vez. O fato indica pluralidade na cobertura, como também a diversidade de pessoas e de setores interessados na energia eólica no RN.

Três fontes foram ouvidas em dois textos. São elas: o diretor presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos – ARSEP/RN, Márcio Rocha, que em ambas as ocasiões apresenta dados sobre a energia no Rio Grande do Norte; o geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela, fonte na reportagem principal e na vinculada, publicadas no mesmo dia; e o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB- RN), sobrinho do fundador da Tribuna do Norte.

Tabela 1 – Fontes

Nome	Cargo	Textos
Marcílio de Lima	Superintendente regional do Incra	1
Antônio Ermíro de Moraes	Empresário, presidente do Grupo Votorantin	1

⁸⁵DANTAS, Everton. RN tem melhores condições para alojar parques. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

Mário Santos, Mário Rocha	Diretor presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos (ARSEP/RN)	2
Roberto Coelho	Engenheiro e presidente da Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Norte (FECOERN)	1
Garibaldi Alves Filho	Senador (PMDB-RN)	2
Dilma Rousseff	Ministra de Minas e Energia	1
José Clealmir Costa	Gerente da obra (Parque eólico da Petrobras em Macau)	1
Fernando Lima	Superintendente da Petrobras no Rio Grande do Norte	1
Geraldo Magela	Geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema)	2
Everaldo Feitosa	Professor, diretor do Centro Brasileiro de Energia Eólica e vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica	1
Fátima Bezerra	Deputada federal (PT)	1
Ney Lopes	Deputado federal (PFL)	1
Jean Túlio Cunha dos Anjos	Gerente executivo do Ibama em exercício	1
Meire Sorage Praxedes da Silva	Subcoordenadora de Licença e Controle Ambiental do Idema	1
Henri Baguenier	Presidente da Siif Energies do Brasil	1
José Eduardo Dutra	Presidente da Petrobras	
João Maia	Secretário de Indústria, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	1
Wilma de Faria	Governadora do Rio Grande do Norte	1
Cassius Varela	Repórter da Tribuna do Norte, Jornalista, repórter de economia da Tribuna do Norte	1
Abelírio Rocha	Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN)	1
Rosalba Ciarlini	Prefeita de Mossoró	1
Gustavo Rosado	Secretário de Cidadania de Mossoró	1
Luiz Pinguelli Rosa	Presidente da Eletrobrás	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Além das fontes que fornecem informações aos textos, onze pessoas são citadas nos escritos sobre energia eólica (v. Tabela 2 – Pessoas citadas). Seis possuem vínculos político-institucionais e cinco são jornalistas mencionados por participar de uma premiação da categoria. Os números ratificam o caráter político dado à cobertura.

Tabela 2 – Pessoas citadas

Nome	Cargo	Textos	Citações
Luís Inácio Lula da Silva	Presidente	3	4

Fernando Henrique Cardoso	Ex-presidente	2	2
Luís Antônio Felipe	Jornalista, colunista de economia da TN, assina a coluna “Negócios & Finanças”, repórter da tribuna do Norte	2	3
Jean Valério	Repórter, do Jornal de Hoje	2	3
Guilherme Estrella	Diretor de Exploração e Produção da Petrobras	1	1
Ildo Sauer	Diretor da área de Gás e Energia da Petrobras	1	1
Solange Guedes	Gerente executiva de Exploração e Produção para o Norte e Nordeste da Petrobras	1	1
Tácito Costa	Jornalista, assessor de imprensa da FIERN	1	1
Tânia Mendes	Jornalista, chefe do Departamento de Comunicação da UFRN	1	1
Cristóvão Pereira	Jornalista, Chefe do Departamento de Comunicação da Universidade Potiguar (UnP)	1	1
Dilma Rousseff	Ministra de Minas e Energia	3	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A cobertura cita 27 instituições (v. Tabela 3 – Instituições citadas). São treze empresas, onze órgãos governamentais, dois centros de pesquisa e uma federação. A diversidade de categorias mostra que há diversos setores econômicos interessados na implantação da energia eólica no Rio Grande do Norte. Vinte e três instituições são sediadas no Brasil, duas possuem sede na Espanha e duas na Alemanha. Apesar da predominância de corporações brasileiras, a presença de companhias europeias evidencia o interesse internacional na capacidade eólica potiguar desde os primórdios dos investimentos no setor.

A Petrobras é a empresa mais mencionada. Aparece 66 vezes em 20 textos. Além de ser responsável pela extração de petróleo no Rio Grande do Norte, é a empresa que implanta o primeiro parque eólico no estado em janeiro de 2004. A maior parte da cobertura acerca da energia eólica refere-se à construção e à inauguração desse empreendimento, direta ou indiretamente.

O segundo lugar fica com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com oito textos e dez menções. A Agência, que controla o setor energético no Brasil, é responsável por autorizar a construção das eólicas no país. “Atualmente, no Rio Grande do Norte, 22 projetos

para parques eólicos têm autorização da Agencia Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e são fiscalizados” (DANTAS, 2004, p.7).

A terceira instituição mais citada é a Wobben Windpower com nove referências em oito escritos. A Wobben é subsidiária da empresa alemã Enercon. Ganha destaque por assinar contrato com a Petrobras “para fornecimento, instalação e manutenção dos aerogeradores do seu primeiro parque eólico a ser instalado no Rio Grande do Norte” (FELIPE, 2003, p. 6).

Na cidade de Macau, no litoral norte do Estado, foram instalados três aerogeradores com potencia de 600 km cada um. Os equipamentos instalados pela empresa alemã Wobben Windpower pesam 75 toneladas e têm 46 metros de altura.

A construção e montagem do parque eólico teve duração de 180 dias e a eletricidade gerada a partir da força dos ventos será utilizada pela Petrobras na operação dos campos de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal (DUTRA inaugura usina eólica no RN, 2004, p. 6).

Tabela 3 – Instituições citadas

Instituição	Sede	Classificação	Textos	Total de citações
Enerfín	Espanha, Brasil	Privada	1	1
Eletrobrás	Brasil	Pública	4	5
Chesf	Brasil	Pública	3	4
BNDES	Brasil	Pública	1	1
Finep	Brasil	Pública	1	1
Incra	Brasil	Pública	2	5
Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil Ltda	Brasil	Privada	4	9
Ibredrola	Espanha	Privada	1	1
Cosern	Brasil	Privada	6	8
Coelba	Brasil	Privada	2	2
Celpe	Brasil	Privada	2	2
Guaraniana	Brasil	Privada	3	4
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	Brasil	Pública	8	10
Siif Énergies do Brasil	Brasil	Privada	3	6
New Energy Options	Brasil	Privada	2	2
Compinvest Mercosul	Brasil	Privada	2	2
Grupo Votorantin	Brasil	Privada	1	1
Governo Federal	Brasil	Pública	6	7
Agência Reguladora dos Serviços Públicos (ARSEP/RN)	Brasil	Pública	2	5
Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento	Brasil	-	1	1

Rural do Rio Grande do Norte (FECOERN)				
Petrobras	Brasil	Pública (mista)	20	66
Wobben Windpower	Brasil	Privada	8	9
Enercon	Alemanha	Privada	4	5
Instituto Estadual de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema)	Brasil	Pública	6	11
Ministério das Minas e Energia (MME)	Brasil	Pública	6	9
Centro Brasileiro de Energia Eólica	Brasil	Pesquisa (Pública)	3	3
Associação Mundial de Energia Eólica	Alemanha	Pesquisa	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Há 56 lugares mencionados (v. Tabela 4 – Lugares citados): 28 referem-se ao estado do Rio Grande do Norte; 24, a outras áreas do Brasil; e quatro, a contextos internacionais. Os dados revelam o enfoque regional da cobertura e a diversidade de regiões potiguares envolvidas e interessadas no desenvolvimento eólico e energético norte-rio-grandense.

Em número de utilizações, as três primeiras colocações são de áreas potiguares. Os termos “Rio Grande do Norte” e “RN” foram utilizados 87 vezes em 27 textos; enquanto “Estado”, significando o Rio Grande do Norte, foi usado 50 vezes em 23 escritos. O município “Macau” ficou em segundo lugar, com 26 menções em 12 publicações. “Mossoró” aparece 14 vezes em oito textos.

Os dados da cobertura da Tribuna do Norte coadunam com o critério de proximidade, um dos indicadores de noticiabilidade jornalística. A relação é direta: quanto mais próximo fisicamente o leitor está do fato, maior a chance de ele se interessar.

O conhecimento de uma realidade pressupõe um maior envolvimento. Por exemplo, se a gente conhece algum país ou esteve recentemente nele, costuma se sentir mais envolvido pelas suas notícias. O reconhecimento de uma realidade pode aumentar o interesse por ela, e, por conseguinte, o envolvimento do sujeito (ALSINA, 2009, pp. 148-149).

Tabela 4 – Lugares citados

Lugar	Textos	Total de citações
Dunas de Jenipabu	2	3
Dunas do Rosado	1	1
Assentamento Zumbi	1	3

Litoral potiguar	2	2
Ponta do Mel	1	1
Praia de Minhoto	1	1
Comunidade de Soledade	1	2
São Bento do Norte	1	3
Assu	2	2
Mossoró	8	14
Rio do Fogo	2	2
Baraúna	1	1
Guamaré	5	9
Touros	3	6
Galinhos	3	4
João Câmara	1	1
Porto do Mangue	4	4
Tibau	2	2
Areia Branca	4	4
Macau	12	26
Extremoz	2	2
Maxaranguape	2	3
Natal	2	2
Serra	4	5
Aratum	3	3
Salina Cristal	3	3
Rio Grande do Norte	27	87
Estado	23	50
Osório, litoral gaúcho	1	1
Rio (de Janeiro)	1	1
Recife	2	2
Brasília	4	4
Novo Santo Antônio	1	2
Teresina	2	2
Rio de Janeiro	4	5
Pernambuco	1	2
Bahia	1	2
Piauí	4	4
Pará	2	3
Santa Catarina	1	2
Sergipe	2	3
Paraíba	1	2
Rio Grande do Sul	4	6
Nordeste	10	26
Brasil	6	26
País	19	31
Ceará	5	8
Amazônia	1	3
Sudeste	1	3
Sul	2	2
Centro-Oeste	1	2

Norte	1	2
Alemanha	1	1
Espanha	1	1
Estados Unidos	1	1
Dinamarca	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Analisando as palavras mais utilizadas na cobertura, temos “energia” com 205 aparições, “eólica” com 76 e “eólico” com 52. “Projeto” aparece 58 vezes e “programa”, 26, contabilizando mais de uma inserção por texto. Os dados indicam o contexto primário da energia eólica no Rio Grande do Norte. Uma fase de idealizações, de projeções e de implementações.

Nesse item, o destaque fica para o Programa de Incentivos a Fontes de Energia Elétrica (Proinfa), que possui 18 menções. “O Proinfa foi a forma encontrada pelo Governo Federal (ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) de incentivar a produção de energia elétrica via exploração de fontes alternativas” (DANTAS, 2004, p.6).

Aludido apenas duas vezes em todo o ano de 2003, o Proinfa ganha destaque na imprensa potiguar em janeiro de 2004, após uma modificação na lei que geraria impactos diretos à economia norte-rio-grandense.

No domingo, 18 de janeiro de 2004, a Tribuna do Norte, publica uma série com cinco textos sobre a alteração, assinada pelo repórter Everton Dantas: “Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos⁸⁶”; “Limitação de 20% vai retardar investimentos⁸⁷”; “Ministério justifica mudanças⁸⁸”; “RN tem melhores condições para alojar parques⁸⁹”; “Maior projeto potiguar supera limite estabelecido⁹⁰”. A questão volta às páginas da Tribuna do Norte com uma suíte na edição da terça-feira, 20 de janeiro de 2004. “Deputados cobrarão explicações⁹¹”. Além de, em um único dia, gerar uma reportagem principal e quatro notícias vinculadas, a série está acompanhada de duas fotografias e dois infográficos, que são analisados nos itens a seguir. Produz também uma suíte na publicação seguinte.

⁸⁶DANTAS, Everton. Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

⁸⁷DANTAS, Everton. Limitação de 20% vai retardar investimentos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

⁸⁸DANTAS, Everton. Ministério justifica mudanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁸⁹DANTAS, Everton. RN tem melhores condições para alojar parques. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁹⁰DANTAS, Everton. Maior projeto potiguar supera limite estabelecido. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁹¹DEPUTADOS cobrarão explicações. Op. Cit.

Imagem 06 – Série sobre alteração no Proinfa



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

É necessário assinalar que, jornalisticamente, essa série é a mais importante de todo o período analisado: é a única manchete e, sobretudo, é o destaque de uma edição de domingo. A série surge após uma denúncia de uma fonte. No texto principal, o repórter apresenta a origem da informação:

Quem está chamando a atenção para o problema é o geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela. Ele tomou conhecimento da situação após conversar com profissionais envolvidos em projetos que visam à exploração de energia eólica no Estado. Segundo ele, as alterações foram sem o conhecimento da classe política potiguar, que só agora começa a despertar para o episódio (DANTAS, 2004, p. 6).

Um dos parâmetros que se repete em 15 textos é a capacidade energética das usinas. Em onze escritos, os dados vêm acompanhados de outras informações para auxiliar a interpretação dos leitores: “O Estado tem demanda de 500 megawatts (mW), mas poderá passar a produzir 2,53 mil mW, o que lhe dará a condição de ser um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões, garante a Arsep” (FELIPE, 2003, p. 3). Em outro exemplo:

Ele informou que as torres têm capacidade de fornecerem, juntas, 1,8 megawatt(MW) de energia, o suficiente para suprir o fornecimento de energia de uma cidade com uma população de 10 mil habitantes. Mas, preferencialmente, a energia gerada a partir da força dos ventos irá para a chamada estação “Macau 5”. O excedente, dependendo de um acordo a ser assinado ainda com a Cosern, é que poderá ser inserido no sistema elétrico para abastecer a cidade de Macau e municípios próximos (PETROBRAS, 2003, p.6).

O vocabulário relativo a fontes e a formas de energia é composto de: elétrica, termelétricas, solar, biomassa, hidrelétricas, reservatórios, pequenas centrais hidrelétricas, gás natural, petróleo, usinas atômicas, álcool, carvão, biodiesel, vegetal (biomassa) e combustíveis fósseis.

Os vocábulos relacionados ao meio ambiente são: fontes limpas, fontes renováveis de energia, protocolo de Kyoto, energia mais limpa, licença ambiental, preservação do meio ambiente, renováveis e limpas, energia renovável, impactos ambientais.

Apesar de ser uma temática ambiental, das 48 inserções, apenas três apresentam uma tendência à cobertura ambiental, sendo uma reportagem, uma notícia e uma chamada na capa, todas de janeiro de 2004.

Publicada em 18 de janeiro de 2004, “RN tem melhores condições de alojar parques⁹²” apresenta a visão do diretor do Centro Brasileiro de Energia Eólica e vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, professor Everaldo Feitosa. O especialista defende a exploração eólica no estado. A reportagem acompanha a denúncia sobre a mudança na legislação do Proinfa e ocupa uma posição de defesa aos investimentos no Rio Grande do Norte.

“Torre eólica ameaça duna, afirma Ibama⁹³” é a chamada da capa do jornal do dia 24 de janeiro de 2004. Vem acompanhada do chapéu: Meio Ambiente e do subtítulo: “Alegando impactos ambientais, o Ibama condenou, ontem, a instalação de equipamentos eólicos nas dunas de Jenipabu”.

A inserção da capa é antecipação da notícia “Equipamento eólico ameaça dunas⁹⁴”, publicada na capa do caderno “Natal”. Apresenta a condenação do Ibama à “instalação de duas torres anemométricas (usadas para medição do vento) nas dunas de Jenipabu”. O texto explica que “O terreno está situado na Área de Proteção Ambiental (APA), de responsabilidade do Estado. As estruturas pertencem a uma usina de produção de energia eólica, com sede no Rio de Janeiro, que está realizando testes para a montagem de um parque eólico no local”.

Apesar do baixo número e de serem produzidas a partir de uma demanda externa, os textos mostram a potencialidade da energia eólica junto à temática ambiental e ao jornalismo especializado no ramo.

3.1.1 Capas

A temática eólica foi destaque em seis capas da Tribuna do Norte no período pesquisado, com quatro chamadas, uma fotolegenda e uma manchete. Uma média de uma inserção a cada dois meses. O baixo quantitativo de representações nas primeiras páginas reflete a importância que o jornal conferiu ao tema.

Os textos da TN são curtos e diretos, possuem linguagem simples e fazem uma exposição e um resumo do tema das notícias e das reportagens que apresentam. Correspondem à definição do Manual de Redação da Folha de S. Paulo:

⁹² DANTAS, Everton. RN tem melhores condições para alojar parques. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

⁹³ TORRE eólica ameaça duna, afirma Ibama. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Capa, p. 1.

⁹⁴ EQUIPAMENTO eólico ameaça dunas. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Natal, p.9.

Chamada – Texto curto na Primeira Página que resume as informações publicadas pelo jornal a respeito de um assunto. Remete o leitor para as páginas que trazem a cobertura extensiva. Mais do que qualquer outro, é um texto jornalístico que exige frases curtas, secas, substantivas. Deve dar ao leitor ideia de completude. Recomenda-se evitar o excesso de palavras como ontem, que, segundo, afirmou (FOLHA, 1996).

O primeiro registro⁹⁵ (v. Imagem 07) foi publicado na edição da terça-feira, dia 15 de julho de 2003, com três componentes: chapéu, título e texto. Chapéu⁹⁶: Energia. Título: Assinado contrato para a primeira usina eólica do RN. Texto: O Rio Grande do Norte terá, até dezembro, a primeira usina eólica. A Petrobras, a Cosern e a alemã Wobben Windpower assinaram ontem o contrato da obra.

A chamada possui um erro ortográfico: a palavra eólica é substituída por “aélica”. O chapéu descreve a temática. O título apresenta o evento descrito na notícia. O texto resume as principais informações da notícia, dando os dados básicos sobre a temática reportada nas páginas internas do jornal, com o objetivo de gerar interesse dos leitores.

Imagem 07 – Capa 15 de julho de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

⁹⁵ ASSINADO contrato para a primeira usina aélica do RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul.2003. Capa, p.1.

⁹⁶ “Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela”. CHAPÉU. In.: **Folha de S. Paulo**. Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm>. Acesso em: 06 fev. 2017.

A segunda capa⁹⁷ do jornal Tribuna do Norte (v. Imagem 08), divulgando a temática eólica, foi publicada no dia 25 de novembro de 2003, com chamada contendo os três elementos principais: chapéu, título e texto. Chapéu: Petrobras. Título: Iniciada instalação do parque de energia eólica em Macau. Texto: A Petrobras começou a instalar três torres de captação de energia eólica em Macau. Investimento de R\$ 6,8 milhões vai suprir o campo de produção do município.

A chamada apresenta de forma direta e resumida o conteúdo do texto. Ganha destaque pela importância da temática, por apresentar o início da instalação do primeiro parque eólico potiguar. É uma notícia gerada por um evento, um factual.

Imagem 08 – Capa 25 de novembro de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

⁹⁷ INICIADA instalação do parque de energia eólica em Macau. **Tribuna do Norte**. Natal, 25 nov. 2003. Capa, p. 1.

A primeira página do domingo, 18 de janeiro de 2004, traz o maior destaque à energia eólica em todo o tempo pesquisado. A notícia ocupa a posição principal na capa, sendo a chamada principal do dia. A manchete apresenta título “Mudança em lei reduz potencial eólico do RN” e subtítulo:

O governo federal mudou a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Resultado: a produção de energia eólica do Rio Grande do Norte será reduzida a 30% da capacidade. Isso significa perdas de US\$ 400 milhões nos investimentos previstos para o Estado. A mudança na lei não foi percebida pela bancada potiguar no Congresso Nacional (MUDANÇA em lei reduz potencial eólico do RN, 2004, p.1).

Vale observar que o jornal potiguar dá destaque a uma denúncia sobre a mudança na legislação federal que implicaria diretamente nos investimentos no Rio Grande do Norte. São as perdas monetárias que ganham o maior realce. Esta é a informação destacada pelo jornal em negrito e em cor vermelha: “Isso significa perdas de US\$ 400 milhões nos investimentos previstos para o Estado” (MUDANÇA em lei reduz potencial eólico do RN, 2004, p.1).

Imagem 09 – Capa 18 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A primeira página da Tribuna do Norte do dia 21 de janeiro de 2004 (v. Imagem 10) apresenta o único texto-legenda⁹⁸ sobre a temática eólica publicado no período analisado. A imagem mostra as hélices de uma turbina eólica sendo içadas para a montagem do aparelho. É a única fotografia colorida sobre o tema que foi divulgada nas edições examinadas e a primeira foto que mostra o empreendimento da Petrobras em Macau. Acompanha o rodapé: “Energia. Usina do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada”.

O destaque acontece cinco dias antes da inauguração do parque eólico e, de certa forma, mostra o pouco interesse do jornal em divulgar o tema. A imagem não foi produzida pelo jornal, mas cedida pela assessoria de imprensa da Petrobras. Pela pesquisa, observa-se que, até a data da inauguração da usina, a TN não mandou nenhuma equipe jornalística para fazer uma reportagem no lugar, embora a cidade de Macau fique a uma distância de 186 quilômetros de Natal, sede do jornal, e esse percurso possa ser coberto em aproximadamente duas horas de viagem.

Imagem 10 – Capa 21 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

⁹⁸ ENERGIA. Usina do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 jan. 2004. Capa, p. 1.

A parte inferior da primeira página da Tribuna do Norte do sábado, dia 24 de janeiro de 2004, traz uma chamada⁹⁹ sobre o tema eólico (v. Imagem 11). Com chapéu: Meio Ambiente; com título: Torre eólica ameaça duna, afirma Ibama; e com texto: Alegando impactos ambientais, o Ibama condenou, ontem, a instalação de equipamentos eólicos nas dunas de Jenipabu.

É a primeira inserção na capa do jornal potiguar que faz a ligação entre a energia eólica e o meio ambiente. No entanto, a conexão é negativa. A chamada apresenta uma denúncia que mostra a energia dos ventos como um vilão ambiental, devido a um empreendimento localizado em Jenipabu.

Faltando dois dias para a inauguração do primeiro parque eólico no estado, a TN ratifica o posicionamento que demonstrou durante a cobertura, em todo o ano que antecede a instalação da usina: o tema eólico interessa na medida em que gera investimentos econômicos ou denúncias.

Imagem 11 – Capa 24 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

⁹⁹ TORRE eólica ameaça duna, afirma Ibama. Op. Cit..

Na edição da terça-feira, dia 27 de janeiro de 2004, um dia após a inauguração do primeiro parque eólico no Rio Grande do Norte, a *Tribuna do Norte* traz uma pequena nota¹⁰⁰ na capa (v. Imagem 12). Abaixo do título “Leia Mais”, onde são destacados três temas abordados na publicação, lê-se: Petrobras inaugura parque eólico em Macau.

A curta chamada destaca a notícia sobre a solenidade de inauguração da usina eólica. A forma discreta com que o jornal trata o evento, o qual inclusive contou com a participação do presidente da Petrobras, é uma confirmação da baixa importância dada a essa fonte alternativa.

Imagem 12 – Capa 27 de janeiro de 2004



Fonte: *Tribuna do Norte* (2004).

A discreta participação da temática eólica nas capas da TN durante o período pesquisado retrata o pouco interesse editorial do jornal sobre o tema. Das seis páginas analisadas, quatro abordam o mesmo empreendimento: o parque eólico em Macau. As

¹⁰⁰PETROBRAS inaugura parque eólico em Macau. Leia Mais. *Tribuna do Norte*, Natal, 27 jan. 2004. Capa, p. 1.

inserções apresentam diferentes etapas do investimento de forma detalhada: uma traz a assinatura do contrato; outra, a instalação das turbinas; e duas, a inauguração. As duas capas restantes apresentam a temática sob óticas negativas: a mudança na legislação federal que afeta o Rio Grande do Norte e os impactos ambientais de uma instalação nas dunas de Jenipabu.

O estudo das capas do jornal corrobora com o restante da cobertura jornalística realizada pela Tribuna do Norte. Para auxiliar a análise textual, os escritos foram divididos em três seções: notas, notícias e reportagens. Os resultados das apreciações encontram-se nos tópicos a seguir.

3.2 Textos

Nesta seção, apresentam-se, de forma mais detalhada, as 20 notas, as 19 notícias, as duas reportagens e a entrevista publicadas sobre a temática eólica no jornal impresso Tribuna do Norte entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004. A análise é posteriormente complementada com o estudo sobre as fotografias e os infográficos impressos em conjunto com os textos selecionados.

3.2.1 Notas

A Tribuna do Norte publicou 20 notas sobre a energia eólica no período destacado. As inserções fazem parte das colunas Negócios e Finanças, do caderno Economia, Fique Atento, da seção Natal, Notas e Comentários, localizado em Política, e Jornal de WM, do setor Opinião.

Negócios e Finanças, assinada pelo jornalista Luís Antônio Pereira Felipe, responde por treze inserções ao longo do período analisado. Sete tratam o tema eólico de forma secundária, tendo como foco a energia alternativa ou questões energéticas. Seis priorizam a energia eólica, apresentando os investimentos e as perspectivas para o Rio Grande do Norte.

Felipe é a pessoa responsável pela maior parte da divulgação do tema eólico na TN, sempre enaltecendo o potencial ambiental do estado. Nota-se o uso recorrente do adjetivo “maior” em seus textos. Previa em janeiro de 2003: “Teremos ainda o maior parque eólico do País¹⁰¹”. Reforçava em fevereiro: “O Rio Grande do Norte tem projetado o maior número de

¹⁰¹ FELIPE, Luís Antônio. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003. Economia, p. 6.

parques eólicos do País, tornando-se no futuro o maior gerador nacional desse tipo de energia¹⁰²”. Em julho, apresenta-se como defensor das fontes renováveis: “O futuro do País estará garantido com a oferta do insumo básico, a energia, se possível de fontes limpas, como as hidrelétricas, o sol e o vento (eólica). Até nesse aspecto o País é beneficiado pela natureza¹⁰³”; e “Segundo especialistas, as reservas atuais de petróleo e o crescente consumo mundial levarão à exaustão o insumo dentro desse século¹⁰⁴”. Em agosto, destaca o potencial potiguar: “O Rio Grande do Norte é detentor de três fontes limpas de energia: solar, eólica e vegetal (biomassa)¹⁰⁵”. E continua divulgando o primeiro empreendimento eólico no RN: “As empresas com projetos de parques eólicos para o litoral potiguar (na próxima segunda-feira a Petrobras inaugura o seu primeiro parque eólico do País, em Macau/RN) continuam insistindo nos seus investimentos¹⁰⁶”.

Localizada no caderno de Política, a coluna Notas e Comentários publicou três notas sobre a temática eólica. As duas primeiras, na sexta-feira dia 07 de março de 2003, tratam de um contrato entre o Inbra e a empresa Enerbrasil para produzir energia eólica em um assentamento:

Energia alternativa

A superintendência estadual do Inbra assina, hoje, contrato com a empresa Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil Ltda. com a finalidade de explorar economicamente a produção de energia eólica sobre uma área de dunas em um assentamento de trabalhadores rurais, no município de Rio do Fogo.

Energia (2)

Pela utilização da área, a Enerbrasil irá pagar anualmente à União R\$ 176,4 mil, convertidos em quilowatts rurais, que serão utilizados no próprio assentamento, e em outros, localizados no semi-árido, que utilizam irrigação. O contrato será assinado hoje à tarde (NOTAS e Comentários, 2003, p. 3).

A terceira inserção da coluna Notas e Comentários, divulgada na quinta-feira 06 de novembro de 2003, mostra certa indignação do colunista sobre o silenciamento da Tribuna do Norte acerca do primeiro parque eólico potiguar. Com o título “Plano B”, questiona: “E o parque Eólico, hein? Nunca mais ninguém ouviu falar dele”. A nota é publicada mais de três meses após uma menção do empreendimento na notícia “De consumidor a produtor de

¹⁰² FELIPE, Luís A. Energia. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 fev. 2003. Economia, p. 6.

¹⁰³ FELIPE, Luís Antônio. Energia preocupa. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 1º jul. 2003. Economia, p. 6.

¹⁰⁴ FELIPE, Luís Antônio. Mais energia no RN. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul. 2003. Economia, p. 6.

¹⁰⁵ FELIPE, Luís Antônio. Fontes de energia em debate. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 ago. 2003. Economia, p. 6.

¹⁰⁶ FELIPE, Luís Antônio. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2003. Economia, p. 6.

energia para o País”, divulgada no dia 27 de julho. O mês de agosto teve duas inserções que não mencionaram o investimento da Petrobras e os meses de setembro e de outubro foram de total silenciamento sobre a temática eólica na TN, sem a publicação de uma única linha sobre o tema.

A coluna Fique Atento, do caderno Natal da Tribuna do Norte, divulgou duas notas em fevereiro de 2003 sobre um projeto o qual propõe a criação do Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier), que inclui a fonte eólica. A nota original, conforme texto abaixo, é publicada inicialmente na quarta-feira, 19 de fevereiro de 2003. Uma semana após, na edição da quarta-feira dia 26 de fevereiro, o primeiro parágrafo da inserção é repetido integralmente na seção:

A Comissão de Finanças e Tributação deve votar neste ano o Projeto de Lei 5210/01, de autoria do Senado Federal, que propõe a criação de um Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). O projeto, já aprovado pela Comissão de Minas e Energia, pretende incentivar a produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis – como solar, eólica, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas.

O objetivo do Pier é trazer incentivos econômicos para a pesquisa, desenvolvimento e produção de fontes alternativas renováveis. O Programa estabelece ainda normas para assegurar a distribuição e comercialização da energia produzida, além de prever a aplicação dos recursos sob a regulamentação de um conselho diretor e sua execução pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (FIQUE Atento, 2003, p. 12).

Sob a gestão do interino Airton Bulhões, a coluna Jornal de WM, na seção Opinião, da Tribuna do Norte, publicou duas notas em janeiro de 2004, mês que marca a inauguração da primeira usina eólica potiguar. A primeira, no sábado dia 24 de janeiro, tem o título: “Dutra inaugura usina eólica”, e segue:

O presidente da Petrobras José Eduardo, em companhia da governadora Wilma de Faria, inaugura amanhã às 15h, em Macau, o primeiro Parque de Energia Eólica do Estado, primeira usina desse tipo de energia instalada pela Petrobras no País. O parque eólico vai gerar 1,8 megawatts de energia, quantidade suficiente para suprir a demanda de uma cidade com 10 mil habitantes. Pela manhã, em Mossoró, Dutra e a governadora Wilma Faria assinam, em Mossoró convênio para instalação de equipamentos e mobiliário do teatro municipal Dix-huit Rosado. O Governo do Estado participa do processo com investimentos na ordem de R\$ 1,2 milhão através da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela Lei Estadual de Cultura Câmara Cascudo (BULHÕES, 2004, p.2).

Na terça-feira, 27 de janeiro de 2004, Bulhões destaca mais uma vez os empreendimentos da Petrobras. Sob o título: “Usina eólica e energia solar”, descreve os investimentos da empresa:

Além da Petrobras ter inaugurado a primeira usina eólica para o fornecimento da energia elétrica necessária para operar os campos de produção de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal, o Rio Grande do Norte, também abriga o primeiro poço de petróleo da empresa bombeado por energia solar. O sistema instalado no poço MO-14, no Hotel Termas de Mossoró, é composto por 12 painéis solares – de 64 Wp cada – e será testado durante os próximos 12 meses. Se o desempenho técnico-econômico for aprovado, o sistema deve ser instalado em outros poços de pequena profundidade em campos isolados da rede. O MO-14 tem 400 metros de profundidade e tem vazão de cerca de 6 mil barris de petróleo por dia (BULHÕES, 2004, p. 2).

As 20 notas publicadas na Tribuna do Norte sobre a temática eólica são, de forma geral, informativas e versam sobre os empreendimentos localizados no Rio Grande do Norte, ou sobre investimentos que de alguma forma se relacionam ao estado.

Apesar do baixo número de inserções, os colunistas da TN se mostram atualizados sobre a temática. A exceção fica para a coluna Notas e Comentários de 06 de novembro de 2003, que reclama do silêncio sobre o parque eólico quando quatro dias antes o próprio jornal havia publicado uma notícia sobre o assunto.

Ressalta-se o engajamento do jornalista Luís Antônio Pereira Felipe, responsável pelo maior número de publicações da temática no jornal. Sua coluna, Negócios e Finanças, configura-se como a principal fonte sobre o tema. A seção possui uma média de 60 notas semanais, 240 por mês, mas apresenta 13 textos sobre energia eólica em 13 meses, o que significa uma inserção por mês. Os dados revelam a baixíssima participação do tema nas páginas da Tribuna do Norte no período analisado.

3.2.2 Notícias e Reportagens

O jornal impresso Tribuna do Norte publicou 19 notícias e duas reportagens sobre a temática no período pesquisado: uma na seção de Política, três em Geral, sete no caderno Natal e dez no setor de Economia. Do total, cinco escritos tratam de temas diversos e apenas citam a energia eólica. Os outros 16 textos destacam a produção eólica no Rio Grande do Norte.

A participação da temática no primeiro semestre de 2003 foi bastante fraca. Apenas duas notícias versaram sobre o tema. Uma delas é sobre a usina termelétrica do Açú, a Termoaçú¹⁰⁷. Fato relevante desse texto é que ele é o primeiro do ano de 2003 a falar sobre energia eólica e o faz no primeiro parágrafo, logo na abertura, como se todos os leitores da TN estivessem familiarizados com o tema e como se houvesse extensa cobertura no jornal sobre a questão: “Se os projetos para geração de energia eólica no Estado vão de vento em popa, o mesmo não se pode dizer dos demais empreendimentos de energia, como é o caso das termelétricas”.

Abaixo do texto sobre a Termoaçú, há a primeira notícia sobre energia eólica publicada no ano de 2003 (v. Imagem 13). O início da notícia sobre a termelétrica que cita projetos de energia eólica abre duas possibilidades de conclusão sobre o repórter que escreveu o material: ou não estava ciente da temática nem da periodicidade com que o tema era coberto pela Tribuna do Norte, ou pensou nas pautas de forma inversa do editor, considerando que a eólica viria em primeiro lugar.

¹⁰⁷ TERMOAÇU continua sendo montada e investimento da usina é irreversível. **Tribuna do Norte**, Natal, 8 mar. 2003. Economia, p. 6.

Imagem 13 – Primeiras notícias



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

De toda forma, a notícia “Assentamento terá energia eólica”, trata a questão eólica de forma pontual. O relato é sobre um assentamento de trabalhadores rurais que irá sediar parques eólicos construídos pela empresa Enerbrasil, após contrato com o Incra. O tópico havia sido publicado por meio de duas notas no caderno de Política da TN, no dia anterior, na coluna Notas e Comentários.

Com a transformação dos dados em notícia, o investimento é descrito de forma mais detalhada e a cobertura é expandida para além do empreendimento nos dois parágrafos finais, quando o repórter cita ganhos ambientais do estado e aborda as perspectivas para o Rio Grande do Norte no setor energético:

O contrato assinado, ontem, tem duração de 25 anos, e além da geração de energia, segundo o Incra, também está de acordo com o protocolo de Kioto, do qual o Brasil é signatário. O protocolo estabelece a manutenção de pelo menos 10% de fontes renováveis de energia com matriz energética limpa, como é o caso da eólica, conjugando interesses econômicos com benefícios ambientais.

Para o Estado, a exploração eólica no assentamento Zumbi, vai permitir a ampliação da infra-estrutura energética, acrescentando as expectativas de que no futuro o Rio Grande do Norte venha a ser o maior gerador nacional desse tipo de energia, tamanho é o potencial disponível ao longo do litoral (ASSENTAMENTO terá energia eólica, 2003, p. 6).

A única reportagem do semestre foi publicada no domingo, dia 29 de junho. Foi um texto do colunista Luís Antônio Pereira Felipe, com o título: “RN terá maior parque eólico do País”. Publicada no caderno de Economia da Tribuna do Norte, a notícia apresenta a perspectiva de o estado se tornar exportador de energia, após investimentos no setor eólico. Analisado anteriormente, o texto é considerado o mais importante do período estudado. Sua importância reside no fato de apresentar um panorama geral da situação do RN à época. A contribuição social do texto foi reconhecida pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), que concedeu o terceiro lugar do primeiro Prêmio FIERN de Jornalismo, realizado em 2003, a Luís Antônio Pereira Felipe.

A reportagem também gera uma notícia no caderno de Política da TN, na edição seguinte¹⁰⁸, na terça-feira 1º de julho. “Garibaldi defende incentivos para produção de energia eólica no RN” é uma repercussão dos fatos apresentados na reportagem de Luís Antônio. Mostra-se a opinião do então senador, pelo PMDB potiguar, Garibaldi Alves Filho, acerca do

¹⁰⁸Lembra-se que a Tribuna do Norte não publica edições impressas nas segundas-feiras.

tema. A notícia é uma mostra de como a Tribuna do Norte serve de palco eleitoral para a família Alves:

O senador lembrou que durante seu mandato de governador do Rio Grande do Norte, concedeu incentivos para atrair projetos de geração de energia eólica que estão em fase de contratação. Ele afirmou que, com os projetos aprovados, os investimentos poderão chegar a US\$ 2 bilhões só no RN, além de geração de 4.300 empregos diretos e 8.600 indiretos. Mais tarde, durante 25 anos de operação, serão mantidos quase 9.000 empregos (GARIBALDI defende incentivos para produção de energia eólica no RN, 2003, p. 3).

A edição da terça-feira, 15 de julho, traz para os potiguares a notícia da primeira usina eólica do estado, o tema mais repercutido na cobertura da Tribuna do Norte. “RN ganha sua primeira usina eólica este ano”, anuncia o título. “A Petrobras assinou ontem contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã”, continua o subtítulo.

A assinatura do empreendimento gera tanto interesse no jornal que ganha um destaque, garantindo a primeira inserção na capa do periódico sobre o assunto, analisada no tópico anterior. É o texto mais importante sobre a usina eólica em termos ambientais por ser o único a discutir dados como a influência da velocidade da rotação das turbinas sobre a vida das aves que habitam o local:

O aproveitamento da energia eólica é uma tendência mundial por ser caracterizada como uma forma de energia limpa, que contribui para a preservação do meio ambiente. Para sua produção não requer água, um recurso cada vez mais escasso e não gera gases de efeito estufa. A rotação das hélices dos aerogeradores é baixa, cerca de 30 rotações por minuto na velocidade média dos ventos locais (7,5 m/s), não prejudicando a vida dos pássaros da região (RN ganha sua primeira usina eólica este ano, 2003, p. 6).

O mês de julho tem ainda duas notícias sobre o tema eólico, publicadas em conjunto na editoria de Economia, na edição do domingo, 27 de julho (v. Imagem 14). A primeira, “Jornalistas premiados”, anuncia a premiação da FIERN para Luís Antônio Pereira Felipe, pela reportagem¹⁰⁹ publicada no fim de junho. A segunda, disposta em continuação, é basicamente a reescrita da reportagem premiada, uma forma de apresentar o tema ao leitor que não teve a oportunidade de ler a original:

¹⁰⁹ FELIPE, Luís Antônio Pereira. RN terá maior parque eólico do País. **Tribuna do Norte**, Natal, 29 jun. 2003. Economia, pág. 3.

Até o ano de 2005 o Rio Grande do Norte deverá estar produzindo o equivalente a mais de cinco vezes a quantidade de energia elétrica que necessita atualmente. O Estado tem hoje um consumo em torno dos 550 megawatts (mW) e poderá passar a produzir 2,53 mil mW o que lhe tornará um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões (DE CONSUMIDOR a produtor de energia para o País, 2003, p. 6).

Imagem 14 – Notícias de 27 de julho de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003)

A energia eólica só volta a ganhar espaço nas páginas da Tribuna do Norte em 28 de agosto de 2003, para anunciar a entrega do prêmio da FIERN ao colunista do jornal¹¹⁰. Desta vez, o foco é o evento da premiação e o tema da notícia premiada é apenas citado: “O terceiro lugar, com a premiação estipulada em R\$ 2 mil, também foi destinado a um repórter da Tribuna do Norte. O jornalista Luís Antônio Felipe foi premiado através de sua reportagem sobre o parque eólico do Estado”.

Após mais um período de silêncio, a energia eólica volta a ser pauta na edição do domingo 02 de novembro, sob o título: “RN e Ceará lideram energia eólica”. O texto fala dos empreendimentos previstos para os dois estados: “Rio Grande do Norte e Ceará, juntos, produzem 60% da potência total em projetos de geração autorizados pela Aneel”. Em seguida, faz uma previsão otimista para a situação energética do RN: “nos próximos cinco anos, com todo parque eólico instalado, e a termelétrica Termoaçú em operação o Rio Grande do Norte terá um potencial de geração de energia quase seis vezes maior do que sua demanda atual, passando a ser exportador de energia”.

A cobertura jornalística continua na terça-feira, 25 de novembro, com a notícia: “Petrobras inicia instalação de parque eólico em Macau”. O início das obras do parque eólico conquista a segunda inserção na capa da Tribuna do Norte sobre o tema eólico. O texto apresenta o investimento de forma detalhada:

A Petrobras iniciou a instalação de três torres de captação de energia eólica no município de Macau, Litoral Norte do Estado. O investimento de R\$ 6,8 milhões é o primeiro no campo da energia eólica que se concretiza no Rio Grande do Norte, e vai servir para suprir a carência de energia para o campo de produção da Petrobras em Macau, que hoje apresenta deficiência no que diz respeito a confiabilidade da energia fornecida. O gerente da obra, José Clealmir Costa, explicou que a instalação das três torres representa a fase de montagem e construção de um projeto piloto que pode ser ampliado pela Petrobras, dependendo dos resultados alcançados (Petrobras inicia instalação de parque eólico em Macau, 2003, p. 6).

A notícia trata de características físicas da obra: “três torres de energia eólica em Macau. Cada torre de captação possui 44 metros de altura”. Paralelamente, aborda a capacidade energética: “as torres têm capacidade de fornecerem, juntas, 1,8 megawatt(MW) de energia, o suficiente para suprir o fornecimento de energia de uma cidade com uma população de 10 mil habitantes”. Além disso, afirma que preferencialmente a “energia gerada a partir da força dos ventos irá para a chamada estação ‘Macau 5’. O excedente, dependendo

¹¹⁰JORNALISTAS recebem Prêmio Fiern. Op. Cit.

de um acordo a ser assinado ainda com a Cosern, é que poderá ser inserido no sistema elétrico para abastecer a cidade de Macau e municípios próximos”.

Há ainda o detalhamento dos motivos da escolha da Petrobras para montar o empreendimento: “devido à regularidade dos ventos ao longo de todo ano, o Rio Grande do Norte foi escolhido pela Petrobras para a instalação do primeiro parque de energia eólica da empresa”.

No dia 06 de dezembro, o caderno de Economia traz uma notícia sobre a produção de petróleo da Petrobras no Rio Grande do Norte, que faz uma menção à energia eólica no último parágrafo:

(...) a primeira usina de geração de energia eólica do Rio Grande do Norte deve entrar em operação até o final do mês. Uma parceria da Petrobras com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã, que vem trabalhando na instalação do parque com três aerogeradores na cidade de Macau, litoral norte do Estado. Um parque eólico que representou um investimento da ordem de R\$ 6 milhões (PRODUÇÃO de poço faz Petrobras investir no Campo do Amaro, 2003, p.6).

Durante o período pesquisado, cerca de metade das notícias e reportagens publicadas na Tribuna do Norte sobre a energia eólica (dez entre 21) foi divulgada em janeiro de 2004, entre os dias 18 e 27. Ressalta-se que janeiro de 2004 é o mês da inauguração do primeiro parque eólico potiguar.

Uma reportagem e quatro notícias foram publicadas no mesmo dia, domingo 18 de janeiro, e repercutiram mudanças no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e as consequências para o Rio Grande do Norte. Escritos pelo jornalista Everton Dantas, os textos ocupam duas páginas do caderno Natal e foram produzidas após denúncia de um especialista na área: o geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela. A denúncia dá ao conjunto de produções um aspecto investigativo, além de garantir uma inserção na capa da Tribuna do Norte, anteriormente analisada, que é a chamada principal do jornal. O início do texto tem um tom sensacionalista, de alarde:

Ventos diferentes sopraram em Brasília durante o último novembro e alteraram a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Resultado: os estados do Ceará e Rio Grande do Norte - que possuem as melhores condições naturais para exploração de energia eólica no País - terão de se contentar em produzir apenas 20% (cada) do total que o Governo pretende comprar, 1100 megawatts. Ambos poderiam produzir bem mais que isso.

O caso do Rio Grande do Norte é o mais gritante. Com a limitação, o Estado - primeiro do País em projetos para parques eólicos- só poderá produzir 220 megawatts de energia, o equivalente a 200 milhões de dólares em investimentos. Se a limitação não existisse, a produção inicial poderia ser de 660 megawatts, com investimentos de 600 milhões de dólares. Os dados com relação a empregos e capacidade total de produção revelam que a situação é muito pior (DANTAS, 2004, p. 6).

O espaço destinado pela Tribuna do Norte para a cobertura da denúncia dá ao jornalista a possibilidade de tratar o tema sob óticas diversas. A reportagem principal, “Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos”, apresenta a denúncia e os efeitos da mudança na legislação. A notícia vinculada publicada na mesma página, “Limitação de 20% vai retardar investimentos”, trata do caso específico do Rio Grande do Norte ainda sob um tom alarmante:

A limitação imposta pelo Ministério das Minas e Energia (MME) vai retardar investimentos no Rio Grande Norte. Se o Proinfa tivesse sido mantido na sua forma original, o Rio Grande do Norte - só para começar - poderia produzir 660 megawatts, o que consistiria num investimento 600 milhões de dólares. Com relação à geração de empregos, o próprio Proinfa estima que a cada 1100 megawatts produzidos, 20 mil empregos serão gerados.

Com base nos números do Rio Grande do Norte, somente nesta primeira fase do programa - levando em conta a capacidade inicial de produção - poderiam ser gerados cerca de 10 mil empregos. Os números potiguares são mais surpreendentes quando avaliados sob a ótica da produção dos 28 projetos que possuem licença da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Caso pudesse implantar todos eles e gerar os 2364 megawatts, o investimento seria de aproximadamente 2 bilhões de dólares, ou quase R\$ 6 bilhões. O número de empregos diretos gerados pode ultrapassar a casa do 40 mil. Uma das melhores vantagens desse processo é que a implantação dos parques eólicos não impede o desenvolvimento de culturas ou pecuária. De acordo com o geólogo Geraldo Magela, ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), outra vantagem a destacar: em geral, os parques são lançados no interior do estado, gerando empregos, evitando o êxodo e promovendo o desenvolvimento na economia. Para ele, a classe política do RN deveria se reunir para tentar remediar o caso. Geraldo Magela indicou que poderia ser feita a mesma mobilização de um ano atrás, quando a bancada batalhou junta pela refinaria. O senador Garibaldi Filho - que há alguns meses cobrou investimentos para o setor eólico no RN - disse que ia conversar com a bancada nordestina. A intenção dele é estudar o caso melhor para poder conseguir algum benefício quando o projeto for regulamentado, o que deve ocorrer este mês (DANTAS, 2004, p.6).

Na página seguinte, a notícia principal, “Ministério justifica mudanças”, abre espaço para uma outra versão da história: Nesse caso, Dantas permite que o Ministério das Minas e

Energia (MME) explique o motivo das alterações na legislação. O texto descreve a resposta do Ministério:

O Ministério das Minas e Energia (MME), em nota oficial, alegou que as alterações feitas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) tiveram o objetivo de democratizar a ação. “A limitação de contratação possibilita que todos os estados tenham vocação e projetos devidamente aprovados e licenciados tenham a oportunidade de usufruir do mesmo, criando, desta forma, uma justiça federativa, e evitando que os investimentos se concentrem em um único Estado”, traz o documento (DANTAS, 2004, p. 7).

Há ainda duas notícias vinculadas que retornam à situação do Rio Grande do Norte. A primeira, “RN tem melhores condições para alojar parques”, é baseada unicamente na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Energia Eólica e vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, professor Everaldo Feitosa. O texto é uma defesa aos empreendimentos eólicos em solo potiguar: “O RN, segundo o professor, é o melhor local do País e um dos cinco melhores do mundo para a instalação de parques eólicos”. E ressalta a energia dos ventos:

(...) exploração eólica também é vantajosa por que é limpa (termelétricas usam óleo) e não corre o risco de ter seus custos elevados por uma “crise mundial do vento”, o que pode ocorrer com o petróleo. Há ainda o fato dos parques eólicos poderem ser implantados sem atrapalhar o desenvolvimento da pecuária ou agricultura. E também a questão da interiorização dos investimentos: geralmente as centrais não são implantadas nas capitais, impedindo o êxodo e promovendo o desenvolvimento da economia de municípios pequenos (DANTAS, 2004, p.7).

“Maior projeto potiguar supera limite estabelecido” é o título da outra notícia vinculada. É um texto informativo, que destaca o potencial de geração do RN:

Atualmente, no Rio Grande do Norte, 22 projetos para parques eólicos têm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e são fiscalizados. Somente autorizados, contanto, há 28 projetos. O maior parque eólico do Estado deverá ser construído no município de Guamaré, a 166 quilômetros de Natal. O Parque Eólico RN 11 é um empreendimento da Energias Renováveis do Brasil LTDA (Enerbrasil) e deverá ter capacidade para produzir 249,90 megawatts (mw) (DANTAS, 2004, p.7).

Os textos do dia 18 de janeiro foram ainda repercutidos na edição da terça-feira, dia 20, no caderno de Política da Tribuna do Norte. Intitulada “Deputados cobrarão explicações”,

a notícia apresenta a reação dos deputados federais pelo Rio Grande do Norte, como descreve o subtítulo: “Fátima Bezerra e Ney Lopes pretendem reverter as alterações feitas pelo Governo Federal na lei do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia”.

A edição da TN do dia 21 de janeiro repercute a inauguração do parque eólico: “Dutra inaugura usina eólica no RN”. O texto é um misto entre retratar os benefícios do empreendimento e divulgar a agenda do então presidente da Petrobras: “José Eduardo Dutra estará dias 26 e 27 no estado, e no dia 26 à tarde inaugura a usina que será suficiente para atender ao consumo de eletricidade de uma cidade com uma população de, aproximadamente, 10 mil habitantes” (DUTRA inaugura usina eólica no RN, 2004, p. 6).

Apesar de publicada na seção de Economia, a notícia tem um teor político forte, destacando compromissos do gestor da Petrobras além dos relacionados aos empreendimentos eólicos, com representantes do RN:

Na próxima segunda-feira de manhã o presidente da Petrobras assina convênio para a conclusão das obras do Teatro Municipal de Mossoró, construído através de parceria da Petrobras com a Prefeitura de Mossoró. O novo convênio no valor de R\$ 1,5 milhão viabilizado com incentivos da Lei Estadual Câmara Cascudo prevê a aquisição e montagem de todos os equipamentos e mobiliários necessários ao pleno funcionamento do teatro a ser entregue à população até o próximo mês de maio.

Depois da assinatura do convenio, o presidente da Petrobras visita as instalações da companhia na cidade de Guamaré. E no dia seguinte será palestrante da primeira reunião-almoço do ano organizada pela Federação das Indústrias do RN (Fiern), terá encontro com a governadora Wilma de Faria e participa de sessão extraordinária na Assembleia Legislativa (Dutra inaugura usina eólica no RN, 2004, p. 6)

No sábado, 24 de janeiro, a notícia “Equipamento eólico ameaça dunas” é capa da seção Natal e tem uma chamada na primeira página da Tribuna do Norte. O texto possui uma inversão na sua constituição. A resposta à denúncia é dada logo no subtítulo, antes mesmo da apresentação do problema: “O Presidente da Siif Energies do Brasil, Henri Baguenier, informou que o período de testes na área deve durar cerca de um ano, mas ele pretende mesmo solicitar a licença permanente para montar o parque eólico no local das dunas” (EQUIPAMENTO eólico ameaça dunas, 2004, p.9). Essa resposta antecipada tem característica de interesses políticos, mas também se considera a possibilidade de que o fato pode ter sido um deslize jornalístico ou editorial. A questão principal aparece no primeiro parágrafo:

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) condenou a instalação de duas torres anemométricas (usadas para medição do vento) nas dunas de Jenipabu. O terreno está situado na Área de Proteção Ambiental (APA), de responsabilidade do Estado. As estruturas pertencem a uma usina de produção de energia eólica, com sede no Rio de Janeiro, que está realizando testes para a montagem de um parque eólico no local (EQUIPAMENTO eólico ameaça dunas, 2004, p.9).

No mais, o texto conta a atuação do Ibama em relação ao empreendimento eólico e dá detalhes das duas torres que “chamam atenção de quem passa nas proximidades das dunas”: “Elas foram instaladas em áreas cercadas e estão separadas por uma distância aproximada de 1,5 km. São construídas em ferro, com aproximadamente 60 metros de altura e têm por objetivo coletar dados de velocidade e intensidade dos ventos naquela área” (EQUIPAMENTO eólico ameaça dunas, 2004, p. 9).

O Ibama “constatou que a obra possui um efeito impactante ao meio ambiente, além de estar em desacordo com a legislação ambiental, que não permite edificações naquela área”. Segundo relatório do órgão, as torres causam “impactos vultuosos nas dunas móveis, chegando a comprometer todo o ecossistema ali já estabelecido e conseqüentemente dá mais mobilidades às dunas, o que seria bastante prejudicial às comunidades para onde as dunas se deslocarão”.

A notícia ganha repercussão por tratar de uma área vital para o turismo no Rio Grande do Norte. O Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu é uma área de proteção ambiental, localizado no município de Extremoz, na Região Metropolitana de Natal. Há apenas 20 quilômetros do centro de Natal, o local é um dos pontos turísticos mais famosos e mais visitados do estado.

As duas publicações restantes são da edição da terça-feira, 27 de janeiro de 2004, e tratam da inauguração do parque eólico da Petrobras. Divulgado na seção Geral, o evento possibilita uma inserção na primeira página da TN.

O texto “Petrobras inaugura parque eólico” é a cobertura jornalística do evento de inauguração e apresenta o potencial energético do empreendimento. O subtítulo resume a notícia: “A empresa inaugurou sua primeira usina eólica do País no Rio Grande do Norte. O investimento foi de R\$ 6,8 milhões. A energia produzida, 1,8 megawatt, abastecerá de forma segura quatro campos de exploração de petróleo”. A notícia é bastante informativa e apresenta dados do investimento, como:

A Petrobras inaugurou ontem, na comunidade de Soledade, que fica a 30m quilômetros de Macau, seu primeiro parque eólico do país. A obra levou 180

dias para ficar pronta; o investimento foi de R\$ 6,8 milhões; e a capacidade de produção de energia dos três aerogeradores instalados é de 1,8 megawatts, necessário para abastecer uma cidade com cerca de 10 mil habitantes. Ao invés da utilização doméstica a energia produzida pela central será usada para abastecer quatro campos de exploração: Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal. (...) Cada gerador tem potência de 600 quilowatts. A energia produzida por eles será jogada na rede da Cosern e de lá utilizada nas unidades de exploração da Petrobras. Os aerogeradores foram construídos pela empresa holandesa Wobben Windpower, subsidiária da alemã Enercon. Cada um possui 44 metros de altura e pesa 75 toneladas. A implantação das torres ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2003 (PETROBRAS inaugura parque eólico, 2004, p. 7).

A notícia serve de fortalecimento político para a Petrobras, relatando o discurso do então presidente da empresa, José Eduardo Dutra: “Também destacou o pioneirismo da empresa e da possibilidade de, no futuro, o Estado ser um destaque nacional quanto à produção de energia eólica. ‘O Rio Grande do Norte, no futuro, deverá responder por uma parcela cada vez maior na produção’, comentou”. A política regional fica resumida a um parágrafo:

Às 16h05, após concluir seu discurso, José Eduardo Dutra acionou os três aerogeradores. Em seguida, o secretário de Indústria, Ciência e Tecnologia, João Maia, falou em nome da governadora Wilma de Faria. Ela não pôde participar da cerimônia porque foi a São José de Campestre verificar os estragos das chuvas nos últimos dias. Ele enfatizou o pioneirismo da iniciativa, desejando que num futuro, a exploração do potencial energético dos ventos seja mais promissora. A cerimônia de inauguração do parque eólico contou ainda com a presença de políticos e representantes de entidades (PETROBRAS inaugura parque eólico, 2004, p. 7).

A Tribuna do Norte publicou uma notícia vinculada à principal (“Petrobras inaugura parque eólico”), intitulada: “Convênio garante conclusão do teatro Dix-Huit Rosado”. O texto apenas cita a energia eólica na abertura: “A vinda do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, não teve como único motivo a inauguração do primeiro parque eólico da empresa”. O restante trata da agenda de José Eduardo Dutra no Rio Grande do Norte e não possui muita importância para os objetivos desta pesquisa.

A análise das 19 notícias e das duas reportagens, publicadas no jornal impresso Tribuna do Norte sobre a energia eólica, revela que a temática foi subutilizada. A cobertura jornalística teve foco na inauguração do primeiro parque eólico potiguar, seguindo a agenda do empreendimento. A assinatura do contrato, o início das obras e a inauguração do investimento foram noticiadas pelo jornal, com direito a chamadas na primeira página.

As inserções sobre a temática eólica ocorreram de forma tímida nas páginas da Tribuna do Norte. O quantitativo corresponde a menos de duas notícias por mês, mas a distribuição dos textos ocorreu de forma irregular. Janeiro, fevereiro, abril, maio, setembro e outubro de 2003 não tiveram uma única notícia ou reportagem sobre o tema. Além disso, houve quatro meses de silenciamento total – abril, maio, setembro e outubro de 2003 –, sem a publicação de uma linha sequer.

3.2.3 Entrevista

Entre os meses pesquisados, a Tribuna do Norte publicou uma única entrevista que menciona a energia eólica. O texto foi divulgado no domingo, 16 de novembro de 2003, com o título: “Vamos levar energia aos pobres”. A entrevistada é a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O material foi produzido por Andreza Matais e Raquel Ribeiro Alves jornalistas da Agência Nordeste.

O texto gira em torno do lançamento do Programa Energia para Todos e da estratégia da ministra para alcançar a meta “levar luz aos milhões de Brasileiros que ainda vivem no século 19”: “um calendário rigoroso: até o final de 2008 todo e qualquer brasileiro – viva ele no campo, no Sertão ou na periferia urbana – terá luz elétrica” (MATAIS; ALVES, 2003, p. 2).

Ainda na abertura da entrevista, as jornalistas aparentam surpresa com a opinião da ministra acerca da energia eólica: “A ministra surpreende ao dizer que a energia eólica, tida como trunfo nos estados nordestinos, é um modelo que sai mais caro que o convencional. ‘A energia eólica não serve para a Região [Nordeste]’”.

Divulgando o recém-lançado programa energético do governo federal, a ministra faz uma observação sobre a energia eólica que entra em contraponto com os interesses dos estados nordestinos e, inclusive, com os investimentos do próprio governo que já incentivava a exploração dos ventos no país por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Apesar de ser apenas mencionada no texto, a energia eólica tem participação negativa. A afirmação da ministra de Minas e Energia mostra que o governo federal, buscando ampliar o fornecimento energético para a população brasileira, coloca em segundo plano o investimento nas fontes alternativas abundantes no país, não dando destaque à importância de promover o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

As análises textuais corroboram com a percepção de que a cobertura do jornal impresso *Tribuna do Norte* sobre a energia eólica, no período inicial de implantação das usinas no Rio Grande do Norte, foi menosprezada. A apreciação sobre a cobertura jornalística da TN continua nos itens seguintes com a avaliação acerca das fotografias e dos infográficos impressos em conjunto com os escritos já analisados.

3.3 Fotografias

Dezesseis fotografias acompanham os textos sobre energia eólica publicados no jornal *Tribuna do Norte*, entre os meses destacados. Uma mesma imagem foi repetida em três datas distintas. Nove são retratos de fontes ou personalidades. Cinco dessas imagens são de textos onde a energia eólica tem um papel secundário e, por conseguinte, retratam temas diversos. Apenas duas, que foram cedidas pela assessoria de imprensa Petrobras, mostram o primeiro parque eólico implantado no estado do Rio Grande do Norte.

Como descrito na introdução, esta análise utiliza a metodologia de Roland Barthes (1984, 1990), identificando dois aspectos centrais das fotografias: o *studium* que busca reconhecer as intenções do fotógrafo e o *punctum*, elemento que atrai a atenção. Além disso, avalia-se a interação entre a imagem e os textos que a acompanham, apresentados nos jornais como título, subtítulo e rodapé. As relações podem ser de ancoragem, complementação, redundância, suspensão ou paradoxo, sendo possível mais de uma relação concomitante.

A ancoragem está presente quando o texto direciona o sentido da foto. A redundância aparece quando imagem e texto apresentam a mesma narrativa e acabam por destacar o tema que expõe. A complementação é encontrada quando a palavra descreve aquilo que não pode ser transmitido unicamente pela fotografia. Na suspensão, há uma expectativa criada pelo texto em relação à imagem fotográfica. A relação de paradoxo, pouco comum no fotojornalismo, acontece quando o texto nega o que é mostrado pela imagem. (BARTHES, 1984; 1990).

Imagem 15 – Sábado, 08 de março de 2003

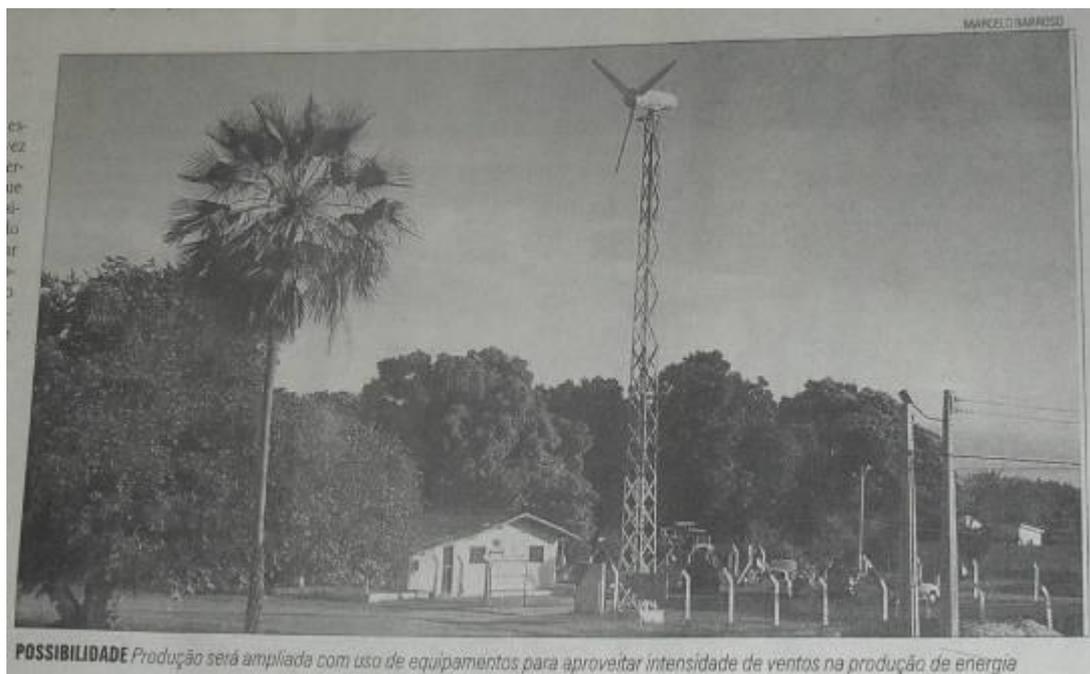


Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A fotografia (Imagem 15) em preto e branco foi reproduzida no caderno Economia, em notícia sobre a Termoelétrica de Açú. A notícia é focada na Termoçu, apenas citando a energia eólica. O *studium*, portanto, tem conexão com a notícia, mas não com o contexto eólico. Produzida por Luis Morais, a imagem mostra um navio sendo descarregado no Porto de Natal. O *punctum* da imagem é a turbina que está sendo retirada da embarcação.

Em relação ao título, “Termoçu continua sendo montada e investimento da usina é irreversível”, a fotografia possui ao mesmo tempo relação de ancoragem, pois tem seu sentido direcionado pelo texto, e de complementação, na medida em que a palavra explica a imagem. O subtítulo “A devolução de peças aos fornecedores foi feita porque estas apresentavam alguns problemas, fato considerado normal” é complementar à imagem, pois anuncia além do que é mostrado na fotografia. A complementação também está presente na legenda: “Atividade. Turbinas da Termoçu estão sendo montadas num ritmo de trabalho considerado acelerado”.

Imagem 16 – Domingo, 29 de junho de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A foto de Marcelo Barroso (Imagem 16) marca a primeira imagem de 2003 publicada no jornal Tribuna do Norte, que está diretamente ligada à energia eólica. O *studium* mostra uma turbina eólica de pequeno porte em uma área rural. O *punctum* da fotografia são as hélices da pequena turbina.

O título “RN terá maior parque eólico do País” é de ancoragem, pois o texto direciona o sentido da foto. Há ancoragem entre imagem e subtítulo: Aneel autoriza instalação de 21 usinas no Estado que, nos próximos anos, poderá sair da situação de dependente da produção externa para potencial exportador, com uma fonte energética limpa e economicamente viável. Também há ancoragem com a legenda: “Possibilidade. Produção será ampliada com uso de equipamentos para aproveitar intensidade de ventos na produção de energia”.

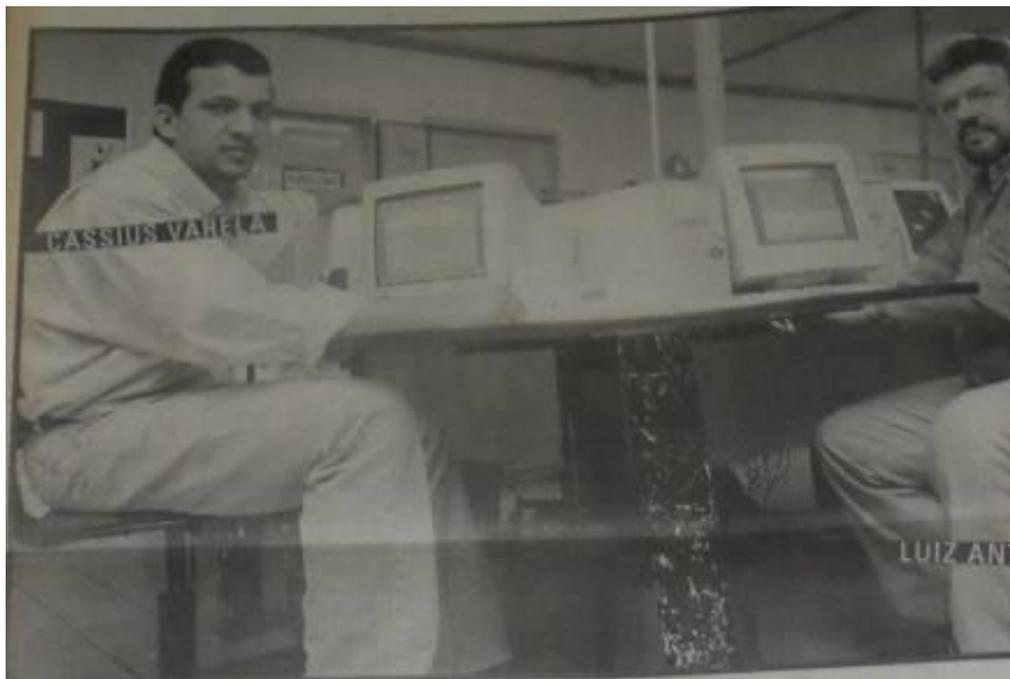
Imagem 17 – Terça-feira, 15 de julho de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A imagem feita por Marcelo Barroso (Imagem 17) é semelhante à reproduzida no domingo, 29 de Junho de 2003 (Imagem 16). É uma representação da mesma turbina, sob um ângulo diferente. O *studium* da imagem é a intenção de ilustrar um texto com temática eólica. Nesta edição, a foto é vertical, e apresenta a turbina mais próxima, de baixo para cima. O *punctum* é a longa torra da turbina.

Os textos que acompanham a fotografia são de complementação, pois acrescentam informações à foto. Título: “RN ganha sua primeira usina eólica este ano”. Subtítulo: “A Petrobras assinou ontem contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã”. Rodapé: “Usina. Parque eólico será na região de Macau e Campo da Serra”. Há também uma relação de suspensão coletiva, já que a imagem não é uma representação direta da usina eólica discutida na notícia e cria-se um suspense no imaginário sobre o porvir.

Imagem 18 – Domingo, 27 de julho de 2003

Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A fotografia (Imagem 18) mostra dois jornalistas da Tribuna do Norte que ganharam o Prêmio FIERN de jornalismo em 2003. Há dois jornalistas sentados em uma bancada em frente a computadores, na redação do impresso. No lado direito está Luís Antônio Pereira Felipe que ficou em terceiro lugar com a reportagem “RN terá o maior parque eólico do País”, publicada no jornal no dia 29 de junho de 2003. De acordo com levantamento feito nesta pesquisa, o jornalista premiado foi quem mais escreveu sobre a temática no ano de 2003 na Tribuna do Norte.

O *studium* da imagem é apresentar os ganhadores do Prêmio FIERN e o *punctum* são os jornalistas. A relação entre foto e o título é de complementação, pois ocorre a explicação da imagem: Jornalistas premiados. Também há complementação na interação com o subtítulo: Primeiro e terceiro lugar do Prêmio FIERN de jornalismo ficam com a redação da Tribuna. Fotografia e texto são sobre o prêmio e a energia eólica é apenas citada no texto, não sendo representada na imagem.

Imagem 19 – Quinta-feira, 28 de agosto de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A foto, preto e branco, (Imagem 19) produzida por Luis Morais representa a entrega do Prêmio FIERN. Mostra-se o presidente da instituição, Abelário Rocha, discursando durante a entrega da premiação. O *studium* é apresentar o evento do Prêmio Fiern. O *punctum* da imagem é o microfone em frente ao rosto de Abelário Rocha.

O terceiro lugar do concurso foi uma reportagem sobre energia eólica, sendo a temática citada no texto, mas sem ter representação na imagem. É complementar a relação entre fotografia e título: “Jornalistas recebem Prêmio Fiern”. É de redundância a relação com a legenda “Solenidade. Abelário Rocha, presidente da Fiern, discursa durante entrega dos prêmios de jornalismo”.

Imagem 20 – Domingo, 02 de novembro de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A fotografia (Imagem 20) feita por Marcelo Barroso é um retrato do diretor presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos (Arsep), Mário Rocha. O registro em preto e branco apresenta Rocha conversando em um plano fechado. O *studium* é apresentar a fonte da notícia. O *punctum* é o rosto de Mário Rocha.

A imagem é uma das que acompanha a notícia: “RN e Ceará lideram energia eólica”, que tem subtítulo: “Os dois estados vão se candidatar para a primeira chamada pública organizada pela Eletrobrás para o início do ano que vem, para contratação de 1.100 MW dessa energia a ser gerada. O Rio Grande do Norte tem 23 projetos”. Apesar de pouco comum no jornalismo, há uma relação de paradoxo entre textos e imagem. O título e o subtítulo destacam a energia eólica, enquanto a imagem é de uma fonte que critica a eficácia eólica e defende a térmica. Há ancoragem entre fotografia e rodapé, visto que se explicita o pensamento de Rocha: “Matriz. Mário Rocha diz que o RN poderá ser exportador de energia”.

Imagem 21 – Domingo, 02 de novembro de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A foto (Imagem 21) de Marcelo Barroso foi publicada anteriormente no domingo, 29 de Junho de 2003 (Imagem 16). O *studium* é apresentar uma turbina eólica de pequeno porte em uma área rural, com *punctum* sobre motor e hélices da turbina.

Nesta edição, verifica-se o título “RN e Ceará lideram energia eólica” e o subtítulo “Os dois estados vão se candidatar para a primeira chamada pública organizada pela Eletrobrás para o início do ano que vem, para contratação de 1.100 MW dessa energia a ser gerada”. O Rio Grande do Norte tem 23 projetos. Entre imagem, título e subtítulo há ancoragem, porque os textos direcionam a interpretação da foto. Com o rodapé, “Projeto. A energia eólica é uma fonte alternativa que será estimulada para aumentar a oferta”, há complementação visto que se explica a energia mostrada na imagem.

Imagem 22– Domingo, 16 de novembro de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A entrevista publicada com a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, foi ilustrada com uma fotografia (Imagem 22) em primeiro plano da ministra, sendo esse o *studium* identificado. A imagem feita por Emerson do Amaral mostra a ministra com um semblante tranquilo, *punctum* da fotografia.

O título da entrevista é uma frase tirada da fala de Dilma Rousseff: ‘Vamos levar energia aos pobres’. A relação entre imagem e título é de ancoragem, pois o título direciona a interpretação da imagem. A legenda da foto é uma afirmação da ministra e é apresentada dentro da caixa da imagem: Fonte alternativa de energia eólica geralmente não é para população de baixa renda. O rodapé complementa a imagem à medida que expõe o pensamento de Dilma Rousseff. A entrevista com a ministra é sobre energia elétrica de uma forma ampla, mas a fala eleita para destaque junto à foto foca no tema eólico. A imagem, entretanto, é uma ilustração básica da entrevistada, mostrando o rosto por trás das opiniões.

Imagem 23 – Sábado, 06 de dezembro de 2003



Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A notícia sobre reservatório de petróleo potiguar tem um parágrafo sobre energia eólica e fotografia (Imagem 23) feita por Emerson do Amaral. A imagem utilizada para acompanhar o texto é do então superintendente da Petrobras no Rio Grande do Norte, Fernando Lima, sentado atrás de uma mesa, com um microfone à frente. O *punctum* da fotografia é o rosto de Fernando Lima. O *studium* é a apresentação da fonte da notícia.

O título “Produção de poço faz Petrobras investir no Campo do Amaro” ancora e complementa a fotografia. Ancoragem e complementação também são as relações do subtítulo “Novas descobertas virão suprir os poços, que já tiveram períodos de picos reduziram a produção. A Petrobras quer aumentar a produção atual de 101 mil barris”. O rodapé “Meta. Fernando Lima diz que reservatório do Campo do Amaro faz parte do plano de expansão” é de complementação, pois explica o que o superintendente da Petrobras está argumentando. A imagem não representa a questão eólica.

Imagem 24 – Domingo, 18 de janeiro de 2004

Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A Imagem 24, registrada por Marcelo Barroso, é uma fotografia do geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela. Magela está sentado em frente a um computador, gesticulando. O *punctum* é o próprio geólogo. Fonte da Tribuna do Norte, Magela faz uma denúncia sobre uma alteração na legislação nacional que prejudicaria o Rio Grande do Norte. Apresentar o denunciante é o *studium* identificado.

A denúncia gera um especial com uma reportagem, quatro notícias, duas fotografias e duas artes na edição do domingo, dia 18 de janeiro de 2004, mais uma suíte na publicação seguinte: terça-feira, 20 de janeiro.

A foto acompanha uma notícia secundária, intitulada “Limitação de 20% vai retardar investimentos”. A relação entre imagem e título é de complementação, pois o texto amplia o conteúdo da foto. A complementação repete-se com o rodapé: “Opinião. Geraldo Magela sugere união dos políticos potiguares”.

Imagem 25 – Domingo, 18 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A Imagem 25, captada por Marcelo Barroso, é a mesma publicada no domingo, 29 de Junho de 2003, e no domingo, 02 de novembro de 2003 (Imagens 16 e 21). Como já mencionado, traz uma turbina eólica de pequeno porte em uma área rural, sendo a intenção de ilustrar o texto o *studium* da imagem. O *punctum* é a motor que segura as hélices da pequena turbina.

Nesta ocasião, a foto acompanha a notícia intitulada “Ministério justifica mudanças”, com subtítulo “Brasília divulga nota oficial afirmando que alterações no Proinfa foram feitas de olho na democratização”. “A limitação de contratação possibilita que os Estados tenham a mesma oportunidade”, diz o documento. Há ancoragem entre imagem e os textos, pois a imagem da turbina ganha um sentido político com os escritos.

A legenda é apresentada à direita da foto: “Vantagens. Exploração eólica impede o êxodo e desenvolve a economia das cidades pequenas”. A interação também é de ancoragem, mas o texto da legenda confere à imagem um contexto social e econômico, ampliando a interpretação fotográfica.

Imagem 26 – Terça-feira, 20 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A Imagem 26, feita por Marcelo Barroso, é um retrato em primeiro plano da deputada estadual Fátima Bezerra. A fotografia mostra a deputada gesticulando e com uma face séria. O *punctum* são as mãos estendidas da deputada, em um gesto que tem sentido de parar ou impedir uma situação. O *studium* é a identificação da fonte da notícia.

O título “Deputados cobrarão explicações” complementa a imagem. Há ancoragem com o subtítulo “Fátima Bezerra e Ney Lopes pretendem reverter as alterações feitas pelo Governo Federal na lei do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia”. Enquanto o texto utiliza a expressão reverter, a imagem traz a deputada tentando parar algo. Há complementação com o rodapé “Atitude. Fátima está disposta a ir até a ministra Dilma Roussef”. Apesar do cunho político, a energia eólica é o ponto principal da notícia.

Imagem 27 – Quarta-feira, 21 de janeiro de 2004

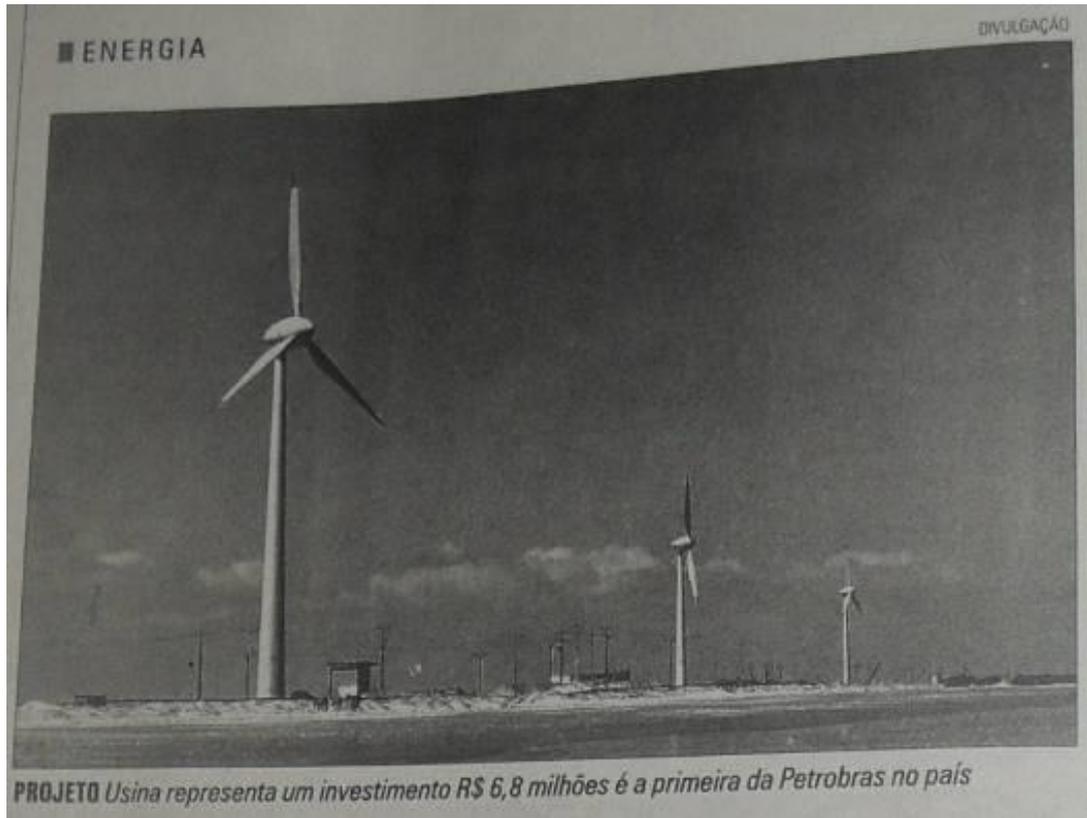


Fonte: Tribuna do Norte (2004).

Esta fotografia (Imagem 27) é a imagem mais representativa sobre a temática eólica que foi reproduzida no jornal Tribuna do Norte. Colorida e publicada na capa do periódico, mostra uma turbina eólica sendo montada no Rio Grande do Norte. O *punctum* é o rotor da turbina, peça que acopla as três hélices, que está sendo guinchada para ser acoplada com a torre. O *studium* é apresentar a primeira turbina eólica potiguar.

É apresentada de forma centralizada na metade inferior da capa com o rodapé “Energia. Usina do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada”. De acordo com a classificação barthesiana, texto e imagem possuem relações de ancoragem, com direcionamento do sentido da foto pelo escrito, de complementação, pois o rodapé dá informações adicionais sobre a reprodução, e de suspensão, uma vez que a legenda cria uma expectativa em relação à foto. Por ser acompanhada unicamente por rodapé, a imagem é considerada uma fotolegenda, na classificação jornalística.

Imagem 28 – Quarta-feira, 21 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A fotografia (Imagem 28) em preto e branco mostra a primeira usina eólica do Rio Grande do Norte. São os três primeiros aerogeradores que entraram em funcionamento em terras potiguares. O *punctum* é a turbina à esquerda, colocada em primeiro plano. O *studium* é apresentar o primeiro parque eólico do estado.

Há complementação entre a imagem e o título: “Dutra inaugura usina eólica no RN”. Também há complementação com o rodapé: “Projeto. Usina representa um investimento R\$ 6,8 milhões é a primeira da Petrobras no país”. Nos dois casos, o registro fotográfico é ampliado pelas informações apresentadas pelos textos.

Imagem 29 – Sábado, 24 de janeiro de 2004

Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A segunda (Imagem 29) das duas únicas fotografias coloridas sobre o tema eólico apresenta uma denúncia ambiental. A foto de João Maria Alves foi reproduzida na capa do Natal. Mostra uma torre de metal sobre um terreno arenoso com uma cerca de arame e com uma placa, na qual se verifica o texto “Perigo. Eletricidade” e o desenho de uma caveira utilizada para simbolizar perigo. O *punctum* é a caveira na placa de perigo. O *studium* é apresentar a denúncia para o público.

O título “Equipamento eólico ameaça dunas” cria uma relação de suspensão com a imagem, pois causa curiosidade no receptor sobre a denúncia. O subtítulo complementa a foto: “O Presidente da Siif Energies do Brasil, Henri Baguenier, informou que o período de

testes na área deve durar cerca de um ano, mas ele pretende mesmo solicitar a licença permanente para montar o parque eólico no local das dunas”. Há redundância entre imagem e rodapé: “Ventos. Equipamento instalado sobre as dunas de Jenipabu”. Entre todas as notícias e reportagens analisadas, essa é a mais conectada à questão ambiental.

Imagem 30 – Terça-feira, 27 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A Imagem 30 representa a inauguração do primeiro parque eólico potiguar, construído pela Petrobras. O fotógrafo João Maria Alves capturou o discurso do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, à frente a um grupo de 12 pessoas. O *punctum* da foto é o próprio Dutra, posicionado em frente ao grupo e no centro da imagem. O *studium* é marcar a passagem do presidente da Petrobras na inauguração do parque eólico.

O título “Petrobras inaugura parque eólico” ancora a imagem ao direcionar o sentido da foto. A complementação aparece no subtítulo que dá mais subsídios à fotografia: “A empresa inaugurou sua primeira usina eólica do País no Rio Grande do Norte. O investimento foi de R\$ 6,8 milhões. A energia produzida, 1,8 megawatt, abastecerá de forma segura quatro campos de exploração de petróleo”. A complementação também está presente no rodapé “Solenidade. Dutra acionou aerogeradores colocando em operação a primeira usina eólica da empresa”, que destaca um momento posterior ao discurso.

As fotografias apresentadas mostram o caráter incipiente da cobertura acerca da temática eólica. Até a edição de 21 de janeiro de 2004, cinco dias antes da inauguração do primeiro parque eólico potiguar, a Tribuna do Norte não havia publicado imagens das turbinas que seriam utilizadas para a produção energética. Neste dia, o jornal divulgou duas fotos das turbinas, que foram cedidas pela assessoria de comunicação da Petrobras.

No dia 27 de janeiro de 2004, quando a TN faz o registro da inauguração do parque eólico em Macau, a imagem divulgada é a do então presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra (Imagem 30). O fato mostra a importância dada ao caráter político do evento. As turbinas, estrelas da festa, ficam de fora da cobertura fotográfica.

A dificuldade em ilustrar os textos do jornal também é percebida pela repetição de imagens, entre junho de 2003 e janeiro de 2004. Uma turbina de pequeno porte, captada pelas lentes do fotógrafo Marcelo Barroso, é utilizada em quatro pautas diferentes (Imagens 16, 17, 21 e 25). Em três ocasiões, houve exatamente a mesma angulação e o mesmo corte (Imagens 16, 21 e 25).

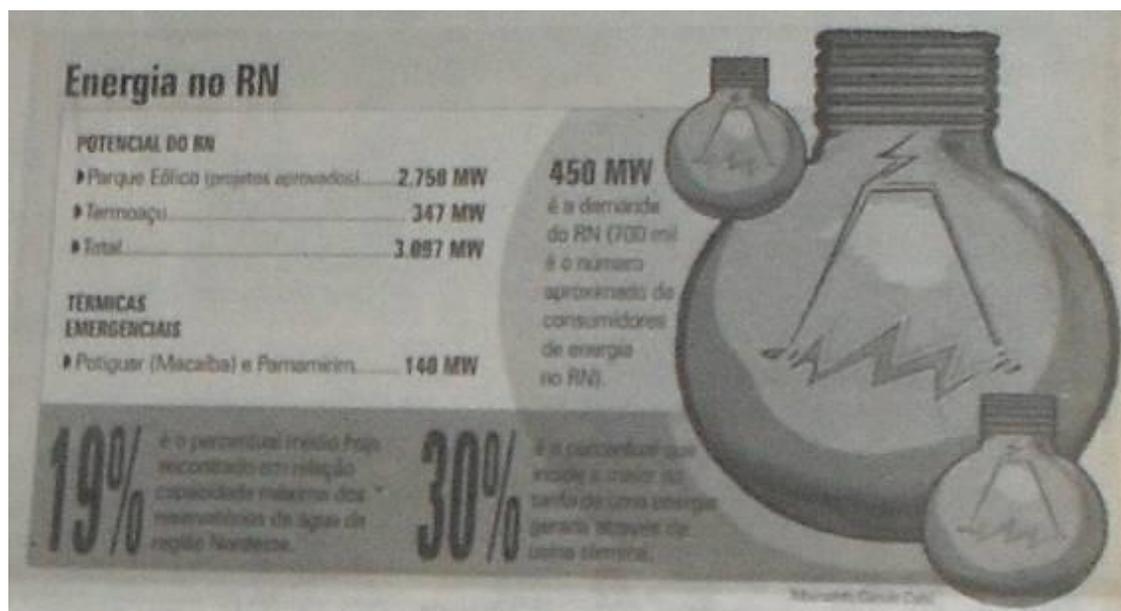
A escassez de imagens é um reflexo da importância dada pela Tribuna do Norte à temática eólica no período pesquisado. A cobertura imagética contou também com infográficos que são apresentados no item seguinte.

3.4 Infográficos

As publicações sobre o tema energia eólica, no jornal Tribuna do Norte, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004, apresentam quatro infográficos, sendo um mapa, uma tabela e duas conjunções de desenhos com tabela.

Observa-se que as notícias e reportagens que possuem arte também foram ilustradas com fotografias. Os infográficos foram utilizados para transmitir dados que ficariam árduos se colocados dentro do texto corrido ou para dar visibilidade a localizações geográficas, por meio de mapas. Três acompanham textos sobre a temática eólica e trazem subsídios sobre a questão, o outro não está ligado ao tema.

Imagem 31 – Domingo, 02 de novembro de 2003



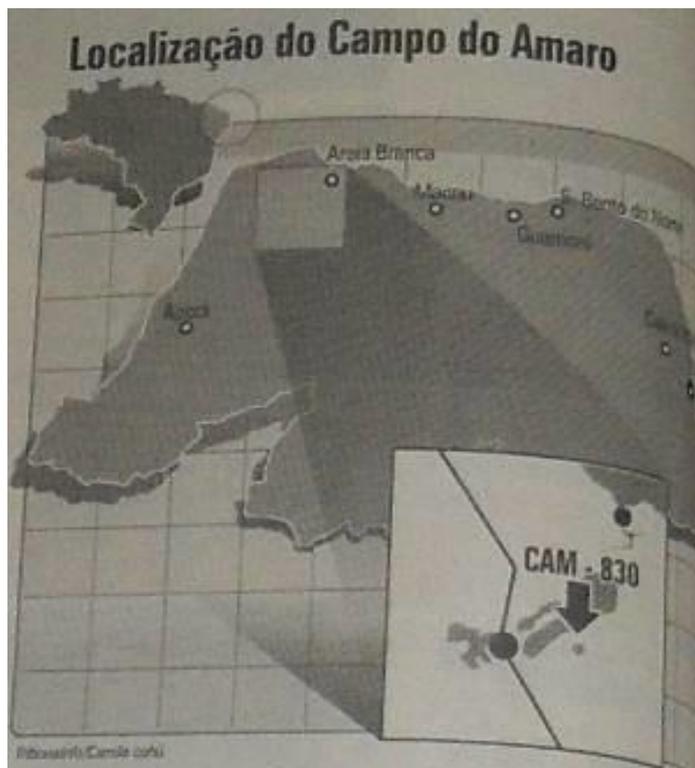
Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A primeira arte (Imagem 31) foi publicada no caderno Economia no domingo, 02 de novembro de 2003. A notícia “RN e Ceará lideram energia eólica” trouxe duas imagens do fotógrafo Marcelo Barroso e a arte intitulada “Energia no RN”. O material é essencialmente informativo, com dados sobre energia elétrica no Rio Grande do Norte. Os números são ilustrados com três lâmpadas desenhadas do lado direito da arte.

Informações do gráfico: “POTENCIAL DO RN: Parque Eólico (projetos aprovados) 2750 MW; Termoação 347 MW; Total 3097 MW. TÉRMICAS EMERGENCIAIS: Potiguar (Macaíba) e Parnamirim 140 MW. 450 MW é a demanda do RN (700 mil é o número aproximado de consumidores de energia no RN). 19% é o percentual médio hoje encontrado em relação à capacidade máxima dos reservatórios de água da região Nordeste. 30% é o percentual que incide a maior na tarifa de uma energia gerada através de usina térmica”.

Os dados trazem bastantes números e comparações e são apresentados fora do texto de forma a facilitar a leitura e a compreensão do público. Compara-se a geração eólica com a térmica e a demanda estadual. Adicionalmente, apresentam-se a capacidade dos reservatórios de água da região e a tarifa gerada pelas térmicas.

Imagem 32 – Sábado, 06 de dezembro de 2003



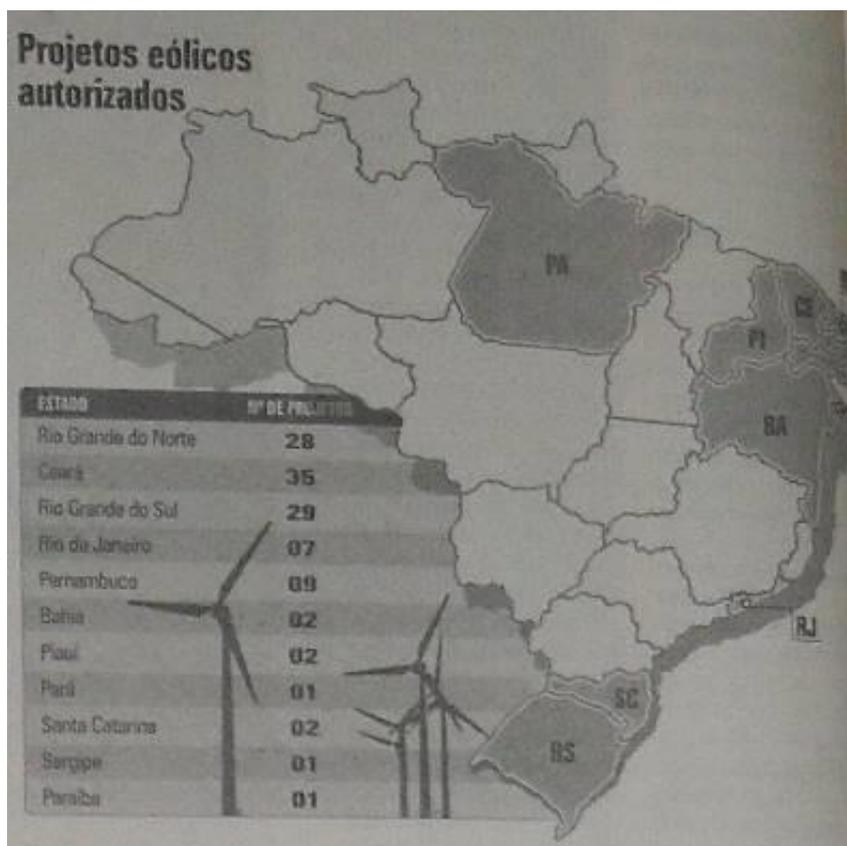
Fonte: Tribuna do Norte (2003).

A notícia do caderno de Economia publicada no sábado, 06 de dezembro de 2003, traz arte assinada (Imagem 32) por TribunaInfo/Camila Cahú. O texto intitulado “Produção de poço faz Petrobras investir no Campo do Amaro” tem uma foto de Emerson do Amaral e uma arte com sobreposição de mapas mostrando a “Localização do Campo do Amaro”. A energia eólica é apenas citada. O foco é a extração de petróleo no RN.

O mapa do Brasil em tamanho menor está posicionado na parte superior do lado esquerdo com um círculo envolta da região nordeste. Na parte central, está o mapa do Rio Grande do Norte, com sete cidades marcadas para facilitar a localização do leitor. Em torno da cidade de Areia Branca há um quadrado em branco. Na parte inferior do gráfico o quadrado está preenchido com a localização exata do poço da Petrobras.

A arte da Tribuna do Norte mostra por meio dos mapas o posicionamento geográfico exato do Campo do Amaro. A imagem apresenta o que as palavras não conseguiriam definir com exatidão, auxiliando o leitor na identificação do investimento da Petrobras no RN.

Imagem 33 – Domingo, 18 de janeiro de 2004



Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A arte “Projetos eólicos autorizados” (Imagem 33) foi publicada no caderno Natal, no domingo, 18 de Janeiro de 2004, acompanhando a reportagem “Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos”. O texto foi a reportagem principal que gerou duas notícias vinculadas, uma fotografia de Marcelo Barroso e a arte em análise.

O gráfico é composto de um mapa do Brasil, no qual estão destacados os estados que irão ser afetados pelas alterações no Proinfa. Na parte inferior do lado esquerdo há uma tabela com o nome dos estados e o número de projetos: “Rio Grande do Norte (28), Ceará (35), Rio Grande do Sul (29), Rio de Janeiro (07), Pernambuco (09), Bahia (02), Piauí (02), Pará (01), Santa Catarina (02), Sergipe (01), Paraíba (01)”. Dentro do quadro, estão desenhados cinco aerogeradores. O *punctum* da arte é a tabela informativa.

Imagem 34 – Domingo, 18 de janeiro de 2004

Empreendimentos autorizados pela Aneel e acompanhados pela fiscalização

EMPREENHIMENTO	EMPREENDEDOR	POTENCIA (MW)	MUNICIPIO
Parque Eólico RN 11 - Guararé	Enerbrasil	249,00	Guamaré
Central Eólica Santa Izabel	SIF Energies Brasil Ltda	188,00	Galinhas
Parque Eólico Salinas	Enerbrasil	180,20	Galinhas
Central Eólica Fazenda Nova	SIF Energies Brasil Ltda	180,00	Porto do Mangue
Central Eólica Verdes mares	SIF Energies Brasil Ltda	158,40	Tibau
Parque Eólico RN 4 - Pititinga	Enerbrasil	148,60	Maxaranquape
Central Eólica Paraíso Farol	Enerbrasil	102,00	Touros
Central Eólica Alegria I	New Energy Options Ltda	100,80	Guamaré
Parque Eólico RN 17 - Serra de Santana	Enerbrasil	99,45	Lagoa Nova
Parque Eólico RN 1 - Mel	Enerbrasil	89,25	Areia Branca
Central Eólica Gravataí	Guascor	75,00	Touros
Parque Eólico RN 19 - Juremal	Enerbrasil	59,50	Barauna
Parque Eólico RN 14 - São Bento do Norte	Enerbrasil	59,50	São Bento do Norte
Parque Eólico RN 10 - Três Irmãos	Enerbrasil	59,50	São Bento do Norte
Central Eólica Alegria II	New Energy Options Ltda	51,00	Guamaré
Parque Eólica de Ponta do Mel	Compinvest Mercosul	50,40	Areia Branca
Parque Eólico RN 6 - Macacos	Enerbrasil	49,30	João Câmara
Parque Eólico RN 3 - Gamaleira	Enerbrasil	49,30	Touros
Parque Eólico RN 20 - Serra do Mossoró	Enerbrasil	49,30	Mossoró
Parque Eólico RN 15 - Rio do Fogo	Enerbrasil	49,30	Maxaranquape
Central Eólica Água das Dunas	SIF Energies Brasil Ltda	43,20	Extremoz
Parque Eólico Vale da Esperança	Elotwind S/A	29,70	Touros

Ilustração: Camila Cahú Fonte: Aneel

Fonte: Tribuna do Norte (2004).

A notícia “Ministério justifica mudanças”, divulgada no domingo, 18 de janeiro de 2004, gerou dois textos vinculados, uma fotografia de Marcelo Barroso e a tabela “Empreendimentos autorizados pela Aneel e acompanhados pela fiscalização”. O quadro (Imagem 34) produzido por Camila Cahú, da equipe da Tribuna do Norte, apresenta como fonte a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É dividido em quatro colunas e mostra: a lista de 22 empreendimentos do Rio Grande do Norte; os empreendedores responsáveis; a potência de cada empreendimento; e o município do projeto. É um quadro informativo, com dados importantes sobre as atividades eólicas no RN, que ganham boa visualização e percepção exposto em uma tabela, mas que ficariam áridos se postos em texto corrido.

Os quatro infográficos utilizados pela Tribuna do Norte foram empregados de forma a complementar a cobertura. Três artes (1, 3 e 4) completam os textos e passam informações mais técnicas, como listas de dados, que ficariam inadequados em um texto jornalístico. Duas inserções (Artes 2 e 3) apresentam mapas, uma forma de melhor localizar o leitor e auxiliar a compreensão.

Todos os textos que utilizaram infográficos também possuíam fotografias. O fato mostra que as artes foram usadas como recurso complementar ao texto e às imagens, constituindo um elemento de importância única. Os textos com artes se caracterizam por serem mais longos e informativos, sendo publicados em finais de semana, período em que o jornal comumente destina mais espaço para reportagens especiais.

3.5 Considerações Sobre a Prática Textual

A análise da Prática Textual é uma das fases da Análise Crítica do Discurso, sob a proposta metodológica de Norman Fairclough (1989, 1995, 2001). Neste capítulo, foram analisados 48 textos que apresentaram a temática eólica no jornal impresso Tribuna do Norte, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Foram seis inserções na capa do periódico, 20 notas, 19 notícias, duas reportagens e uma entrevista. Além disso, para completar a apreciação, houve a avaliação de quatro infográficos e de 16 fotografias que acompanharam os escritos.

O estudo demonstrou que a Tribuna do Norte realizou uma cobertura jornalística superficial sobre a energia eólica no início de sua implantação no Rio Grande do Norte. Dos treze meses pesquisados, quatro não apresentaram uma única linha sobre a temática. Constatou-se ainda que, dentre os nove meses que houve publicação sobre o tema no jornal, dois apresentaram apenas notas. Apenas uma entrevista citou a questão eólica. Em seis ocasiões, distribuídas em três meses, o tema chegou à primeira página do periódico. Novembro de 2003 destacou-se como mês em que o jornal apresentou a energia eólica sob mais formatos jornalísticos: nota, chamada na capa, entrevista e notícia, incluindo foto e infográfico.

Os dados mostraram a baixa presença da temática eólica nas páginas da Tribuna do Norte. A cobertura foi bastante restrita, tendo como tema mais abordado o primeiro parque eólico do Rio Grande do Norte. A maior parte dos textos teve um caráter factual, sendo desenvolvida a partir de eventos e agendas de projetos, como assinaturas de convênios e lançamentos de programas.

A energia eólica não foi uma prioridade para a TN no período de sua implantação no Rio Grande do Norte. A cobertura escassa e pouco criativa demonstrou que os ventos, que desde 2004 colaboram para o desenvolvimento sustentável do estado, tiveram que soprar com bastante força até conquistar espaço nas páginas da Tribuna do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a cobertura jornalística do principal periódico impresso potiguar, a Tribuna do Norte, sobre a chegada da energia eólica no estado do Rio Grande do Norte, com a implantação do primeiro parque eólico no estado, em 26 de janeiro de 2004. Fato que mudou a matriz energética potiguar.

No decorrer da pesquisa, foram analisados 48 textos, 16 fotografias e quatro infográficos com o tema eólico, utilizando como aporte metodológico, a Análise Crítica do Discurso, dentro da perspectiva do inglês Norman Fairclough, e a análise de imagem fotográfica de autoria do sociólogo francês Roland Barthes.

Os métodos escolhidos permitiram a associação entre o estudo do texto, as práticas discursivas e as conjunturas social, cultural e política nas quais o material foi produzido e posteriormente consumido pelo público-leitor. A apreciação conjuntural possibilitou a apreensão de informações necessárias para um exame mais completo e sem ingenuidades, de acordo com a proposta de Fairclough.

No aspecto social, o Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros de 2003¹¹¹ aponta que a pobreza incidia em 52,27% da população do Rio Grande do Norte. A disparidade continua nos dias atuais. Ainda hoje, 6.952 residências potiguares permanecem sem acesso à energia elétrica¹¹².

A energia elétrica é considerada um item fundamental para os desenvolvimentos econômico e social e as implicações ambientais deste setor são temas de interesse internacional. No Brasil, a situação energética é favorável ao meio ambiente. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica¹¹³ apontam que cerca de 80% da produção elétrica brasileira advêm de matrizes alternativas, com menor impacto ambiental, como a água, os ventos e a matéria orgânica.

O ano de 1992 marca a instalação da primeira turbina eólica do país, no Arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco. No Brasil, o interesse pela força dos ventos aumentou consideravelmente nos anos 2000. Interessado em aumentar a produção energética nacional e em diminuir as emissões de gases causadores do efeito estufa, o governo federal brasileiro lança o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em 2002, considerado o marco dos investimentos em fontes energéticas sustentáveis.

¹¹¹ RIO Grande do Norte. Op. Cit

¹¹² DADOS Gerais do RN. Op. Cit.

¹¹³ MATRIZ de Energia Elétrica. Op. Cit.

Os empreendimentos se espalharam pelo país, levando em consideração o potencial energético de cada região. Em 2003, a potencialidade de geração eólica do Rio Grande do Norte era considerada bastante promissora. As previsões estavam corretas. Atualmente, o estado abriga 115 dos 398 parques eólicos em operação comercial no Brasil e é responsável por 31,96% da produção brasileira de energia eólica¹¹⁴, sendo autossuficiente na produção de energia limpa, desde 2015¹¹⁵.

A perspectiva de uma produção energética sustentável não interessou, a princípio, o principal meio de comunicação impresso do estado: a Tribuna do Norte. O fato é mostrado pelo baixo número de inserções no período que antecede a implantação do primeiro parque eólico no estado. Ao longo do período pesquisado, foram 48: seis inserções na capa, 20 notas, 19 notícias, duas reportagens e uma entrevista. Observa-se que 16 escritos, aproximadamente 33% da cobertura, apresentam o tema de forma secundária, às vezes com uma simples menção.

A cobertura jornalística da TN sobre a energia eólica no início de sua implantação no Rio Grande do Norte foi superficial e limitada, tendo como aspecto mais abordado o primeiro parque eólico do estado. A maioria dos textos foi pautada de forma factual, objetivando unicamente cobrir eventos, como assinaturas e lançamentos de projetos e de empreendimentos.

Acerca das inserções, observa-se que dos treze meses investigados, quatro não divulgaram uma linha sequer sobre o tema. Dos nove meses com publicações, dois apresentaram apenas notas. Uma única entrevista citou a questão eólica, de forma negativa, como tema secundário, tendo como mote principal um programa governamental acerca da questão energética no país.

A temática eólica ocupou a primeira página da Tribuna do Norte em seis momentos, distribuídos em três meses. Das capas analisadas, quatro são sobre o mesmo assunto: o parque eólico da Petrobras. Os textos tratam das etapas do empreendimento: assinatura do contrato, instalação das turbinas e inauguração. As outras capas repercutem momentos negativos da energia eólica: impactos ambientais de uma instalação nas dunas de Jenipabu e os efeitos no estado sobre a alteração no Proinfa.

O mês de novembro de 2003 foi o que o jornal divulgou a energia eólica em mais formatos jornalísticos nesta pesquisa: nota, chamada na capa, entrevista e notícia, com foto e com infográfico.

¹¹⁴ ANDRADE, Silvio. Op. Cit.

¹¹⁵ PAULINO, Rita de Cássia. Op. Cit.

Os dados mostram que a energia eólica não foi uma temática prioritária na cobertura jornalística da TN no período de sua implantação no Rio Grande do Norte. A escassa participação nas páginas do jornal e a forma pouco criativa de apresentar a temática mostraram que apesar de colaborar há mais de uma década para o desenvolvimento sustentável do estado, a força dos ventos demorou a conquistar espaço nas páginas da Tribuna do Norte.

Entende-se que, apesar de a comunicação ser um produto de empresas capitalistas com interesses mercadológicos próprios, possui um papel social importante, sendo capaz de articular a representatividade social e de possibilitar a construção da realidade cotidiana. Nessa perspectiva, salienta-se que a Tribuna do Norte é uma empresa potiguar com claros interesses político-econômicos, mas que, ao mesmo tempo, possui um papel social definido no Rio Grande do Norte.

As vantagens econômicas dominaram a pauta da Tribuna do Norte, enquanto aspectos ambientais e sociais da energia eólica foram ignorados pelos editores e pelos repórteres do jornal. Acredita-se que um melhor preparo da imprensa potiguar para cobrir temáticas ambientais teria possibilitado uma cobertura jornalística mais diversificada e mais aprimorada.

A análise leva à suposição que uma presença mais efetiva da temática eólica nas páginas do jornal impresso Tribuna do Norte teria colaborado para a construção social do Rio Grande do Norte, na medida em que os potiguares poderiam ter sido envolvidos na discussão sobre matrizes energéticas sustentáveis e sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável norte-rio-grandense. A implementação da energia eólica no estado, entretanto, aconteceu por intermédio de leis e de interesses econômicos de empresas e do governo, independentemente da participação popular e, por vezes, até mesmo sem informação sobre as mudanças.

REFERÊNCIAS

ALSINA, M. R.A **Construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ALVES, A. Certezas. **Tribuna do Norte**, Natal, 23 mar.2003. Capa, p.1.

ALVES, João Maria.Solenidade. Dutra acionou aerogeradores colocando em operação a primeira usina eólica da empresa. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Geral, p.7, fotografia, p&b.

_____. Ventos. Equipamento instalado sobre as dunas de Jenipabu. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Natal, p.9, fotografia, color.

AMARAL, Emerson. Fonte alternativa de energia eólica geralmente não é para população de baixa renda. **Tribuna do Norte**, Natal, 16 nov. 2003. Brasil, p.2, fotografia, p&b.

_____. Meta. Fernando Lima diz que reservatório do Campo do Amaro faz parte do plano de expansão é de complementação, pois explica o que o superintendente da Petrobras está argumentando. **Tribuna do Norte**, Natal, 06 dez. 2003. Economia, p.6, fotografia, p&b.

ANDRADE, Silvio. Rio Grande do Norte tem maioria dos parques eólicos do Brasil. **Novo Jornal**, Natal, 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://novojournal.jor.br/economia/rio-grande-do-norte-tem-maioria-dos-parque-eolicos-do-brasil>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

APRESENTAÇÃO da empresa. **Wobben Windpower**. Disponível em: <<http://www.wobben.com.br/empresa/wobben/apresentacao-da-empresa/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

ASSENTAMENTO terá energia eólica. **Tribuna do Norte**, Natal, 08 mar. 2003. Economia, p. 6.

ASSINADO contrato para a primeira usina aérea do RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul.2003. Capa, p.1.

BARRETO, Bruno. Especial Aluizio Alves. **O Mossoroense**, Mossoró, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/220307/conteudo/aluizio_alves_01.htm>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BARROSO, Marcelo. Atitude. Fátima está disposta a ir até a ministra Dilma Rouseff. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 jan. 2004. Natal, p.6, fotografia, p&b.

_____. Matriz. Mário Rocha diz que o RN poderá ser exportador de energia. **Tribuna do Norte**, Natal, 02 nov. 2003. Economia, p.3, fotografia, p&b.

_____. Opinião. Geraldo Magela sugere união dos políticos potiguares. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p.6, fotografia, p&b.

_____. Possibilidade. Produção será ampliada com uso de equipamentos para aproveitar intensidade de ventos na produção de energia. **Tribuna do Norte**, Natal, 29 jun. 2003. Economia, p.3, fotografia, p&b.

_____. Projeto. A energia eólica é uma fonte alternativa que será estimulada para aumentar a oferta. **Tribuna do Norte**, Natal, 02 nov. 2003. Economia, p.3, fotografia, p&b.

_____. Usina. Parque eólico será na região de Macau e Campo da Serra. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul. 2003. Economia, p.6, fotografia, p&b.

_____. Vantagens. Exploração eólica impede o êxodo e desenvolve a economia das cidades pequenas. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p.7, fotografia, p&b.

BARTHES, Roland. **A câmera clara**: Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

_____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**: a sociedade bem informada é uma sociedade melhor. Rio de Janeiro: Negócio, 2002.

BAUMERT, K.A. The Challenge of Climate Protection: Balancing Energy and Environment. in Kalicki, J.H. & Goldwyn, D.L. (eds.). **Energy and Security**: Toward a New Foreign Policy Strategy. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2005.

BEHR, Roy L.; IYENGAR, Shanto. Television news, real-world cues, and changes in the public agenda. In: **The Public Opinion Quarterly**, vol. 49, n. 1, pp.38-57, 1985.

BENNETT, W. L. Toward a Theory of Press–State Relations in the U.S. In: **Journal of Communication**. V. 40, Spring, 1990.

BENNETT, W. L. e LIVINGSTON, S. Editors Introduction: A Semi-Independent Press: Government Control and Journalistic Autonomy in the Political Construction of News. In: **Political Communication**. V. 20, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

_____. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, UFPR, n.15, pp. 33-44, jan/jun 2007. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/Jornalismo-Ambiental_A1%C3%A9m-do-conceito.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

BULHÕES, Airton. Dutra inaugura usina eólica. Jornal de WM. **Tribuna do Norte**, Natal, 25 jan. 2004. Opinião, p.2.

_____. Usina eólica e energia solar. Jornal de WM. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Opinião, p.2.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia** – de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CENSO Demográfico 2000, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CEPEL. **Energia Eólica, Princípios e Tecnologias**. Equipe CEPEL/ CBESER, maio 2008. Disponível em: <<http://www.portal-energia.com/downloads/energia-eolica-principios-tecnologias.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CONVÊNIO garante conclusão do teatro Dix-Huit Rosado. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Geral, p. 7.

CHAPÉU. In.: **Folha de S. Paulo**. Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm>. Acesso em: 06 fev. 2017.

COOK, T. E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 6, p. 203-247, 2011.

DADOS Gerais do RN. **Portal do Governo do RN**. Natal, 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=12083&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Conhe%7a+o+RN>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

DALGAARD, Klaus G; GLOCK, Asa E. C. T. The dialectics of energy security interdependence. In: **International Studies Association Convention**, 2009, New York. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/3/5/2/pages313529/p313529-1.php>. Acesso em: 15 jun. 2015.

DANTAS, Everton. Limitação de 20% vai retardar investimentos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

_____. Maior projeto potiguar supera limite estabelecido. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

_____. Ministério justifica mudanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

_____. Mudança na lei do Proinfra faz RN perder dinheiro e empregos. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 6.

_____. RN tem melhores condições para alojar parques. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Natal, p. 7.

DE CONSUMIDOR a produtor de energia para o País. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jul. 2003. Economia, p. 6.

DEPUTADOS cobrarão explicações. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 jan. 2004. Política, p. 6.

DIÁRIO DE NATAL. Diários Associados. Natal, 2008. Disponível em: <http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=37>. Acesso: em 28 jan. 2017.

DIVULGAÇÃO. Energia. Usina do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 jan. 2004. Capa, p.1, fotografia, color.

_____. Projeto. Usina representa um investimento R\$ 6,8 milhões é a primeira da Petrobras no país. **Tribuna do Norte**, Natal, 10 jan. 2004. Economia, p.6, fotografia, p&b.

DUTRA inaugura usina eólica no RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 jan. 2004. Economia, p. 6.

ENERGIA (2). Notas e Comentários. **Tribuna do Norte**, Natal, 07 mar. 2003. Política, p. 3.

ENERGIA alternativa. Notas e Comentários. **Tribuna do Norte**, Natal, 07 mar. 2003. Política, p. 3.

ENERGIA Eólica. **Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia**. CERNE, Natal, 02 fev. 2017. Disponível em: <<http://cerne.org.br/energia-eolica/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

ENERGIAS Renováveis. Fique Atento. **Tribuna do Norte**, Natal, 19 fev. 2003. Natal, p. 12.

_____. Fique Atento. **Tribuna do Norte**, Natal, 26 fev. 2003. Natal, p. 11.

EQUIPAMENTO eólico ameaça dunas. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Natal, p.9.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo Especializado**: emissão de textos no jornalismo impresso. São Paulo, Atlas. 1981.

_____. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2001.

ERBRING, Lutz; GOLDENBERG, Edie N.; MILLER, Arthur H. Front-page news and real world cues: A new look at agenda setting by the media. In: **American Journal of Political Science**. v. 24, n. 1, pp. 16-49, 1980.

FAZENDO a diferença. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, UNB, 2001

_____. **Language and power**. London, Longman, 1989.

_____. **Media Discourse**. London: Longman, 1995.

FELIPE, Luís Antônio Pereira Felipe. Energia. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 fev. 2003. Economia, p. 6.

_____. Energia. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 dez. 2003. Economia, p. 2.

_____. Energia preocupa. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 1º jul. 2003. Economia, p. 6.

_____. Fontes de energia em debate. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 ago. 2003. Economia, p. 6.

_____. Geração e Distribuição. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 12 mar. 2003. Economia, p. 6.

_____. Investimentos da Petrobras. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Economia, p. 6.

_____. Mais energia no RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul. 2003. Economia, p. 6.

_____. (a). Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 03 jan. 2004. Economia, p. 6.

_____. (b). Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 03 jan. 2004. Economia, p. 6.

_____. (c). Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Economia, p. 6.

_____. (a). Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003. Economia, p. 6.

_____. (b). Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 25 nov. 2003. Economia, p. 6.

_____. RN terá maior parque eólico do País. **Tribuna do Norte**, Natal, 29 jun. 2003. Economia, p. 3.

_____. Sobrará energia no Brasil. Negócios e Finanças. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003. Economia, p. 6.

FOWLER, R. **Language in the news: discourse and ideology in the press**. London: Routledge, 1991.

FUKS, Mario. **Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 49, pp. 79-94, 2000. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/04/HC791_-_Luciana_Veiga_e_Nelson_Souza.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

GARIBALDI defende incentivos para produção de energia eólica no RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 1º jul. 2003. Política, p. 3.

GIRARDI, I.; LOOSE, E.; CAMANA A. **Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil**: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 362-384, set./dez. 2015.

GOTTLIEB, Ane; PAVARINO, Rosana. O jornalismo econômico: uma necessidade social. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Maio de 2010

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789 - 1848. São Paulo, Editora Paz e Terra, 25ª edição, 2009.

HOHLFELDT, A. C.. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V.. (Org.). Teorias da comunicação - Conceitos, escolas e tendências. 1a.ed.Petrópolis: Vozes, 2001, v. 1, p. 187-240.

HOLANDA, Juliana. **The challenges of scientific and environmental journalism**: The second generation biofuels. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing, 2010.

INTERTV CABUGI. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rn/intertvrn/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade**: alguns elementos para a reflexão. IN: CAVALCANTE, Carlos (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 2006.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo. Brazilian Journalism Research (versão em português), Brasília, v. 1, n. 1, p. 190-209, 2º semestre 2008.

JOHN, Liana. Imprensa, Meio Ambiente e Cidadania. In: **Ciência & Ambiente**. n.23. Santa Maria, UFSM. 2001.

JORNALISTAS premiados. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jul. 2003. Economia, p. 6.

JORNALISTAS premiados. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jul. 2003. Economia, p.6, fotografia, p&b.

JORNALISTAS recebem Prêmio Fiern. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 ago. 2003. Geral, p. 7.

KRESS, G. **Critical Discourse Analysis**. In: W. G. (org.). Annual Review of Applied Linguistics 11.p. 84-99, 1990.

KUCINSKI, B. 2000. **Jornalismo econômico**. São Paulo, Editora da USP.

LINHA do tempo da energia. **Eletrobras**. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/services/eletrobras/trilhaenergia/pdfs/linha-do-tempo-da-energia.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LOGÍSTICA de Energia: 2015. **IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97260.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Conselho Editorial, 1989.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MATAIS, A. e ALVES, R. R. Vamos levar energia aos pobres. **Tribuna do Norte**, Natal, 16 nov. 2003. Brasil, p. 2.

MATRIZ de Energia Elétrica. **Aneel**. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. In: **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, pp. 176-187, 1972. Disponível em: <https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

MCCOMBS, Maxwell E. **Agenda-Setting Research**; A Bibliographic Essay. Washington DC: Eric Clearinghouse, 1976. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED132575.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Explores and surveyors: Expanding strategies for agenda-setting research. In: **Journalism Quarterly**, vol. 69, n. 4, 1992.

_____. **The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion**, 2002. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MCMANUS, John. **Market-driven journalism**: let the citizen beware?. Londres: Sage Publications, 1994.

MÍDIA Kit – Tribuna do Norte 2016. Tribuna do Norte. Natal, 2016. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/tmp/downloads/midia_kit_2016_jornal_impreso_e_online.pdf>. Acesso em: 20 dez 2016.

MORAIS, Luis. Atividade. Turbinas da Termoçu estão sendo montadas num ritmo de trabalho considerado acelerado. **Tribuna do Norte**, Natal, 08 mar. 2003. Economia, p.6, fotografia, p&b.

_____. Solenidade. Abelório Rocha, presidente da Fiern, discursa durante entrega dos prêmios de jornalismo. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 ago. 2003. Geral, p.7, fotografia, p&b.

MUDANÇA em lei reduz potencial eólico do RN. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 jan. 2004. Capa, p.1.

NOVO JORNAL. Disponível em: <<http://novojournal.jor.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

OEA. **Pacto de San José de Costa Rica**. San José: Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

O JORNAL de Hoje anuncia fim da edição impressa. **Tribuna do Norte**. Natal, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-jornal-de-hoje-anuncia-fim-da-edicao-a-o-impressa/311194>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

O PROINFA. **MME**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PAULINO, Rita de Cássia. **Rio Grande do Norte possui a maior matriz eólica do país**. Natal: Junta Comercial do RN, 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://jucern.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=54487&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PEDRO, E. **Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos**. In: PEDRO, E.. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. pp. 19-46.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

PETROBRAS inaugura parque eólico. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Geral, p. 7.

PETROBRAS inaugura parque eólico em Macau. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Capa, p. 1.

PETROBRAS inicia instalação de parque eólico em Macau. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 jan. 2004. Economia, p. 6.

PLANO B. Notas e Comentários. **Tribuna do Norte**, Natal, 06 nov. 2003. Política, p. 3.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

POTENCIAL Eólico do Estado do Rio Grande do Norte. **Cosern**. Natal: Cosern, 2003. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_RN.pdf>. Acesso em: 11 jan.2017.

PREFEITURA DE PARNAMIRIM. Disponível em: <<http://www.parnamirim.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

PRODUÇÃO de poço faz Petrobras investir no Campo do Amaro. **Tribuna do Norte**, Natal, 06 dez. 2003. Economia, p.6.

PROGRAMAS. **Eletrobras**. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/ProinfA/data/Pages/LUMISABB61D26PTBRIE.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PULITI, Paula. **O juro da notícia**. Florianópolis: Insular, 2013.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RÁDIO DIFUSORA DE MOSSORÓ. Disponível em: <<http://portaldifusoramossoro.com/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RÁDIO GLOBO NATAL. Disponível em: <<http://radioglobonatal.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RETOMADA da obra da Refinaria Abreu e Lima é esperança de emprego. **Jornal do Commercio**, Recife, 05 jan. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/01/05/retomada-da-obra-da-refinaria-abreu-e-lima-e-esperanca-de-emprego-215215.php>>. Acesso em 25 jan. 2017.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIO Grande do Norte. **Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros de 2003**. IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

RIO Grande do Norte: áreas mais promissoras para empreendimentos eólicos. **Potencial Eólico do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Cosern, 2003, p. 53. Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_RN.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

RN deve convencer governo federal e investidores privados. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jan. 2003. Fazendo a Diferença, p. 19.

RN e Ceará lideram energia eólica. **Tribuna do Norte**, Natal, 06 nov. 2003. Economia, p. 3.

RN ganha sua primeira usina eólica este ano. **Tribuna do Norte**, Natal, 15 jul. 2003. Economia p. 6.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

SHOEMAKER, Pamela J. e REESE, Stephen D. **Mediating the message**: theories of influences of mass media content. 2. ed. White Plains : Longman, 1996.

SILVA, LUIZ MARTINS. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 1-288.

SOUSA, E. S. B.; CARVALHO, D. B. ; BERTI, O. M. C. **A abordagem da temática ambiental nas notícias**. Uma reflexão das questões da ambientalização no Jornalismo. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bomtempo, 2007.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais. N. 63, Outubro, 2002, pp. 237-280. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF>. Acesso em: 14 out. 2015.

STUDIO, Juan Photo. Parque Eólico Bons Ventos. Altura: 3744 pixels. Largura: 5616 pixels. 240 dpi. 8 bits RGB. 13,9 MG. Formato JPEG. Fotografia, color. Disponível em: <http://www.abeeolica.org.br/sala_de_imprensa/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SUÍTE. In.: **Folha de S. Paulo**. Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm>. Acesso em: 05 fev. 2017.

TERMOAÇU continua sendo montada e investimento da usina é irreversível. **Tribuna do Norte**, Natal, 8 mar. 2003. Economia, p. 6.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORRE eólica ameaça duna, afirma Ibama. **Tribuna do Norte**, Natal, 24 jan. 2004. Capa, p. 1.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1978.

TURBINAS Eólicas Esquema. **Centrais Eléctricas.** 2011. Ilustração, color. Disponível em: <<http://files.rd9centralelectrica.webnode.pt/200000018-f1a01f2998/Turbinas%20E%C3%B3licas%20esquema.png/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

USINA do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 jan. 2004. Capa, p. 1.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental: evoluções e perspectivas.** AgirAzul na rede, 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 16 out. 2015.

VIZEU, A. **O newsmaking e o trabalho de campo.** In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIZEU, A; ROCHA, H. C. L. **Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas.** In Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 18, n. 3, setembro/dezembro 2011.

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v.85, n.2, p.69-82, 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-03-01/ensuring-energy-security>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

ANEXOS

JANEIRO DE 2003

Data: Quinta-feira, 30 de janeiro de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Título: Sobrará energia no Brasil

Texto: De uma ameaça de racionamento para uma grande sobra de energia. É assim o Brasil. As barragens da região, por conta das chuvas no Sudeste e Nordeste, estão com quase 35% de sua capacidade de acumulação de água. Até o mês passado os reservatórios estavam com apenas 18%, livrando o País de um novo racionamento em 2003. Está sobrando energia no Brasil e vai sobrar ainda mais com os projetos de geração. A empresa espanhola Enerfín recebeu licença de instalação para construir um parque gerador de energia eólica em Osório, no litoral gaúcho. O projeto prevê capacidade instalada de 150 megawatts (MW), num investimento estimado em US\$ 150 milhões. O sistema elétrico brasileiro está confuso, por isso presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, anunciou ontem a formação de um grupo de estudos para planejar e reformular o sistema elétrico brasileiro.

Data: Quinta-feira, 30 de janeiro de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Texto: No Rio Grande do Norte, são várias termelétricas em implantação, sendo a do Assu a principal. Teremos ainda o maior parque eólico do País. Só nas dunas do Rosado, entre Porto do Mangue e Areia Branca, o parque eólico terá capacidade de geração de 170 megawatts. Como a Eletrobrás não sabe onde vai vender a energia, o projeto caminha lentamente. A energia será “plugada” na subestação da Chesf em Mossoró.

FEVEREIRO DE 2003

Data: Quarta-feira, 19 de fevereiro de 2003.

Caderno: Natal, página 12.

Coluna: Fique Atento.

Título: Energias Renováveis

Texto: A Comissão de Finanças e Tributação deve votar neste ano o Projeto de Lei 5210/01, de autoria do Senado Federal, que propõe a criação de um Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). O projeto, já aprovado pela Comissão de Minas e Energia, pretende incentivar a produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis – como solar, eólica, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. O objetivo do Pier é trazer incentivos econômicos para a pesquisa, desenvolvimento e produção de fontes alternativas renováveis. O Programa estabelece ainda normas para assegurar a distribuição e comercialização da energia produzida, além de prever a aplicação dos recursos sob a regulamentação de um conselho diretor e sua execução pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos.

Data: Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Título: Energia

Texto: Será lançado hoje, no Hotel Comfort, no Recife, o “Guia de Projetos Elétricos de Centrais Eólicas”. O investimento previsto chega a US\$ 1 bilhão, cerca de R\$ 3,6 bilhões. O Rio Grande do Norte tem projetado o maior número de parques eólicos do País, tornando-se no futuro o maior gerador nacional desse tipo de energia.

Data: Quarta-feira, 26 de fevereiro de 2003.

Caderno: Natal, página 11.

Coluna: Fique Atento

Título: Energias Renováveis

Texto: A Comissão de Finanças e Tributação deve votar neste ano o Projeto de Lei 5210/01, de autoria do Senado Federal, que propõe a criação de um Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). O projeto, já aprovado pela Comissão de Minas e Energia, pretende incentivar a produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis – como solar, eólica, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas.

MARÇO DE 2003

Data: Sexta-feira, 07 de março de 2003.

Caderno: Política, página 3.

Coluna: Notas e Comentários

Título 1: Energia alternativa

Texto 1: A superintendência estadual do Incra assina, hoje, contrato com a empresa Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil Ltda. com a finalidade de explorar economicamente a produção de energia eólica sobre uma área de dunas em um assentamento de trabalhadores rurais, no município de Rio do Fogo.

Título 2: Energia (2)

Texto 2: Pela utilização da área a Enerbrasil irá pagar anualmente à União R\$ 176,4 mil, convertidos em quilowatts rurais, que serão utilizados no próprio assentamento, e em outros, localizados no semi-árido, que utilizam irrigação. O contrato será assinado hoje à tarde.

Data: Sábado, 08 de março de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Chapéu: Termelétrica

Título: Termoação continua sendo montada e investimento da usina é irreversível

Subtítulo: A devolução de peças aos fornecedores foi feita porque estas apresentavam alguns problemas, fato considerado normal

Texto: Se os projetos para geração de energia eólica no Estado vão de vento em popa, o mesmo não se pode dizer dos demais empreendimentos de energia, como é o caso das termelétricas. A indefinição sobre o Programa Prioritário das Térmicas (PPT) e as condições para a compra de energia a ser gerada por parte da Aneel vêm forçando os investidores a desmentirem a suspensão das obras nessas unidades. Um exemplo é a Termoação, empreendimento que vem sendo tocado no município de Alto do Rodrigues pelo consórcio Guaraniana e a Petrobras. O gerente da Assessoria de Comunicação da Petrobras no Rio Grande do Norte, Augusto Franklin Dantas Caldas, disse que visitou o canteiro de obras da térmica antes do Carnaval e o ritmo da montagem está acelerado.

O assessor de imprensa da Petrobras não soube de qualquer possibilidade da Petrobras que tem 30% de participação no investimento desistir do projeto. Ele acha irreversível um investimento do porte da Termoçu na atual fase em que ele se encontra, na montagem das turbinas.

“Não sei de onde saiu isso, estive semana passada e a obra está a todo vapor. Por parte da Petrobras não vi nada disso. A impressão é que quando uma obra desse porte chega nesse estágio não tem mais retorno. As turbinas estão sendo montadas, no canteiro de obras trabalham hoje 500 pessoas e até junho a informação é que vão estar sendo utilizadas mais de 1 mil pessoas”, comentou.

Augusto Franklin reconheceu que alguns equipamentos foram, de fato, devolvidos aos seus fornecedores, mas segundo ele, se tratavam de equipamentos com problemas. “É normal o retorno de peças na montagem de uma planta dessas”, disse. O gerente de comunicações da Petrobras lembra que a companhia vai utilizar 600 toneladas do vapor gerado pela termelétrica para injetar nos poços de petróleo da empresa no Estado e acrescentar cerca de 10 mil barris/dia à produção de petróleo do Rio Grande do Norte, que no mês passado foi de 83 mil barris/dia.

A assessoria de comunicação da Termoçu não se pronunciou sobre o assunto, informando apenas que a direção da termelétrica no Estado vai consultar o grupo Guaraniana para, possivelmente, na semana que vem prestar esclarecimentos à imprensa sobre o andamento e o futuro do projeto.

Fotógrafo: Luis Morais

Rodapé: Atividade. Turbinas da Termoçu estão sendo montadas num ritmo de trabalho considerado acelerado

Data: Sábado, 08 de março de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Título: Assentamento terá energia eólica

Texto: A superintendência do Inbra no Rio Grande do Norte assinou, ontem, um contrato de concessão com a empresa Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil LTDA para a geração de energia eólica em um assentamento do Estado. É a primeira vez no País que uma área utilizada com um projeto de assentamento é explorada para manutenção de fontes renováveis de energia.

A parceria sede parte da área do assentamento Zumbi, situado no município de Rio do Fogo, para que a Enerbrasil possa construir no local parques eólicos. O superintendente regional do Inbra, Marcílio de Lima, explicou que área a ser explorada é formada por dunas móveis, que não se adequam a qualquer produção agrícola, sendo então, dispensável às 72 famílias assentadas no Zumbi.

Pela utilização da área a Enerbrasil irá pagar anualmente à União R\$ 176.400,00 convertidos em quilowatts rurais de energia elétrica, que serão utilizados no próprio assentamento, e em outros, localizados no semiárido, e que se utilizam da irrigação.

“Para o Inbra, o importante é o uso de uma área que não estava sendo aproveitada para a agropecuária, mas vai ser utilizada por uma atividade que gera renda a partir do aluguel, do arrendamento” destaca.

O superintendente informou também que além do pagamento em energia pela utilização da área, a Enerbrasil se comprometeu com contrato a construir uma escola, uma fábrica de gelo e uma câmara frigorífica para beneficiar, principalmente, os pescadores daquela comunidade. Essa é a contrapartida para ser concretizada no primeiro ano de funcionamento do empreendimento orçado em torno de 50 milhões de dólares.

O contrato assinado, ontem, tem duração de 25 anos, e além da geração de energia, segundo o Incra, também está de acordo com o protocolo de Kioto, do qual o Brasil é signatário. O protocolo estabelece a manutenção de pelo menos 10% de fontes renováveis de energia com matriz energética limpa, como é o caso da eólica, conjugando interesses econômicos com benefícios ambientais.

Para o Estado, a exploração eólica no assentamento Zumbi, vai permitir a ampliação da infraestrutura energética, acrescentando as expectativas de que no futuro o Rio Grande do Norte venha a ser o maior gerador nacional desse tipo de energia, tamanho é o potencial disponível ao longo do litoral.

Data: Quarta-feira, 12 de março de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Título: Geração e distribuição

Texto: O grupo espanhol Ibredrola – dono da Cosern, Coelba e Celpe – não está com muita esperança na privatização da geradora de energia da região, a Chesf. Pouco a pouco o grupo está começando a implantar parques eólicos no litoral potiguar, para gerar sua própria energia. Ontem o Idema liberou mais três licenças de instalação de parques eólicos. O consórcio Guaraniana também não vai abandonar o projeto de TermoAçu para a geração de energia a partir do gás natural, afinal é mais uma geradora para somar com os parques eólicos, reduzindo a dependência da Chesf e o risco de enfrentar novos racionamentos de energia. Trata-se de um programa estratégico para geração e controle da sua própria energia.

JUNHO DE 2003

Data: Domingo, 29 de junho de 2003.

Caderno: Economia, página 3.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Chapéu: Energia

Título: RN terá maior parque eólico do País

Subtítulo: Aneel autoriza instalação de 21 usinas no Estado que, nos próximos anos, poderá sair da situação de dependente da produção externa para potencial exportador, com uma fonte energética limpa e economicamente viável

Texto: Enquanto o mundo inteiro está se preocupando, cada vez mais, com a geração de energia, especialmente daquelas que possam substituir o petróleo e usinas atômicas, o Rio Grande do Norte parte na frente para gerar energia mais limpa. Além de produzir e exportar álcool, o Estado ganha nos próximos anos novo projetos energéticos e o maior parque eólico do País, gerando energia a partir dos ventos. Nada menos do que 21 usinas eólicas foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Se o Brasil voltar a crescer a uma média anual de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), vai faltar energia para garantir a expansão econômica, alerta o empresário Antônio Ermíro de Moraes, presidente do Grupo Votorantin, o maior grupo privado nacional, produtor de cimento, ferro e de energia. No Rio Grande do Norte, essa situação é confortável, com a possibilidade de quintuplicar o volume consumido hoje dos 500 megawatts.

Com a operação de 21 usinas de geração eólica e sete de geração termelétrica, previstas no Plano de Expansão Energética estabelecido em 2001 pelo governo federal, o Rio Grande sai da condição de dependente para a de exportador de energia elétrica, segundo Mário Santos, da Agência Reguladora dos Serviços Públicos – ARSEP/RN. Para o presidente da Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do RN - FECOERN, engenheiro Roberto

Coelho, o Rio Grande do Norte é um estado favorecido não só pelos ventos como pelo sol. É o maior potencial de energia eólica e solar do País, afirma. Ele garante que em dez hectares de terras no RN, a insolação para gerar energia equivale a uma bomba atômica por ano. Nada menos do que 13 das 21 usinas eólicas previstas serão construídas pela empresa Energias Renováveis do Brasil Limitada (Enerbrasil), do consórcio Guaraniânia do qual faz parte o grupo espanhol Iberdrola, dono das distribuidoras de energia Cosern, Celpe e Coelba, duas das maiores do Nordeste. A maior usina vai funcionar em Guamaré, com 249,9mW. Três no município de Touros, sendo duas com capacidade para gerar 49,3mW, e a terceira de 102mW. A Siif Énergies do Brasil implantará quatro usinas eólicas no Estado. As maiores funcionarão em Galinhos e Porto do Mangue, com potências de 198 mW e 180 mW. Outra funcionará em Tibau, com 158,4mW. Já o grupo New Energy Options construirá duas eólicas em Guamaré com 100,8mW e a outra com 51mW. A Copinvest Mercosul ficará responsável pela operação de uma usina em Areia Branca, com 50,4mW.

O Estado tem demanda de 500 megawatts (mW), mas poderá passar a produzir 2,53 mil mW, o que lhe dará a condição de ser um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões, garante a Arsep. Desses projetos, o de maior porte é a Termelétrica de Açú – TermoAçú, que funcionará no município de Alto do Rodrigues, gerando 347,4mW. A geradora de energia, a partir do gás natural pertence ao consórcio formado pela Guaraniânia e a Petrobras. A primeira deixará de ser apenas uma distribuidora para ser uma geradora de energia, enquanto a segunda vai usufruir do vapor para injetar nos seus poços de petróleo e aumentar a produção em mais de dez mil barris/ diários. Das sete termelétricas previstas, quatro estão prontas e três já operam. As termelétricas que entraram em operação foram implantadas pela Petrobras, Vale Verde Empreendimentos Agrícolas e Usinas Estivas. Funcionam, respectivamente, nos municípios de Alto do Rodrigues, Baía Formosa e Arês. Mesmo se faltar energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf, o Rio Grande do Norte já teria garantido o seu próprio abastecimento, evitando entrar em um novo racionamento, se o sistema não fosse interligado. Como a produção de energia é administrada pelo Governo, a interligação do sistema evita que alguns estados não sofram com o racionamento mais do que os outros.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé: Possibilidade. Produção será ampliada com uso de equipamentos para aproveitar intensidade de ventos na produção de energia

JULHO DE 2003

Data: Terça-feira, 1º de julho de 2003.

Caderno: Política, página 3.

Chapéu: Desenvolvimento

Título: Garibaldi defende incentivos para produção de energia eólica no RN

Texto: Brasília – O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) anunciou ontem que apresentará projeto de lei para incentivar a produção de energia eólica no Brasil. Para o senador, esse incentivo é uma das alternativas para aumentar a disponibilidade de energia no Nordeste. Garibaldi Filho observou que o Brasil precisa planejar uma produção crescente de energia elétrica para evitar a possibilidade de um novo “apagão” como aconteceu em 2001.

Garibaldi Filho protestou contra a estagnação do Programa de Incentivos a Fontes de Energia Elétrica (Proinfa), que permanece aguardando a definição do valor econômico, fundamental para viabilizar os projetos. “É inaceitável também a discriminação imposta aos investidores, classificando-os em primeira e segunda categoria, de acordo com o tipo de energia produzida,

quando toda a energia será incorporada ao sistema elétrico, com benefícios e custos ali diluídos”, afirmou.

O senador lembrou que durante seu mandato de governador do Rio Grande do Norte, concedeu incentivos para atrair projetos de geração de energia eólica que estão em fase de contratação. Ele afirmou que, com os projetos aprovados, os investimentos poderão chegar a US\$ 2 bilhões só no RN, além de geração de 4.300 empregos diretos e 8.600 indiretos. Mais tarde, durante 25 anos de operação, serão mantidos quase 9.000 empregos.

Ao concluir seu pronunciamento, Garibaldi Filho lembrou ser relevante diversificar as fontes de energia no Brasil – hidrelétricas, gás natural, carvão e eólica. Ele enfatizou que ao manter todas as opções abertas, é possível construir uma grande infra-estrutura energética, indispensável para a retomada de crescimento e a geração de empregos.

Data: Terça-feira, 1º de julho de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Título: Energia preocupa

Texto: O governo anunciou ontem o edital de leilão de linhas de transmissão de energia em solenidade no Palácio do Planalto. As novas linhas vão reforçar a capacidade de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) e possibilitar a criação de cerca de 3.600 empregos diretos e outros 8.000 indiretos em 144 municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. O futuro do País estará garantido com a oferta do insumo básico, a energia, se possível de fontes limpas, como as hidrelétricas, o sol e o vento (eólica). Até nesse aspecto o País é beneficiado pela natureza.

Data: Terça-feira, 15 de julho de 2003.

Caderno: Capa, página 1.

Chapéu: Energia

Título: Assinado contrato para a primeira usina eólica do RN

Texto: O Rio Grande do Norte terá, até dezembro, a primeira usina eólica. A Petrobras, a Cosern e a alemã Wobben Windpower assinaram ontem o contrato da obra.

Data: Terça-feira, 15 de julho de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Chapéu: Energia

Título: RN ganha sua primeira usina eólica este ano

Subtítulo: A Petrobras assinou ontem contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã

Texto: A primeira usina de geração de energia eólica do Rio Grande do Norte deve entrar em operação até dezembro deste ano. A Petrobras assinou, ontem, contrato com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã, para a instalação do parque com três aerogeradores. Um investimento da ordem de R\$ 6 milhões.

A energia obtida na usina será conectada à rede da Companhia Energética do Estado (Cosern) e utilizada pela Petrobras em suas unidades de Macau e Campo da Serra que consomem cerca de 38 MW de energia.

O parque eólico do Rio Grande do Norte, segundo informações da Petrobras, é o primeiro de uma série de projetos que estão sendo desenvolvidos pela empresa.

A licença ambiental para a instalação do parque foi concedida pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema).

O aproveitamento da energia eólica é uma tendência mundial por ser caracterizada como uma forma de energia limpa, que contribui para a preservação do meio ambiente. Para sua produção não requer água, um recurso cada vez mais escasso e não gera gases de efeito estufa. A rotação das hélices do aerogeradores é baixa, cerca de 30 rotações por minuto na velocidade média dos ventos locais (7,5 m/s), não prejudicando a vida dos pássaros da região. A energia eólica tem importante participação na matriz energética de países como a Alemanha, cuja potência instalada é de 12.000 MW, Espanha 4.838 MW, Estados Unidos 4.675 MW e Dinamarca 2.900 MW, entre outros.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé: Usina. Parque eólico será na região de Macau e Campo da Serra

Data: Terça-feira, 15 de julho de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe.

Título: Mais energia no RN

Texto: A diretoria da Petrobras assinou ontem no Rio o contrato com a empresa Wobben Windpower, subsidiária da alemã Enercon, para fornecimento, instalação e manutenção dos aerogeradores do seu primeiro parque eólico a ser instalado no Rio Grande do Norte. Aos poucos, a estatal muda o seu foco, passando de produtora de petróleo e gás para uma grande geradora de energia. No Rio Grande do Norte, a Petrobras vai atuar na geração de energia de termelétrica, eólica e biodiesel, as duas últimas renováveis e limpas, com futuro garantido. Segundo especialistas, as reservas atuais de petróleo e o crescente consumo mundial levarão à exaustão o insumo dentro desse século.

Data: Domingo, 27 de julho de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Título: Jornalistas premiados

Subtítulo: Primeiro e terceiro lugar do Prêmio FIERN de jornalismo ficam com a redação da Tribuna

Texto: A Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern) anunciou no último dia 21 os ganhadores do I Prêmio Fiern de Jornalismo. Entre os três ganhadores, dois são jornalistas da Tribuna do Norte. O primeiro lugar ficou com o repórter Cassius Varela e a reportagem “Agência de Fomento vive incerteza” (TN de 30 de março de 2003). Luís Antônio Felipe, que assina a coluna “Negócios & Finanças”, ficou com o terceiro lugar. É dele a reportagem “RN terá o maior parque eólico do País” (TN 29 de junho de 2003). Os dois jornalistas integram a editoria de Economia da TN. O segundo colocado no concurso é o repórter Jean Valério, do Jornal de Hoje, com uma reportagem sobre a exportação de tecnologia pelo Sebrae/RN na criação de camarões.

Foto com jornalistas.

Data: Domingo, 27 de julho de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Chapéu: Energia

Título: De consumidor a produtor de energia para o País

Texto: Até o ano de 2005 o Rio Grande do Norte deverá estar produzindo o equivalente a mais de cinco vezes a quantidade de energia elétrica que necessita atualmente. O Estado tem

hoje um consumo em torno dos 550 megawatts (mW) e poderá passar a produzir 2,53 mil mW o que lhe tornará um distribuidor de energia para o Nordeste e até mesmo para outras regiões. Esse incremento será possível com a operação de 21 usinas de geração eólica e sete de geração termelétrica, previstas no plano de expansão energética estabelecido no ano de 2002 pelo Governo Federal. Desses projetos, o de maior envergadura é o da termelétrica TermoAçu, que funcionará no município de Alto do Rodrigues, gerando 347,4mW, ainda sem prazo definido. A termelétrica é uma parceria entre o consórcio Guarariana e a Petrobras.

Das sete termelétricas previstas, quatro estão prontas e três já operam. As 21 usinas eólicas já foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (- Aneel) e suas implantações estão começando. Até a Petrobras está investindo em um parque eólico, direcionando seus investimentos para a geração de energia, fugindo da produção de petróleo e de gás natural cujas reservas têm prazo de exaustão.

O Rio Grande do Norte poderá ser beneficiado ainda mais com as novas medidas do Ministério das Minas e Energia para as termelétricas. Ao mesmo tempo em que está aumentando a produção de cana de açúcar, matéria prima para o álcool e o plantio de mamona para o biodiesel. Como se pode observar, as perspectivas são altamente favoráveis a produção de energia nos próximos anos.

AGOSTO DE 2003

Data: Quinta-feira, 28 de agosto de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Título: Fontes de energia em debate

Texto: O seminário sobre energia renovável será encerrado hoje no Recife, com a presença da ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, que vai abordar o tema: "A energia renovável no governo Lula". O Rio Grande do Norte é detentor de três fontes limpas de energia: solar, eólica e vegetal (biomassa). Em Teresina/PI, está acontecendo o I Simpósio sobre Conforto Térmico com a participação de professores e alunos da UFRN. O simpósio tem sessões técnicas com apresentações de trabalho e visitas aos experimentos de campo de um projeto da universidade local.

Data: Quinta-feira, 28 de agosto de 2003.

Caderno: Geral, página 7.

Chapéu: Premiação

Título: Jornalistas recebem Prêmio Fiern

Texto: Um incentivo à imprensa para que se fale sobre as potencialidades econômicas do Estado. Esta é a definição do presidente Abelário Rocha sobre o Prêmio Fiern de Jornalismo, entregue ontem, em solenidade realizada no auditório da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte.

Com uma platéia formada, em sua maioria, por repórteres e fotógrafos potiguares, a festa de entrega dos prêmios fez parte da programação dos 50 anos da Fiern. O jornalista Cassius Varela, repórter de economia da Tribuna do Norte, foi o vencedor do Prêmio Fiern. Em segundo lugar ficou o repórter do vespertino O Jornal de Hoje, Jean Valério. O terceiro colocado foi jornalista Luís Antônio Pereira Felipe colunista de economia da TN.

Cassius Varela recebeu R\$ 7 mil de premiação e lembrou aos presentes a importância da iniciativa: "É um reconhecimento não só aos trabalhos classificados, mas a todo jornalismo norte-riograndense. É salutar que uma entidade do porte da Fiern ofereça um prêmio como este. Isso deve ter continuidade. Que nos próximos anos a Federação das Indústrias continue a

reconhecer o jornalismo potiguar”, defende Cassius. Na sua reportagem vencedora ele abordou a situação de incerteza que vivia a Agência de Fomento do Estado (AGN).

O segundo lugar recebeu o prêmio de R\$ 4 mil. A colocação ficou com o jornalista Jean Valério, de O Jornal de Hoje. Em sua matéria ele falou sobre sistemas adotados pelo Sebrae para produção de camarão.

O terceiro lugar, com a premiação estipulada em R\$ 2 mil, também foi destinado a um repórter da Tribuna do Norte. O jornalista Luís Antônio Pereira Felipe foi premiado através de sua reportagem sobre o parque eólico do Estado.

Ao todo, onze matérias participaram do concurso, sendo julgadas por uma comissão composta pelos jornalistas Tácito Costa, assessor de imprensa da Fiern; Tânia Mendes, chefe do Departamento de Comunicação da UFRN e por Cristóvão Pereira, Chefe do Departamento de Comunicação da UnP.

Para o presidente da Federação, Abelírio Rocha, o prêmio foi mais uma ação da entidade voltada para a sociedade norte-rio-grandense, já que estimula os jornalistas a apontarem os caminhos ou mesmo mostrarem o que está dificultando o crescimento do Estado.

“Achamos que a premiação em dinheiro reconhece o valor do profissional, além de ser uma maneira pública e transparente da Fiern premiar a imprensa”, declara Abelírio, dizendo que a área de economia foi escolhida por estar ligada aos interesses da Federação das Indústrias.

A entrega dos prêmios começou às 21h no auditório Albano Franco. Em seguida ocorreu show do poeta popular e humorista paraibano Jessier Quirino, que divertiu bastante o público convidado. A noite terminou com um jantar no Espaço Cultural da Fiern.

Fotógrafo: Luis Morais

Rodapé: Solenidade. Abelírio Rocha, presidente da Fiern, discursa durante entrega dos prêmios de jornalismo

NOVEMBRO DE 2003

Data: Domingo, 02 de novembro de 2003.

Caderno: Economia, página 3.

Título: RN e Ceará lideram energia eólica

Subtítulo: Os dois estados vão se candidatar para a primeira chamada pública organizada pela Eletrobrás para o início do ano que vem, para contratação de 1.100 MW dessa energia a ser gerada. O Rio Grande do Norte tem 23 projetos

Texto: Ela é importante para diversificar a matriz energética, trata-se de uma energia renovável e limpa. Assim é a energia eólica cujos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, juntos, possuem 60% da potência total em projetos de geração autorizados pela Aneel. E que vão se candidatar para a primeira chamada pública organizada pela Eletrobrás para o início do ano que vem, para contratação de 1.100 MW dessa energia a ser gerada.

O Rio Grande do Norte tem 23 projetos para geração de energia eólica e pode ser contemplado com quatro ou cinco projetos na primeira chamada pública no início de 2004.

Um dos critérios para ter a garantia de compra da energia eólica por parte do Governo Federal é o tempo em que o projeto conseguiu sua licença ambiental. Projetos com licenças ambientais mais antigos serão priorizados.

Devido a imprevisibilidade do tempo, apesar de todos os testes que são feitos para a implantação de um projeto, a energia é de duas a três vezes mais cara do que a geração através de uma usina térmica, segundo o diretor presidente da Arsep, Mário Rocha.

Por isso, o Governo através de programas como o de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, o Proinfa, quer que a matriz energética brasileira conte com 10% de fontes alternativas nos próximos 20 anos.

O presidente da Arsep destaca que nos próximos cinco anos, com todo parque eólico instalado, e a termelétrica Termoçu em operação o Rio Grande do Norte terá um potencial de geração de energia quase seis vezes maior do que sua demanda atual, passando a ser exportador de energia.

Emergenciais

Ao contrario da eólica, ela é uma energia cara e suja. Trata-se da energia gerada a partir das usinas térmicas emergenciais, contratadas a empresas que se instalaram em vários pontos do País e indispensável hoje para suprir a demanda na ameaça de um novo racionamento. No Rio Grande do Norte, as duas térmicas emergenciais existentes, em Parnamirim e em Macaíba, ao longo da BR 304, têm uma capacidade de gerar 140 MW de energia, foram testadas, e encontram-se a disposição da União para dispor energia no sistema elétrico caso haja necessidade.

O diretor presidente da Arsep, Mário Rocha, torce que o País não venha precisar utilizar a energia das térmicas até conseguir emplacar os investimentos previstos em outras fontes de energia alternativas e deixar o sistema elétrico nacional com uma capacidade confortável.

“São necessárias para afastar o fantasma do racionamento, mas vamos torcer que elas não precisem ser usadas, pois o encargo aos consumidores seria muito maior”, alerta.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé 1: Matriz. Mário Rocha diz que o RN poderá ser exportador de energia

Rodapé 2: Projeto. A energia eólica é uma fonte alternativa que será estimulada para aumentar a oferta

Arte:

Título: Energia no RN

Texto: Potencial do RN; Parque Eólico (projetos aprovados) 2750 MW; Termoçu 347MW; Total 3097 MW; Térmicas emergenciais; Potiguar (Macaíba) e Panamirim 140 MW; 450 MW é a demanda do RN (700 mil é o número aproximado de consumidores de energia no RN); 19% é o percentual médio hoje encontrado em relação capacidade máxima dos reservatórios de água da região Nordeste; 30% é o percentual que incide a maior na tarifa de uma energia gerada através de usina térmica

Data: Quinta-feira, 06 de novembro de 2003.

Caderno: Política, página 3.

Coluna: Notas e Comentários.

Título: Plano B

Texto: E o parque Eólico, hein? Nunca mais ninguém ouviu falar dele.

Data: Domingo, 16 de novembro de 2003.

Caderno: Brasil, página 2.

Chapéu: Entrevista/Dilma Roussef

Autores: Andreza Matais e Raquel Ribeiro Alves – Agência Nordeste

Título: ‘Vamos levar energia aos pobres’

Texto: Brasília – A ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, decidiu encarar na semana um dos desafios do Governo Lula: levar luz aos milhões de Brasileiros que ainda vivem no século 19. Com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, levando em consideração a tese de que as ações do Governo têm que ser interligadas, Dilma traçou um calendário rigoroso: até o final de 2008 todo e qualquer brasileiro – viva ele no campo, no Sertão ou na periferia urbana – terá luz elétrica.

Para conseguir vencer o desafio, Dilma reconhece que será preciso encontrar soluções

criativas, mas tranquiliza o Nordeste – hoje com 5,8 milhões de pessoas “no escuro” – ao dizer que o problema da Região deve ser resolvido em sua maioria com a extensão da rede já existente. A ministra surpreende ao dizer que a energia eólica, tida como trunfo nos estados nordestinos, é um modelo que sai mais caro que o convencional. “A energia eólica não serve para a Região”. Para quem critica a iniciativa do governo sob o argumento de que não haverá dinheiro para levar luz para os mais pobres, a ministra avisa: a maior parte do dinheiro vem dos fundos setoriais, que tradicionalmente são imunes à tesoura do Orçamento.

Agência Nordeste – O Governo acaba de lançar o programa de universalização da energia eólica no País. Exatamente em quê consiste essa universalização?

Dilma Roussef - Em primeiro lugar, a gente vai começar a chamar o programa pelo nome dele. O programa chama-se Energia para Todos e é fundamentalmente um programa de universalização, que cobre o estoque, que atende toda a população brasileira que não tem acesso à luz elétrica, seja cidade, seja no campo.

AN – Quais são exatamente as metas para cidade e para campo?

DR - Na cidade a meta tinha menos problema. Pelo levantamento feito pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a gente conseguiria universalizar no horizonte de três anos. O que é isso? É levar luz elétrica à casa das pessoas. Isso pode ser feito por extensão de rede, seja pelo uso de qualquer fonte alternativa de energia. Essa diferença é importante de ser feita porque vai haver lugares, por exemplo, lá no meio da Amazônia, que o custo de puxar uma rede, tanto do ponto de vista ambiental quanto financeiro pode ser cavalariagem. Então é muito melhor ter fontes alternativas compatíveis com a região.

AN – Que soluções foram encontradas?

DR – Placas que captam a luz do sol e carregadas por uma bateria abastecem uma escola, um posto comunitário, um posto de saúde. Também lá no meio do Pará há muitas indústrias extrativistas. Então se lá há extração de óleo como insumos para a indústria de perfume, há sempre os resíduos dessa extração. O resíduo pode ser queimado, transformado em energia elétrica através de uma unidade pequena de termelétrica biomassa.

AN – No Nordeste, por exemplo, pode-se contar com a energia eólica?

DR – Ao contrário do que as pessoas pensam, a energia eólica exige rede. Ela tem um problema tecnológico: ela não entra com rede variando. Precisa de um sistema estável de abastecimento. Fonte alternativa de energia eólica geralmente não é para população de baixa renda. Isso não porque é cara ou barata, mas porque existe uma estrutura de rede de transmissão mais sólida, mais consistente. A eólica não serve para isso.

AN – O Nordeste vai precisar de energia alternativa ou vai dar para usar o que já tem?

DR – Veja bem, você só usa energia alternativa em casos que não foi mais barato ligar a rede. Se ficar mais caro ligar a rede, então usa a energia alternativa, a mais barata possível. Porque isso tudo tem consequências sobre a sua tarifa, a minha, a de todo mundo, então o uso de energia alternativa não é por nenhum compromisso com qualquer coisa que não seja o fato de que em certos lugares não faz sentido estender as redes em locais, onde fica muito caro e beneficia poucas pessoas.

AN – A senhora explicou que na Amazônia puxar a rede não faz sentido. No Nordeste seria essa a opção?

DR – No Nordeste, a situação é bem diferente da Amazônia. Nesta região, a população que está sem acesso está concentrada em grandes regiões. Lá tem 5,8 milhões de pessoas sem

energia e eu preciso de energia estável para eles. Para esta população é melhor ser abastecida pela rede, que é mais estável e de melhor qualidade.

AN – A cidade com índice mais baixo de eletrificação no Nordeste fica em qual Estado?

DR – É Novo Santo Antônio, a 120 quilômetros de Teresina. Neste lugar é absolutamente impossível levar a rede de luz elétrica, e a rede mais próxima dele não deve estar a mais de 15 quilômetros de distância. Em função da localização é que se pode dizer se vai ser por rede ou por energia alternativa.

AN – Já há um estudo com os parâmetros para dizer onde vai pôr rede e onde vai pelas outras formas de energia?

DR – Os parâmetros principais já foram traçados. Já se sabe, por exemplo, que em termos de valor absoluto você concentra no Nordeste a maior quantidade de pessoas sem luz. Em segundo lugar vem o Norte, com 2,6 milhões de pessoas sem energia elétrica. O Sudeste é o terceiro com 807 mil pessoas, o Sul vem em quarto, com 484 mil pessoas e, por fim, o Centro-Oeste com 387 mil pessoas. Nas duas primeiras regiões estamos falando de milhões de pessoas.

AN – Então o Nordeste é campeão do desabastecimento de energia elétrica?

DR – Quando você olha em números absolutos, enxerga isso. Quando você olha pela população do Estado vê que o Nordeste vive uma situação estarrecidora. Estamos falando de mais de 60% da população rural sem luz elétrica. No Nordeste, quase 40% da população do campo não tem energia. Tudo está mapeado.

AN – Ministra, ficar sem luz significa ficar sem acesso a geladeira, TV e outros benefícios da tecnologia. Podemos interpretar que essas pessoas também estão privadas de bons índices de qualidade de vida?

DR – Se você pegar dois mapas, o do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, que mede a qualidade de vida das pessoas numa região) e de onde não tem luz, você vai ver uma situação muito significativa. Coincide. Podemos dizer que 80% dos lugares onde não tem luz, o IDH é abaixo do IDH médio. A cara dessa população também coincide com a cara da pobreza: 90% têm renda menos que três salários mínimos.

AN – Então o Energia para Todos vai acabar cruzando com o Fome Zero...

DR – Cruza com o Fome Zero, com o Bolsa Família, com todos os programas de renda e é um programa de desenvolvimento social.

AN – Nestes lugares não existem nem aqueles gatos de energia?

DR – Não! Neste lugares é zero energia, ou seja, tem gente que nunca viu luz elétrica. Não tem luz ali. Quando você leva luz para esse lugares você não só tira essa pessoa do século 19 e coloca ela no século 21, mas você permite que a família costure, se pesca pode guardar o peixe na geladeira; se têm uma vaca eles podem guarda o leite. Sem luz você não pdeo estudar à noite.

AN – No Nordeste como se vê esta deficiência?

DR – A questão mais importante do Nordeste é a água. Sem energia não tem como bombear o poço. Então se você furar o poço, não tem como bombear sem energia. Então este programa é um vetor para todos os programas até para assentamento rural. No Brasil há situações estranhas. Se constrói é a população que foi retirada do local para você poder fazer o reservatório não foi contemplada. A mesma coisa no assentamento. Para assentar tem que dar

condições mínimas, senão o assentado vai para a cidade. Com luz você pode assentar o homem no campo.

AN – Como vai ser a integração com outros ministérios?

DR – Por meio do Conselho de Universalização que reúne todos os ministérios envolvidos nesta questão. A política vai ser comum. O piloto de Novo Santo Antônio (PI) vai funcionar da seguinte maneira: a escola vai ter computador, com convênio com o Ministério da Educação. Você pode eletrificar a casa de farinha, além de todo o sistema de vacinação e de saúde. Neste vetor vai tudo.

AN – Quando falamos de um programa como este falamos em investimento até 2008. Quando o ministério calcula que todos terão acesso a energia no País. De quanto estamos falando?

DR – São R\$ 7 bilhões até 2008. O Brasil é um País que cresce e há uma expectativa de pessoas a cada ano entrando no mercado de energia. Para esses não há problema, a situação é tranquila. O problema é o estoque de pessoas que não tenho acesso nenhum à luz. Nós estamos tratando é desse estoque.

AN – Todos os recursos vêm do orçamento?

DR – Não. O grosso dos recursos, em torno de R\$ 5,6 bilhões virão do Governo Federal dos Fundos Setoriais ligados ao setor elétrico brasileiro.

AN – Então não tem contingenciamento, corte. Este dinheiro não corre o risco de não sair?

DR – Não, porque não é fundo orçamentário não é que não passe pelo pela tesoura do planejamento no nosso Governo, esse dinheiro nunca passou.

AN – E a diferença?

DR – As concessionárias terão que colocar uma parte e os estados outra. Mas vamos destacar que 75% dos recursos são do Governo federal. Concessionárias andam com 15% e estados com 10%.

AN – A cada ano seriam quantos beneficiados?

DR – Vai ser assim: 400 mil famílias em 2004; 500 mil em 2005 e 2006; 300 mil em 2007 e 2008. Isso é meta. Obviamente quanto mais você se aproximar do fim, mais difícil para nós e mais precisaremos de soluções criativas.

AN – Como é que essas famílias beneficiadas pela luz elétrica vão pagar as contas, se são tão pobres?

DR – Elas ficarão no limite de baixa renda, que hoje paga em torno de R\$ 6 a R\$ 10. Pela lei, as distribuidoras têm que garantir o abastecimento de baixa renda. Para fazer isso, normalmente as concessionárias colocavam o custo dessa população de baixa renda na tarifa. Então, em regiões onde tem muita gente, teria um impacto bestial de até 100% na tarifa. Então o grande problema seria que levar o remédio se transformaria num veneno porque teria conta para pagar muito alta. Quando percebemos isso montamos o programa. No Nordeste, o impacto seria de 30% na tarifa nos cinco anos. Então uma parte será subsidiada pelo fundo setorial para evitar que este custo de levar energia fosse transferido para as contas. Então as famílias terão que arcar somente com o pagamento da conta de baixa renda, de acordo com o que consumir.

Frases destacadas:

O Nordeste tem a maior concentração de pessoas sem energia elétrica. Em segundo lugar, vem o Norte.

A cara dessa população coincide com a cara da pobreza: 90% tem renda menor que três salários mínimos.

Data: Terça-feira, 25 de novembro de 2003

Chapéu: Petrobras

Título: Iniciada instalação do parque de energia eólica em Macau

Texto: A Petrobras começou a instalar três torres de captação de energia eólica em Macau. Investimento de R\$ 6,8 milhões vai suprir o campo de produção do município.

Data: Terça-feira, 25 de novembro de 2003

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Texto: A Petrobras vai inaugurar no dia 19 de dezembro o seu primeiro parque eólico. Será em Macau/RN, onde estão sendo instalados três aerogeradores de energia com potência de 1,8 megawatt, para atender o consumo de energia do campo de Macau. O investimento é de 6,8 milhões e está sendo executado pela empresa holandesa Wobben.

Data: Terça-feira, 25 de novembro de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Chapéu: Energia

Título: Petrobras inicia instalação de parque eólico em Macau

Subtítulo: A energia captada vai servir para suprir o campo de produção em Macau. Este é um projeto que poderá ser ampliado pela estatal e fornecer energia para a Cosern

Texto: A Petrobras iniciou a instalação de três torres de captação de energia eólica no município de Macau, Litoral Norte do Estado. O investimento de R\$ 6,8 milhões é o primeiro no campo da energia eólica que se concretiza no Rio Grande do Norte, e vai servir para suprir a carência de energia para o campo de produção da Petrobras em Macau, que hoje apresenta deficiência no que diz respeito a confiabilidade da energia fornecida. O gerente da obra, José Clealmir Costa, explicou que a instalação das três torres representa a fase de montagem e construção de um projeto piloto que pode ser ampliado pela Petrobras, dependendo dos resultados alcançados.

Ele informou que as torres têm capacidade de fornecerem, juntas, 1,8 megawatt (MW) de energia, o suficiente para suprir o fornecimento de energia de uma cidade com uma população de 10 mil habitantes. Mas, preferencialmente, a energia gerada a partir da força dos ventos irá para a chamada estação "Macau 5". O excedente, dependendo de um acordo a ser assinado ainda com a Cosern, é que poderá ser inserido no sistema elétrico para abastecer a cidade de Macau e municípios próximos.

"A região sofre frequentemente com falta de energia e com isso esperamos atender a estação de Macau 5. A energia vai para Petrobras, mas se tiver excedente se distribui, não é possível absorver tudo", comentou José Clealmir.

Através de licitação, a empresa alemã Wobben, que tem fábrica no Brasil em Sorocaba, São Paulo, e em Pecém, no Ceará, foi contratada para executar o projeto com previsão de ser inaugurado no próximo dia 19 de dezembro. Inclusive, existe a expectativa de que o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, estejam presentes para o início da operação das três torres de energia eólica em Macau. Cada torre de captação possui 44 metros de altura. A primeira delas está,

praticamente, pronta, e esta semana, segundo o gerente da obra, já foi iniciado o trabalho da segunda torre.

José Clealmir informou que devido à regularidade dos ventos ao longo de todo ano, o Rio Grande do Norte foi Escolhido pela Petrobras para a instalação do primeiro parque de energia eólica da empresa. Outras duas plantas existem, mas ainda estão na fase dos projetos básicos, sendo uma delas no Rio de Janeiro, e outra no Rio Grande do Sul.

DEZEMBRO DE 2003

Data: Sábado, 06 de dezembro de 2003.

Caderno: Economia, página 6.

Chapéu: Petróleo

Título: Produção de poço faz Petrobras investir no Campo do Amaro

Subtítulo: Novas descobertas virão suprir os poços, que já tiveram períodos de picos reduziram a produção. A Petrobras quer aumentar a produção atual de 101 mil barris

Texto: A descoberta e início de operação de um novo poço com produtividade de 2.950 barris de petróleo/dia, abre uma nova perspectiva para a Petrobras continuar investindo e apostando no Campo do Amaro, em funcionamento há 18 anos, em Mossoró, região oeste do Rio Grande do Norte. A descoberta de poços como o CAM-883 vem ajudando o estado a manter a média de produção de 100 mil barris de petróleo/dia. A descoberta surpreendeu os técnicos da Petrobras e, possivelmente, o CAM-883 é o poço em terra, em atividade no País, com maior produção de petróleo.

O superintendente da Petrobras no Rio Grande do Norte, Fernando Lima, informou que o novo reservatório faz parte do plano de desenvolvimento do Canto do Amaro, que no ano passado já teve outro poço importante descoberto, caso do CAM-830. Um poço que em setembro do ano passado começou a operar com uma produção de 2 mil barris/dia.

“É um poço do Canto do Amaro, de uma área descoberta que não vinha sendo explorada, começamos a produzir com o primeiro, o CAM-830, ano passado, continuamos perfurando e entramos com esse outro, o CAM-883. Foi uma aposta que se fez e permitiu a gente buscar novos horizontes”, explicou o superintendente. Fernando Lima disse que alguns poços em exploração no Rio Grande do Norte já tiveram seu período de pico, e tendem a declinar do ponto de vista de sua produção. E as novas descobertas é que ajudam a manter a performance de crescimento. Em outubro, segundo o superintendente, a produção de petróleo no Estado foi de 101.250 barris. Eólica

O superintendente informou que a primeira usina de geração de energia eólica do Rio Grande do Norte deve entrar em operação até o final do mês. Uma parceria da Petrobras com a Wobben Windpower, uma subsidiária da Enercon alemã, que vem trabalhando na instalação do parque com três aerogeradores na cidade de Macau, litoral norte do Estado. Um parque eólico que representou um investimento da ordem de R\$ 6 milhões.

Fotógrafo: Emerson do Amaral

Rodapé: Meta. Fernando Lima diz que reservatório do Campo do Amaro faz parte do plano de expansão

Arte: TribunaInfo/Camia cahú

Texto: Localização do Campo do Amaro

Data: 20 de dezembro de 2003

Caderno: Economia, página 2.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Título: Energia

Texto: Bem pertinho onde o presidente Lula da Silva vai passar, a Petrobras desenvolve quatro projetos, três dos quais pioneiros em energia: solar, eólica e biodiesel, o quarto é a usina termométrica, a TermoAçu que merece uma palavra da governadora Wilma de Faria, para que a obra seja acelerada. Pelo jeito, a Petrobras não tem interesse em fazer o empreendimento andar, mesmo com a ameaça de racionamento de energia no Nordeste.

JANEIRO DE 2004

Data: Sábado, 3 de janeiro de 2004.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios & Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Texto 1: O Brasil só pensa em energia emergencial nos períodos de crise. Deve começar agir logo com prudência, na prevenção de colapsos, alertam os especialistas em energia. Esperar por chuvas para aumentar o volume d'água nos reservatórios é esperar que a natureza faça a sua parte na data e na hora certa. Para os analistas, se o Brasil não tem recursos para usinas atômicas, que invista usinas térmicas, vento e sol.

Texto 2: Pela quantidade de parques eólicos previstos para o Estado e a capacidade de geração de energia de TermoAçu, cerca de 70% do consumo atual, o RN e o Nordeste não deveriam mais sofrer as ameaças de racionamento ou mesmo de apagão. Os parques eólicos e as usinas térmicas de outros estados também trazem tranquilidade à região, mesmo com os reservatórios do São Francisco com acúmulo d'água reduzido.

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Título: Mudança em lei reduz potencial eólico do RN

Texto: O governo federal mudou a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Resultado: a produção de energia eólica do Rio Grande do Norte será reduzida a 30% da capacidade. Isso significa perdas de US\$ 400 milhões nos investimentos previstos para o Estado. A mudança na lei não foi percebida pela bancada potiguar no Congresso Nacional.

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 6.

Repórter: Everton Dantas.

Chapéu: Energia

Título: Mudança na lei do Proinfa faz RN perder dinheiro e empregos

Subtítulo: Alteração na lei de subsidio neutralizou o potencial eólico potiguar. Com isso, o que poderiam ser 600 milhões de dólares em investimentos foram limitados a 200

Texto: Ventos diferentes sopraram em Brasília durante o último novembro e alteraram a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Resultado: os estados do Ceará e Rio Grande do Norte - que possuem as melhores condições naturais para exploração de energia eólica no País - terão de se contentar em produzir apenas 20% (cada) do total que o Governo pretende comprar, 1100 megawatts. Ambos poderiam produzir bem mais que isso.

O caso do Rio Grande do Norte é o mais gritante. Com a limitação, o Estado - primeiro do País em projetos para parques eólicos- só poderá produzir 220 megawatts de energia, o equivalente a 200 milhões de dólares em investimentos. Se a limitação não existisse, a

produção inicial poderia ser de 660 megawatts, com investimentos de 600 milhões de dólares. Os dados com relação a empregos e capacidade total de produção revelam que a situação é muito pior.

Quem está chamando a atenção para o problema é o geólogo e ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), Geraldo Magela. Ele tomou conhecimento da situação após conversar com profissionais envolvidos em projetos que visam à exploração de energia eólica no Estado. Segundo ele, as alterações foram sem o conhecimento da classe política potiguar, que só agora começa a despertar para o episódio.

O Proinfa foi a forma encontrada pelo Governo Federal (ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) de incentivar a produção de energia elétrica via exploração de fontes alternativas. Pela lei, o Governo se comprometeu em comprar a produção de energia elétrica extraída de fontes alternativas como o vento, a biomassa e pequenas centrais elétricas. Para cada uma delas ficou estipulada a negociação de 1100 megawatts, num total de 3330. A Eletrobrás ficou responsável pela compra. Os valores devem ser apresentados ainda neste mês, quando o Proinfa for regulamentado.

Com a garantia de subsídio -previsto para 15 anos a partir de 2006-, começaram a surgir interessados em projetos de exploração de energia eólica no País. Para isso, foram feitos inúmeros estudos. Eles apontaram que as duas melhores áreas para exploração eram os litorais potiguar e cearense. Com bases nesses resultados, o óbvio ocorreu: uma corrida pelas melhores áreas. Hoje, conforme dados do Centro Brasileiro de Energia Eólica, há 28 projetos autorizados para o Rio Grande do Norte, 35 para o Ceará; e 29 para o Rio Grande do Sul.

A prova da qualidade do Rio Grande do Norte pode ser percebida na projeção da capacidade de produção de megawatts: 2.634,70. O Ceará e o Rio Grande do Sul, mesmo com mais projetos, ficam atrás. O dois, respectivamente, tem produções de megawatts estimadas em 2.196,85 e 1.428,45. O restante dos projetos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) -25 ao todo- estão localizados no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Piauí, Pará, Santa Catarina, Sergipe e Paraíba.

Tudo ia bem. Em novembro último, a situação mudou. Através de uma alteração na lei 10438 -que criou o Proinfa- o Ministério de Minas e Energia estabeleceu um teto específico para a produção de energia por fonte eólica para cada estado dos 1100 megawatts estabelecido pelo subsídio. Aumentou o prazo de subsídios de 15 para 20 anos, a contar de dezembro de 2006 e prevaleceu que os contratos devem ser assinados até 29 de abril de 2004.

Para Geraldo Magela, a alteração no Proinfa - feita pela lei -, causará prejuízos ao Estado, que freará os investimentos no Rio Grande do Norte. O geólogo diz que diante da situação pode prever até mesmo desistências de empresas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do RN. "Foi o mesmo que chegar a dizer que a partir de agora o Estado só pode produzir 20% de petróleo nacional" comparou. Ele informa ainda que se não tivesse conversado com profissionais da área, o assunto ainda estaria oculto. Segundo Geraldo Magela, a alteração não foi percebida também por nenhum dos políticos potiguares em Brasília. "Dessa vez o RN ficou pra trás", diz.

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 6.

Repórter: Everton Dantas.

Título: Limitação de 20% vai retardar investimentos

Texto: A limitação imposta pelo Ministério das Minas e Energia (MME) vai retardar investimentos no Rio Grande do Norte. Se o Proinfa tivesse sido mantido na sua forma original, o Rio Grande do Norte -só para começar- poderia produzir 660 megawatts, o que consistiria num investimento 600 milhões de dólares. Com relação à geração de empregos, o próprio Proinfa estima que a cada 1100 megawatts produzidos, 20 mil empregos serão gerados.

Com base nos números do Rio Grande do Norte, somente nesta primeira fase do programa - levando em conta a capacidade inicial de produção - poderiam ser gerados cerca de 10 mil empregos. Os números potiguares são mais surpreendentes quando avaliados sob a ótica da produção dos 28 projetos que possuem licença da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Caso pudesse implantar todos eles e gerar os 2364 megawatts, o investimento seria de aproximadamente 2 bilhões de dólares, ou quase R\$ 6 bilhões. O número de empregos diretos gerados pode ultrapassar a casa do 40 mil. Uma das melhores vantagens desse processo é que a implantação dos parques eólicos não impede o desenvolvimento de culturas ou pecuária. De acordo com o geólogo Geraldo Magela, ex-diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema), outra vantagem a destacar: em geral, os parques são lançados no interior do estado, gerando empregos, evitando o êxodo e promovendo o desenvolvimento na economia.

Para ele, a classe política do RN deveria se reunir para tentar remediar o caso. Geraldo Magela indicou que poderia ser feita a mesma mobilização de um ano atrás, quando a bancada batalhou junta pela refinaria. O senador Garibaldi Filho -que há alguns meses cobrou investimentos para o setor eólico no RN - disse que ia conversar com a bancada nordestina. A intenção dele é estudar o caso melhor para poder conseguir algum benefício quando o projeto for regulamentado, o que deve ocorrer este mês.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé: Opinião. Geraldo Magela sugere união dos políticos potiguares

Gráfico: Projetos eólicos autorizados

Estado	Nº de projetos
Rio Grande do Norte	28
Ceará	35
Rio Grande do Sul	29
Rio de Janeiro	07
Pernambuco	09
Bahia	02
Piauí	02
Pará	01
Santa Catarina	02
Sergipe	01
Paraíba	01

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 7.

Repórter: Everton Dantas.

Título: Ministério justifica mudanças

Subtítulo: Brasília divulga nota oficial afirmando que alterações no Proinfa foram feitas de olho na democratização. “A limitação de contratação possibilita que os Estados tenham a mesma oportunidade”, diz o documento

Texto: O Ministério das Minas e Energia (MME), em nota oficial, alegou que as alterações feitas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) tiveram o objetivo de democratizar a ação. “A limitação de contratação possibilita que todos os estados tenham vocação e projetos devidamente aprovados e licenciados tenham a oportunidade de usufruir do mesmo, criando, desta forma, uma justiça federativa, e evitando que os investimentos se concentrem em um único Estado”, traz o documento.

Ainda na explicação, o MME acrescenta que a limitação de concentração é preliminar. “Se em uma primeira rodada de contratação, limitando-a em 20% por estado, não venha a ser contratado os 1.100 MW destinados à tecnologia, o potencial remanescente (diferença entre os 1.100 MW e o total contratado em uma primeira rodada) será distribuído entre aqueles estados que já atingiram os 20%”. Levando em consideração que somente o Rio Grande do Norte tem potencial para suprir o dobro dos 1.100 pretendidos, a possibilidade de redistribuição não é provável acontecer.

O Ministério aproveitou também para reiterar que as mudanças contribuem para a concretização dos objetivos do Proinfa: “valorização das potencialidades regionais, desenvolvimento de estados e municípios, geração descentralizada (reduzindo perdas e trazendo benefícios ao sistema), e participação do maior número possível dos estados que compõem o Sistema Interligado Nacional (participantes do rateio do programa)”.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé: Vantagens.Exploração eólica impede o êxodo e desenvolve a economia das cidades pequenas

Quadro: Empreendimentos autorizados pela Aneel e acompanhados pela fiscalização

Empreendimento	Empreendedor	Potência (MW)	Município
Parque Eólico RN 11 – Guamaré	Enerbrasil	249,90	Guamaré
Central Eólica Santa Isabel	SIIF Energies Brasil LTDA	188,00	Galinhas
Parque Eólico Salinas	Enerbrasil	180,20	Galinhas
Parque Eólico Fazenda Nova	SIIF Energies Brasil Ltda	180,00	Porto do Mangue
Parque Eólico Verdes Mares	SIIF Energies Brasil LTDA	158,40	Tibau
Parque Eólico RN 4 – Pititinga	Enerbrasil	149,60	Maxaranguape
Central Eólica Paraíso Farol	Enerbrasil	102,00	Touros
Central Eólica Alegria I	New Energy Options Ltda	100,80	Guamaré
Parque Eólico RN 17 – Serra de Santana	Enerbrasil	99,45	Lagoa Nova
Parque Eólico RN 1 – Mel	Enerbrasil	89,25	Areia Branca
Central Eólica Gravataí	Guascor	75,00	Touros
Parque Eólico RN 10 – Juremal	Enerbrasil	59,50	Baraúna
Parque Eólico RN 14 – São Bento do Norte	Enerbrasil	59,50	São Bento do Norte
Parque Eólico RN 10 – Três Irmãos	Enerbrasil	59,50	São Bento do Norte
Central Eólica Alegria II	New Energy Options Ltda	51,00	Guamaré

Parque Eólico de Ponta do Mel	Compinvest Mercosul	50,40	Areia Branca
Parque Eólico RN 6 – Macacos	Enerbrasil	49,30	João Câmara
Parque Eólico RN 3 – Gameleira	Enerbrasil	49,30	Touros
Parque Eólico RN 20 – Serra do Mossoró	Enerbrasil	49,30	Mossoró
Parque Eólico RN 15 – Rio do Fogo	Enerbrasil	49,30	Maxaranguape
Central Eólica Água das Dunas	SIIF Energies Brasil Ltda	43,20	Extremoz
Parque Eólico Vale da Esperança	Eletrowind S/A	29,70	Touros

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 7.

Repórter: Everton Dantas.

Título: RN tem melhores condições para alojar parques

Texto: O diretor do Centro Brasileiro de Energia Eólica e vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, professor Everaldo Feitosa, diz que a melhor alternativa são os ventos. Primeiro, porque nos anos de seca, eles tendem a aumentar, o que beneficiaria um esquema de abastecimento de energia alternativa. E o segundo: os ventos encontrados no litoral nordestino são ideais para a exploração.

O RN, segundo o professor, é o melhor local do País e um dos cinco melhores do mundo para a instalação de parques eólicos. E tem ainda um terceiro fator: o preço pago pelo megawatt/hora – se comparado com as termelétricas emergenciais - é quase 50% mais barato. De acordo com Everaldo Feitosa, atualmente o valor do megawatt/hora das emergenciais está cotado em R\$ 400. Já para uma central eólica, a mesma quantidade é estimada em R\$ 230.

Ele acrescenta que a exploração eólica também é vantajosa por que é limpa (termelétricas usam óleo) e não corre o risco de ter seus custos elevados por uma “crise mundial do vento”, o que pode ocorrer com o petróleo. Há ainda o fato dos parques eólicos poderem ser implantados sem atrapalhar o desenvolvimento da pecuária ou agricultura. E também a questão da interiorização dos investimentos: geralmente as centrais não são implantadas nas capitais, impedindo o êxodo e promovendo o desenvolvimento da economia de municípios pequenos.

Data: Domingo, 18 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 7.

Repórter: Everton Dantas.

Título: Maior projeto potiguar supera limite estabelecido

Texto: Atualmente, no Rio Grande do Norte, 22 projetos para parques eólicos têm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e são fiscalizados. Somente autorizados, contanto, há 28 projetos. O maior parque eólico do Estado deverá ser construído no município de Guamaré, a 166 quilômetros de Natal. O Parque Eólico RN 11 é um empreendimento da Energias Renováveis do Brasil LTDA (Enerbrasil) e deverá ter capacidade para produzir 249,90 megawatts (mw).

Somente este já ultrapassa o limite de 20% estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia. O segundo maior será instalado no município de Galinhos; é um empreendimento da SIIF Energies Brasil e terá capacidade de produção de até 198 mw. O município abrigará também a

terceira maior central elétrica do Estado, com produção estimada em 180,20mw. Este empreendimento também é Enerbrasil. O quarto maior terá capacidade de 180 mw e deverá ser instalado – pela SIIF – em Porto do Mangue.

Os demais projetos estão espalhados pelo litoral e envolvem municípios como Touros, Extremoz, Maxaranguape e Areia Branca. Além do SIIF e a Engebrasil, outras seis empresas pretendem explorar energia eólica no Estado.

A expectativa é de que, com a produção, o RN melhore sua condição energética. Sem a limitação, ele poderia se tornar autossuficiente e até exportador energia.

Data: Terça-feira, 20 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 6.

Chapéu: Energia eólica

Título: Deputados cobrarão explicações

Subtítulo: Fátima Bezerra e Ney Lopes pretendem reverter as alterações feitas pelo Governo Federal na lei do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

Texto: As mudanças feitas pelo Governo Federal no Programa de Incentivo de Fontes de Energia (Proinfa), abordadas na edição de domingo passado da TRIBUNA DO NORTE, gerando reação da bancada federal potiguar.

A deputada federal Fátima Bezerra (PT) disse que foi informada das mudanças no programa pela reportagem da TN, mas garantiu que pedirá explicações ao Ministério das Minas e Energia. “Se for preciso vou até a ministra (Dilma Roussef) com esse assunto. Mas antes solicitarei informações à coordenação do Proinfa.”

Fátima Bezerra viaja hoje para Brasília e cogitou, inclusive, mobilizar a bancada federal nordestina, da qual é coordenadora pelo Rio Grande do Norte, para reverter as mudanças do Proinfa.

O deputado federal Ney Lopes (PFL) destacou a necessidade da união da bancada potiguar e disse ser esse o momento ideal para se discutir o Proinfa.

“Na convocação extraordinária (iniciada ontem pelo Congresso Nacional) será feita a regulamentação do setor elétrico e vou sugerir que toda a bancada assine um substitutivo para corrigir essa distorção”, comentou Ney Lopes, que hoje estará embarcando para capital federal.

Alteração

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) foi criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que objetivava incentivar a exploração de outras fontes de energia.

Pela lei, o Governo se comprometeu em comprar a produção de energia elétrica extraída de fontes alternativas como o vento, a biomassa e pequenas centrais elétricas. A negociação seria de 1.100 megawatts.

O que os investidores dos projetos não contavam era com a alteração da Lei 10.438, feita pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. A mudança freou os projetos, limitando a produção de energia eólica para cada Estado: 20% dos 1.100 megawatts estabelecidos pelo subsídio.

Em contrapartida, o prazo do subsídio, que antes era de 15 anos, foi ampliado para 20 anos, contados a partir de dezembro de 2006. No entanto, esta é uma vantagem muito pequena, já que para o Rio Grande do Norte o mais importante é mesmo a capacidade de produção, que chega a 2.364 megawatts.

Uma mostra do que isso representa é que o Ceará e o Rio Grande do Sul possuem mais projetos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, mas ficam atrás no volume total de produção.

Fotógrafo: Marcelo Barroso

Rodapé: Atitude. Fátima está disposta a ir até a ministra Dilma Rouseff

Data: Quarta-feira, 21 de janeiro de 2004.

Caderno: Capa, página 1.

Texto: Energia. Usina do parque eólico que a Petrobras constrói em Macau já tem data para ser inaugurada.

Data: Quarta-feira, 21 de Janeiro de 2004.

Caderno: Economia, página 6.

Título: Dutra inaugura usina eólica no RN

Texto: O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, visita o Rio Grande do Norte na semana que vem e na próxima segunda-feira inaugura a primeira usina eólica da companhia no País, instalada na cidade de Macau. O projeto piloto a ser colocado em funcionamento representa um investimento de R\$ 6,8 milhões e terá capacidade de produzir 1,8 megawattde energia.

José Eduardo Dutra estará dias 26 e 27 no estado, e no dia 26 à tarde inaugura a usina que será suficiente para atender ao consumo de eletricidade de uma cidade com uma população de, aproximadamente, 10 mil habitantes.

Na cidade de Macau, no litoral norte do Estado, foram instalados três aerogeradores com potencia de 600 km cada um. Os equipamentos instalados pela empresa alemã Wobben Windpower pesam 75 toneladas e têm 46 metros de altura.

A construção e montagem do parque eólico teve duração de 180 dias e a eletricidade gerada a partir da força dos ventos será utilizada pela Petrobras na operação dos campos de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal.

Além da inauguração da usina eólica, o presidente da Petrobras José Eduardo Dutra, participa de uma programação extensa organizada pela companhia na região.

Convênio

Na próxima segunda-feira de manhã o presidente da Petrobras assina convênio para a conclusão das obras do Teatro Municipal de Mossoró, construído através de parceria da Petrobras com a Prefeitura de Mossoró. O novo convênio no valor de R\$ 1,5 milhão viabilizado com incentivos da Lei Estadual Câmara Cascudo prevê a aquisição e montagem de todos os equipamentos e mobiliários necessários ao pleno funcionamento do teatro a ser entregue à população até o próximo mês de maio.

Depois da assinatura do convenio, o presidente da Petrobras visita as instalações da companhia na cidade de Guamaré. E no dia seguinte serão palestrante da primeira reunião-almoço do ano organizada pela Federação das Indústrias do RN (Fiern), terá encontro com encontro com a governadora Wilma de Faria e participa de sessão extraordinária na Assembleia Legislativa.

Na comitiva do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, estarão o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, o diretor da área de Gás e Energia, Ildo Sauer, e a gerente executiva de Exploração e Produção para o Norte e Nordeste, Solange Guedes.

Fotógrafo: Divulgação

Rodapé: Projeto. Usina representa um investimento R\$ 6,8 milhões é a primeira da Petrobras no país

Data: Sábado, 24 de janeiro de 2004.

Chapéu: Meio Ambiente

Título: Torre eólica ameaça duna, afirma Ibama

Texto: Alegando impactos ambientais, o Ibama condenou, ontem, a instalação de equipamentos eólicos nas dunas de Jenipabu.

Data: Sábado, 24 de janeiro de 2004.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Texto: 1. As empresas com projetos de parques eólicos para o litoral potiguar (na próxima segunda-feira a Petrobras inaugura o seu primeiro parque eólico do País, em Macau/RN) continuam insistindo nos seus investimentos. As empresas Compinvest Mercosul e a New Energy Options estão pedindo ao Idema a renovação da Licença de Instalação dos seus futuros parques eólicos. A primeira na Ponta do Mel, em Areia Branca, e a segunda, com dois parques, na praia de Minhoto, em Guamaré.

Data: Sábado, 24 de janeiro de 2004.

Caderno: Natal, página 9.

Título: Equipamento eólico ameaça dunas

Subtítulo: O Presidente da Siif Energies do Brasil, Henri Baguenier, informou que o período de testes na área deve durar cerca de um ano, mas ele pretende mesmo solicitar a licença permanente para montar o parque eólico no local das dunas

Texto: O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) condenou a instalação de duas torres anemométricas (usadas para medição do vento) nas dunas de Jenipabu. O terreno está situado na Área de Proteção Ambiental (APA), de responsabilidade do Estado. As estruturas pertencem a uma usina de produção de energia eólica, com sede no Rio de Janeiro, que está realizando testes para a montagem de um parque eólico no local.

Através de uma denúncia, o Ibama realizou uma fiscalização no local – em dezembro último – e constatou que a obra possui um efeito impactante ao meio ambiente, além de estar em desacordo com a legislação ambiental, que não permite edificações naquela área.

Segundo o relatório, a obra “causa impactos vultuosos nas dunas móveis, chegando a comprometer todo o ecossistema ali já estabelecido e consequentemente dá mais mobilidades às dunas, o que seria bastante prejudicial às comunidades para onde as dunas se deslocarão”.

As duas torres chamam atenção de quem passa nas proximidades das dunas. Elas foram instaladas em áreas cercadas e estão separadas por uma distância aproximada de 1,5 km. São construídas em ferro, com aproximadamente 60 metros de altura e têm por objetivo coletar dados de velocidade e intensidade dos ventos naquela área.

O gerente executivo do Ibama em exercício, Jean Túlio Cunha dos Anjos, informou que vai solicitar ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema) a licença ambiental para exploração da área. Segundo ele, se houver licença, vai solicitar as condicionantes da liberação. Caso não haja, avisou, o Ibama vai autuar a empresa e abrir um procedimento administrativo.

Jean Túlio lembrou que o Idema é o órgão responsável pela área e, nesse caso, cabe ao Ibama a elaboração do projeto de impacto ambiental. “Quem pode liberar as licenças naquela área é o Idema. Nós (Ibama) constatamos a irregularidade de se explorar o local. Vamos ver com o Idema como foram os procedimentos.”

De acordo com a subcoordenadora de Licença e Controle Ambiental do Idema, Meire Sorage Praxedes da Silva, o órgão concedeu uma autorização para a empresa explorar a área apenas no período de testes. Ela adiantou, porém, que, caso a empresa queira construir o parque eólico terá que solicitar a licença permanente. “Aó o Idema vai analisar o projeto e decidir se concede ou não a licença permanente”, esclareceu.

Por telefone, o presidente da Siif Energies do Brasil, Henri Baguenier, informou que o período de testes na área deve durar cerca de um ano. Ele alegou que a instalação das torres de medição não afetam as dunas. Mas adiantou que, se o resultado for viável, vai solicitar a licença permanente para montar o parque eólico.

Fotógrafo: João Maria Alves

Rodapé: Ventos. Equipamento instalado sobre as dunas de Jenipabu

Data: Domingo, 25 de janeiro de 2004.

Caderno: Opinião, página 2.

Coluna: Jornal de WM

Autor: Airton Bulhões - interino

Título: Dutra inaugura usina eólica

Texto: O presidente da Petrobras José Eduardo, em companhia da governadora Wilma de Faria, inaugura amanhã às 15h, em Macau, o primeiro Parque de Energia Eólica do Estado, primeira usina desse tipo de energia instalada pela Petrobras no País. O parque eólico vai gerar 1,8 megawatts de energia, quantidade suficiente para suprir a demanda de uma cidade com 10 mil habitantes. Pela manhã, em Mossoró, Dutra e a governadora Wilma Faria assinam, em Mossoró convênio para instalação de equipamentos e mobiliário do teatro municipal Dix-huit Rosado. O Governo do Estado participa do processo com investimentos na ordem de R\$ 1,2 milhão através da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela Lei Estadual de Cultura Câmara Cascudo.

Data: Terça-feira, 27 de janeiro de 2004.

Caderno: Capa, página 1.

Chapéu: Leia Mais

Título: Petrobras inaugura parque eólico em Macau

Data: Terça-feira, 27 de janeiro de 2004.

Caderno: Geral, página 7.

Chapéu: Energia

Título: Petrobras inaugura parque eólico

Subtítulo: A empresa inaugurou sua primeira usina eólica do País no Rio Grande do Norte. O investimento foi de R\$ 6,8 milhões. A energia produzida, 1,8 megawatt, abastecerá de forma segura quatro campos de exploração de petróleo

Texto: A Petrobras inaugurou ontem, na comunidade de Soledade, que fica a 30m quilômetros de Macau, seu primeiro parque eólico do país. A obra levou 180 dias para ficar pronta; o investimento foi de R\$ 6,8 milhões; e a capacidade de produção de energia dos três aerogeradores instalados é de 1,8 megawatts, necessário para abastecer uma cidade com cerca de 10 mil habitantes. Ao invés da utilização doméstica a energia produzida pela central será usada para abastecer quatro campos de exploração: Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal.

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, participou da inauguração e explicou que o primeiro benefício direto para o Estado reside no fato da Cosern poder disponibilizar à população a energia que antes era usada em campos de produção. O segundo – observou – é o de comprovar a viabilidade de tal energia no Rio Grande do Norte, estado considerado como a melhor região do país para tal atividade. “Não há dúvidas de que esta região é propícia à exploração deste tipo de energia”, disse. E acrescentou: “Não estamos só lançando um parque eólico. Estamos fazendo história”.

A inauguração ocorreu na própria comunidade de Soledade, aos pés de um dos aerogeradores. Em seu discurso, o presidente da estatal enfatizou a importância da Petrobras investir na

exploração de uma energia limpa, ao contrário dos combustíveis fósseis. Também destacou o pioneirismo da empresa e da possibilidade de, no futuro, o Estado ser um destaque nacional quanto à produção de energia eólica. “O Rio Grande do Norte, no futuro, deverá responder por uma parcela cada vez maior na produção”, comentou.

Às 16h05, após concluir seu discurso, José Eduardo Dutra acionou os três aerogeradores. Em seguida, o secretário de Indústria, Ciência e Tecnologia, João Maia, falou em nome da governadora Wilma de Faria. Ela não pôde participar da cerimônia porque foi a São José de Campestre verificar os estragos das chuvas nos últimos dias. Ele enfatizou o pioneirismo da iniciativa, desejando que num futuro, a exploração do potencial energético dos ventos seja mais promissora. A cerimônia de inauguração do parque eólico contou ainda com a presença de políticos e representantes de entidades.

Potencial

Cada gerador tem potência de 600 quilowatts. A energia produzida por eles será jogada na rede da Cosern e de lá utilizada nas unidades de exploração da Petrobras. Os aerogeradores foram construídos pela empresa holandesa Wobben Windpower, subsidiária da alemã Enercon. Cada um possui 44 metros de altura e pesa 75 toneladas. A implantação das torres ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2003.

O projeto é o primeiro de três que a estatal pretende executar. Os outros dois – no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro – estão dependendo de licença ambiental para serem desenvolvidos. O Rio Grande do Norte foi escolhido porque, no país, é considerado o estado com melhores condições para exploração de tal fonte. Segundo o Centro Brasileiro de Energia Eólica, a região potiguar possui tais condições favoráveis porque os ventos convergem para o litoral do Estado, mantendo-se constantes o ano inteiro. Por esses fatores, ainda segundo o Centro, o Rio Grande do Norte poderia ser ranqueado também como um dos cinco melhores pontos de exploração eólica do mundo.

Fotógrafo: João Maria Alves

Rodapé: Solenidade. Dutra acionou aerogeradores colocando em operação a primeira usina eólica da empresa

Data: Terça-feira, 27 de janeiro de 2004.

Caderno: Geral, página 7.

Título: Convênio garante conclusão do teatro Dix-Huit Rosado

Texto: A vinda do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, não teve como único motivo a inauguração do primeiro parque eólico da empresa. Ele cumpre até hoje uma intensa programação no Estado. Ontem pela manhã, por exemplo, participou em Mossoró da assinatura simbólica do convênio que – graças à Petrobras e ao Governo do Estado – garantirá os recursos necessários à conclusão do Teatro Municipal Dix-Huit Rosado. Segundo o secretário de Cidadania do município, Gustavo Rosado, a obra incluirá Mossoró no cenário nacional do teatro.

A obra está orçada em R\$ 6,8 milhões e deverá estar concluída até maio. Este último convênio teve valor de R\$ 1,5 milhão: R\$ 1,2 proveniente do Governo do Estado, via Lei Câmara Cascudo; e o restante, R\$ 300 mil vieram de recursos próprios da Petrobras. O teatro terá capacidade para 800 pessoas e possui estrutura para receber grandes espetáculos, o que o Alberto Maranhão, em Natal, não permite. Antes dessa inclusão no cenário nacional, entretanto, a prefeita Rosalba Ciarlini ressaltou que a estrutura servirá primeiramente a artistas locais. A inauguração, inclusive, será marcada por programação de espetáculos próprios.

Gustavo Rosado esclareceu que a programação de inauguração está sendo definida por uma comissão composta por membros da Prefeitura, do Governo e Petrobras. Rosalba Ciarlini ressaltou que o “teatro será um marco da história da empresa em Mossoró”. “É com essa

parceria com a Petrobras e o Governo do Estado que nós estamos mostrando que – no sertão – podemos ter um teatro to bom quanto os do sul do país”, afirmou.

José Eduardo Dutra disse que a preocupação com cultura sempre foi um tema importante para a empresa e que sob sua direção esse trabalho continuará sendo feito. “Fico muito satisfeito em saber que Mossoró terá um espaço como este”, disse. E complementou: “onde há parcerias como essa, sempre há benefícios para o povo”.

A governadora Wilma de Faria também exaltou a parceria e aproveitou para cobrar a refinaria e outros benefícios referentes á exploração de fontes de energia que a Petrobras realiza no Estado. José Eduardo Dutra assegurou que ainda este ano a definição sobre a cobrança sairá e indicou que o Rio Grande do Norte ainda “está no páreo” dos estado que podem receber a refinaria. Hoje o presidente da Petrobras dá continuidade à sua programação. Participa de almoço na Fiern e de uma sessão especial na Assembleia Legislativa.

Data: Terça-feira, 27 de janeiro de 2004.

Caderno: Economia, página 6.

Coluna: Negócios e Finanças.

Autor: Luís Antônio Pereira Felipe

Título: Investimentos da Petrobras

Texto: Nestas duas últimas décadas de exploração de petróleo e gás natural, a Petrobras faturou alto no Rio Grande do Norte, como também em Sergipe, estado do atual presidente da empresa, ex-senador Eduardo Dutra. Como são dois estado pobres, naturalmente deveriam receber maiores investimentos. Aqui no RN, a Petrobras faz hoje três experiências simultâneas de geração de energia/combustíveis. Em Mossoró, de energia solar no poço pioneiro do hotel Thermas, em várias regiões do Estado com o plantio de mamona para o biodiesel e na região de Macau um parque de energia eólica, inaugurado ontem. Durante dois encontros hoje, com os empresários ao meio-dia na Fiern e à tarde na Assembleia Legislativa, o presidente da Petrobras deverá falar também sobre a refinaria de petróleo e a termelétrica do Assu.

Data: Terça-feira, 27 de janeiro de 2004.

Caderno: Opinião, página 2.

Coluna: Jornal de WM

Autor: Airton Bulhões, interino

Título: Usina eólica e energia solar

Texto: Além da Petrobras ter inaugurado a primeira usina eólica para o fornecimento da energia elétrica necessária para operar os campos de produção de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal, o Rio Grande do Norte, também abriga o primeiro poço de petróleo da empresa bombeado por energia solar. O sistema instalado no poço MO-14, no Hotel Termas de Mossoró, é composto por 12 painéis solares – de 64 Wp cada – e será testado durante os próximos 12 meses. Se o desempenho técnico-econômico for aprovado, o sistema deve ser instalado em outros poços de pequena profundidade em campos isolados da rede. O MO-14 tem 400 metros de profundidade e tem vazão de cerca de 6 mil barris de petróleo por dia.